



SUPERNOVA[®]

Conselho Nacional de Justiça - CNJ Na Mídia

Correio Braziliense | Nacional

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA - EIXO CAPITAL

12

Cidades - 16/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Guedes cobra ajuda de Fux

14

Política - 16/09/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

Rosa reafirma fé democrática

16

Política - 16/09/2021

Folha de S. Paulo | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Área jurídica do governo contraria Guedes e avalia precatório fora do teto

17

Mercado - 16/09/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Bolsonaro não deve atuar como chefe do Congresso nem do STF, diz Pacheco

20

Poder - 16/09/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

Kassio, do STF, defende marco temporal de terras indígenas

22

Poder - 16/09/2021

O Estado de S. Paulo | Nacional

CNJ - CNJ, Judiciário - STF /

COLUNA DO ESTADÃO

24

Política - 16/09/2021

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

**Despesas

 caem, mas risco fiscal se mantém**

26

Economia - 16/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

'Filho não é meu', diz Fux sobre precatórios

28

Economia - 16/09/2021

Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

Um eficaz muro de contenção

29

Notas e Informações - 16/09/2021

O Globo | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

IMPASSE MAIS LONGE DE ACORDO

31

Economia - 16/09/2021

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Precatórios: Guedes apela a Fux, que sinaliza caminho difícil

33

Capa - 16/09/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

Ação sobre 'MP das Fake News' perdeu objeto, diz Aras

Política - 16/09/2021

34

Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

Rosa cancela julgamento da 'MP das Fake News' no Supremo

Política - 16/09/2021

36

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

TSE e STF Investigam financiamento do 7 de setembro

Política - 16/09/2021

38

Valor Econômico | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Incerteza local mantém ativos sob pressão

Finanças - 16/09/2021

40

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /

Maria Cristina Fernandes - Em torno de Naji Nahas

Política - 16/09/2021

42

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Guedes tenta bênção do STF para resolver precatórios

Brasil - 16/09/2021

44

Estado de Minas | Minas Gerais

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação /

Uma travessia para mais soluções consensuais

Opinião - 16/09/2021

46

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Guedes pede 'socorro' para aprovar precatórios

Política - 16/09/2021

48

Agência Brasil | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministro defende aumento 'modesto e moderado' para Bolsa Família

Notícias - 15/09/2021

50

Agência Câmara | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Para Lira, limite anual para pagamento de precatórios é positivo

Notícias - 15/09/2021

51

Brasil 247 | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Lira diz que solução para precatórios sairá do Legislativo

Notícias - 15/09/2021

52

Carta Capital Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Guedes defende aumento 'modesto' para o Bolsa Família e pede 'socorro' por precatórios

Notícias - 15/09/2021

54

Correio Braziliense Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

"Guedes é tão amigo que coloca no meu colo filho que não é meu", diz Fux sobre precatórios

Notícias - 15/09/2021

56

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Guedes pede socorro a Fux para destravar precatórios

Notícias - 16/09/2021

58

Diário de Cuiabá | Mato Grosso

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Fux: (Guedes) é tão amigo que coloca no colo um filho que não é meu (precatórios)

Notícias - 15/09/2021

60

Diário de Pernambuco | Pernambuco

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Guedes quer aumento 'modesto e moderado'

Economia - 16/09/2021

61

Exame | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Comissão da Câmara pode votar projeto que autoriza parcelar precatórios

Brasil - 16/09/2021

62

Folha de S. Paulo | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Área jurídica do governo contraria Guedes e avalia precatório fora do teto

Mercado - 15/09/2021

64

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

TJ-SP corta aumento salarial dado a servidores pelos próprios juízes do tribunal

Poder - 16/09/2021

67

G1.Globo | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Primeiro casamento homoafetivo em Rondônia surgiu através de um webnamoro

Rondônia - 15/09/2021

70

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Para resolver 'meteoro' dos precatórios, Guedes faz 'pedido desesperado de socorro' aos presidentes do Congresso e STF

Economia - 15/09/2021

72

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Lira diz que tratar de alterações na lei do impeachment 'foge do escopo' do relatório da CPI

Política - 15/09/2021

74

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Instituição diz ser possível pagar precatórios e ampliar Bolsa Família em 2022 sem mudar regras

76

Política - 15/09/2021

Gazeta do Povo | Paraná

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Empate no STF adia decisão sobre presença de trans em presídios femininos

78

Vida e Cidadania - 15/09/2021

Isto é Dinheiro Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Dólar fecha em queda com exterior e captações, mas sem tirar Brasília do foco

80

Negócios - 15/09/2021

Metrópoles | Distrito Federal

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

'Respeito é bom e todos nós gostamos da democracia', diz Guedes

82

Notícias - 15/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 /

Rio: liminar suspende decreto que obrigava vacinação de servidores

83

Notícias - 15/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Precatórios: Guedes diz que basta 'boa vontade' do STF para resolver

84

Notícias - 16/09/2021

O Globo Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Fux 'brinca' com Guedes sobre precatórios: 'coloca no meu colo um filho que não é meu'

85

Economia - 15/09/2021

Poder 360 | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Fux 'brinca' com Guedes: 'Coloca no meu colo um filho que não é meu'

86

Notícias - 15/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

PEC dos Precatórios deverá incorporar solução do CNJ, diz Lira

87

Notícias - 15/09/2021

Reuters Brasil | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Guedes é tão amigo que coloca no meu colo filho que não é meu, diz Fux sobre precatórios

88

Notícias - 15/09/2021

UOL | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Empate trava julgamento no STF sobre direito de trans escolherem presídio

89

Política - 15/09/2021

Valor Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Pressão de Guedes sobre Fux para resolver precatórios vira ponto de atrito no STF 90

Política - 15/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Guedes tenta bênção do STF para resolver precatórios 91

Brasil - 16/09/2021

CNN Online (Brasil) | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Arthur Lira diz que solução para precatórios sairá do Legislativo 93

Notícias - 15/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Especialista afirma que decisão do STJ pode gerar desassistência na saúde do país 94

Notícias - 16/09/2021

Consultor Jurídico | São Paulo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Emmanoel Pereira /

CNJ determina que TJ-SC isente emolumentos de hipossuficientes 96

Notícias - 15/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19, Judiciário - Coronavírus, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

Desembargadora suspende vacinação obrigatória para servidores municipais do RJ 97

Notícias - 15/09/2021

Diario de Pernambuco - Online | Pernambuco

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Primeiro Secretário da Alepe, Clodoaldo Magalhães comemora prêmio Innovare 100

Política - 15/09/2021

O Globo - Blogs | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

As sombras na economia em 2022 101

Miriam Leitão - 16/09/2021

TV Justiça | Rio de Janeiro

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

CNJ cria grupo para evitar condenação indevida de inocentes por reconhecimento falho 103

Jornal da Justiça 2ª Edição - 15/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Política de cotas faz número de negros e negras quase dobrar na magistratura 104

Jornal da Justiça 2ª Edição - 15/09/2021

Correio Braziliense | Nacional

Judiciário - STF /

STF julga inconstitucional a candidatura nata Opinião - 16/09/2021	105
Judiciário - STF / Rolos de Marconny perto dos Bolsonaro Política - 16/09/2021	107
Judiciário - STF / Mendonça segue esperando Política - 16/09/2021	109
Judiciário - STF / Ex-presidentes: diálogo é a saída Política - 16/09/2021	111
Folha de S. Paulo Nacional Judiciário - STF / Ministro da Saúde diz que há excesso de vacinas contra a Covid-19 no país Saúde - 16/09/2021	112
Judiciário - STF / Congresso ignora apelos de Bolsonaro e deixa de lado agenda ideológica Poder - 16/09/2021	115
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Teto já tem potencial estouro de R\$ 72 bi, diz pesquisador da FGV Mercado - 16/09/2021	118
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / MP das fake news do presidente, derrubada por Senado e STF, trouxe perigos e lança desafios Poder - 16/09/2021	120
Judiciário - STF / Alcolumbre condiciona sabatina de Mendonça à certeza de derrota Poder - 16/09/2021	123
Judiciário - Judiciário / 'Por amor ao meu filho, quero justiça pelo meu neguinho, por Miguel' Cotidiano - 16/09/2021	125
Judiciário - STF / Conrado Hubner Mendes - Constitucionalismo new age' e seu coach' Poder - 16/09/2021	126
Judiciário - STF / Lewandowski suspende duas ações da Lava Jato contra Lula Poder - 16/09/2021	128
Judiciário - STF / Evangélicos encaram 'batalha final' por Mendonça ao STF Poder - 16/09/2021	129

Judiciário - STF /	
CPI da Covid convoca ex-mulher de Bolsonaro	130
Poder - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
Ministro da Saúde diz que há excesso de vacinas contra a Covid-19 no país	133
Saúde - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
MÔNICA BERGAMO	136
Ilustrada - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
É corrupção	138
Opinião - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
Alan Bousso - A liberdade como regra	140
Opinião - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
Bruno Boghossian - Encruzilhada evangélica	142
Opinião - 16/09/2021	
O Estado de S. Paulo Nacional	
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /	
Ex-presidentes defendem democracia	143
Política - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
Evangélicos tentam 'salvar' indicação de André Mendonça	145
Política - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
Julgamento do marco temporal é suspenso	147
Política - 16/09/2021	
O Globo Nacional	
Judiciário - STF /	
Pérsio critica a constante expansão da Constituição'	148
Economia - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
O segredo da pax bolsonariana	149
Opinião - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	
Mesmo com decisão do STF, Cunha ainda está inelegível	151
Política - 16/09/2021	
Judiciário - STF /	

Evangélicos e senadores pressionam por sabatina ao STF Política - 16/09/2021	152
Judiciário - Judiciário / Atos da oposição superaram engajamento de bolsonaristas Política - 16/09/2021	154
Valor Econômico Nacional Judiciário - STF / Ex-presidentes descartam ruptura e golpe Política - 16/09/2021	156
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Supremo nega inclusão de contador em execução fiscal Legislação & Tributos - 16/09/2021	157
Judiciário - Judiciário / Maia retira proposta de redução de salário e jornada Política - 16/09/2021	159
Judiciário - STF / Evangélicos pressionam por sabatina de Mendonça Política - 16/09/2021	161
Judiciário - Judiciário / 'Guerra política perturba economia', afirma ministro Brasil - 16/09/2021	163
Colabora Rio de Janeiro Judiciário - Audiência de Custódia / Pena maior por ser mãe Notícias - 15/09/2021	165
Estadão - Blogs - Fausto Macedo São Paulo Judiciário - Conciliação / Lei do superendividamento e seus impactos na rotina das empresas Notícias - 15/09/2021	172
Jornal de Brasília Distrito Federal Judiciário - PJE / OAB/DF realiza seminário: As Histórias e Dificuldades das Pessoas com Deficiência Notícias - 15/09/2021	175
TV Justiça Rio de Janeiro Judiciário - STF / STF confirma decisão liminar que garante mais vacinas para o estado de São Paulo Jornal da Justiça - 15/09/2021	178
Judiciário - STF / STF suspende tramitação de ações envolvendo doações ao Instituto Lula Jornal da Justiça - 15/09/2021	179

Judiciário - STF /

STF nega pedido de indulto humanitário a Paulo Maluf

180

Jornal da Justiça - 15/09/2021

Judiciário - STF /

Dia Internacional da Democracia é comemorado em 15 de setembro

181

Jornal da Justiça 2ª Edição - 15/09/2021

Judiciário - STF /

Julgamento do marco temporal sobre terras indígenas é suspenso

182

Jornal da Justiça 2ª Edição - 15/09/2021

Judiciário - STF /

Ministro Edson Fachin comemora o Dia Internacional da Democracia

183

Jornal da Justiça 2ª Edição - 15/09/2021

Judiciário - STF /

STF invalida lei de Roraima que autoriza uso de mercúrio no garimpo

184

Jornal da Justiça 2ª Edição - 15/09/2021

Judiciário - STF /

STF prorroga inquérito que apura suposta compra de apoio político do PP ao governo Dilma

185

Jornal da Justiça 2ª Edição - 15/09/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - PJE /

Reportagem fala sobre o sistema do PJe

186

Noticias - 15/09/2021

Rádio BandNews (90,5 FM - Brasília) | São Paulo

Judiciário - Audiência de Custódia /

STF se prepara para derrubar decreto sobre armas

187

0h às 6h - 15/09/2021

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA - EIXO CAPITAL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Judiciário sai em defesa da democracia

No Dia Internacional da Democracia, três ministros do **Supremo Tribunal Federal** se manifestaram sobre o regime político que tem sofrido ataques em diversas partes do mundo - inclusive no Brasil. Duas manifestações partiram do braço eleitoral do Poder **Judiciário**. O ministro Luís Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ressaltou as qualidades do regime inventado pelos gregos, mas sob ameaça no século 21. 'A democracia é considerada universalmente o melhor regime de governo. O melhor, mas não necessariamente o mais fácil. Porque democracia envolve pluralismo, que é a diversidade de visões do mundo, e consequentemente, respeito às opiniões contrárias', definiu.

Não é só eleição

No **Supremo Tribunal Federal**, a vice-presidente da Corte, **Rosa Weber**, também ressaltou que a democracia vai muito além da realização de eleições. 'A

democracia não se resume a escolhas periódicas, por voto secreto e livre, de governantes. Democracia é, também, exercício constante de diálogo e de tolerância, de mútua compreensão das diferenças. '

Vozes cidadãs

Para comemorar a data, o TSE divulgou o vídeo 'Vozes da Democracia'. Ao som de Brasileirinho, imagens exibem a realização de eleições no Brasil ao longo dos anos. À certa altura, convidados declamam um poema de Nicolas Behr, escrito especialmente para a ocasião. Personalidades como Dinho Ouro Preto e Gabriela Prioli - além dos próprios ministros do TSE Luís Barroso e Edson Fachin - se juntam ao coro democrático.

Águas passadas

As mágoas ficaram para trás. O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, declarou que o partido vai apoiar o senador Reguffe (Podemos-DF) para a corrida ao Buriti caso o parlamentar se decida pela candidatura. O anúncio de Lupi ocorreu no diretório regional do partido, em Brasília. O dirigente do PDT acrescentou que o apoio a Reguffe virá, independentemente da sigla ou do cargo que eventualmente o senador escolher em 2022. Filiado ao PDT por 11 anos, Reguffe rompeu com partido quando a legenda apoiava o governo de Dilma Rousseff. Após ouvir os elogios, o senador agradeceu o gesto do dirigente pedetista.

União de forças

Há uma movimentação de partidos em torno da candidatura de Reguffe. Podemos, PDT, Solidariedade e Pros negociam unir forças para turbinar o voo do senador em 2022.

Psol social

Marivaldo Pereira, eleito presidente regional do Psol, pretende intensificar a atuação da legenda em favor da população mais vulnerável, em tempos de inflação

galopante, gasolina a R\$ 7 e bandeira extra vermelha de energia elétrica. 'Vamos ter como foco tornar o partido ainda mais presente na periferia do DF e do Entorno para que possa atuar de forma ainda mais combativa contra o avanço da pobreza e os ataques aos direitos da população mais carente', disse. Além, naturalmente, de fazer oposição aos governos de Jair Bolsonaro e Ibaneis Rocha.

Mais tempo

O GDF garantiu a aprovação do projeto de lei que dá a empresas de ônibus o prazo de mais seis meses para renovar a frota. Segundo a legislação em vigor, os coletivos devem ser retirados de circulação após sete anos de uso. Estima-se que mais de 500 veículos estão no prazo limite para troca da frota.

Auxílio vetado

A 6ª Vara da Fazenda Pública do DF anulou o ato administrativo que concedeu um subsídio de ao menos R\$ 90 milhões às concessionárias do transporte público. Segundo a juíza Sandra Cristina Candeira de Lira, o 'auxílio emergencial' às empresas Expresso São José, Auto Viação Marechal, Urbi Mobilidade Urbana, Viação Piracicabana e Viação Pioneira 'não se fez sob o amparo da legalidade'. Cabe recurso da sentença.

Adeus, Doutor

A Câmara Legislativa fez um minuto de silêncio em homenagem ao médico ortopedista Flory Machado Sobrinho, que morreu ontem aos 77 anos. Doutor Flory chegou a Brasília em 1968 e atendeu, durante décadas, a uma infinidade de pacientes.

Ao mestre

O projeto Histórias Cruzadas e o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília homenageiam, no próximo dia 27, o geógrafo Aldo Paviani, professor emérito e um dos acadêmicos que mais escreve sobre Brasília. Na ocasião, será lançado o livro eletrônico Histórias Cruzadas: a

universidade e a cidade, como parte do projeto em comemoração aos 60 anos da UnB.

'A palavra escolheu outra palavra para representá-la: democracia poderia ter escolhido: povo liberdade cidadanita'.

Nicolas Behr,

Poeta, em homenagem ao Dia Internacional da Democracia

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber

Guedes cobra ajuda de Fux



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: LUANA PATRIOLINO

Na busca por uma solução para o impasse dos precatórios, que vão ocupar o espaço fiscal para a ampliação do Bolsa Família no Orçamento de 2022, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ajuda ao presidente do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, **Luiz Fux**. O ministro ironizou a solicitação. 'Paulo Guedes é tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu', respondeu e, em nova ironia, disse que o ministro é uma 'fábrica de ideias'.

Apesar do tom bem-humorado, Guedes deixou clara a preocupação do governo. 'É só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma é depositar um filho ou a responsabilidade no seu colo. É só que, quando a gente está desesperado, corre pedindo a proteção aos presidentes dos Poderes, na plena confiança do amor ao Brasil de todos eles, capacidade intelectual e política', respondeu.

Num evento on-line que os reuniu, realizado ontem, Guedes ressaltou que o governo segue apostando na resolução via Legislativo, onde há uma Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) em tramitação, e pelo **Judiciário** - solução que ficou congelada por conta da crise institucional entre os Poderes, provocada pelos ataques de Jair Bolsonaro ao STF. Antes dos ataques do presidente da República, Fux avaliava a possibilidade de criação de um subteto para os precatórios por meio de uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Mas, depois da divulgação da 'Declaração à Nação', quando Bolsonaro recuou das ameaças aos ministros do **STF** e pediu a harmonia entre os Poderes, Guedes vem tentando resgatar o acordo com o **Judiciário** sobre o pagamento dos precatórios - que é a requisição de pagamentos de dívidas em que a Fazenda Pública foi condenada depois de processo judicial. Farpas Fux aproveitou para alfinetar Guedes ao afirmar que o diálogo institucional depende de um pressuposto: democracia é inegociável. 'Toda a evolução e diálogo institucional dependem de um pressuposto, que é uma democracia inegociável, respeito à democracia de forma intransigente', considerou.

A elevação dos gastos com tais débitos virou um problema para o governo federal, com reflexos sobre o Orçamento para 2022. A despesa, que neste ano foi de R\$ 54, 7 bilhões, vai subir para quase R\$ 90 bilhões, tirando espaço fiscal para outras ações, como a ampliação do Bolsa Família - uma pretensão de Bolsonaro visando pavimentar sua reeleição, no ano que vem.

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se manifestou a favor de PEC para retirar precatórios do teto de gastos. 'Essa solução é juridicamente correta e fiscalmente responsável. A PEC do vice-presidente da Câmara respeita o teto de gastos e, ao contrário de outros caminhos aventados, não culminará com ajuizamento de ações questionando sua validade' disse Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional.

Para o ministro, respeito à democracia é premissa da

busca de soluções

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Rosa reafirma fé democrática



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Antes do início da sessão de julgamentos no **Supremo Tribunal Federal (STF)**, a ministra **Rosa Weber**, vice-presidente da Corte, disse ontem, quando foi celebrado o Dia da Democracia, que é preciso 'reafirmar a nossa fé no regime democrático' diante dos 'mares revoltos em que temos navegado'. A declaração vem após a escalada de investidas do presidente Jair Bolsonaro contra o **STF** chegar ao ápice no feriado do 7 de Setembro, reavivando a crise entre Executivo e **Judiciário** a despeito da tentativa de recuo do Planalto.

Em seu discurso, a ministra também disse que a democracia depende do diálogo e da 'observância incondicional da supremacia da ordem jurídica'. No feriado, discursando em cima de um carro de som na avenida Paulista, em São Paulo, Bolsonaro chegou a ameaçar descumprir decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes, relator de uma série de investigações que atingem o presidente e seus apoiadores.

'Em uma república democrática, a Constituição e as leis a todos irmanam, nivelam e igualam, como observou João Barbalho, eminente ministro desta Suprema Corte',

afirmou Rosa.

A vice-presidente do Supremo também disse que a 'convivência de opostos' é a 'essência' do regime democrático e pregou a defesa dos direitos humanos contra 'quaisquer forma de opressão, intolerância e discriminação'.

'Democracia é também exercício constante de diálogo e de tolerância, de mútua compreensão das diferenças, de sopesamento pacífico de ideias distintas, até mesmo antagônicas, sem que a vontade da maioria, cuja legitimidade não se contesta, busque suprimir ou abafar a opinião dos grupos minoritários, muito menos tolher ou comprometer-lhes os direitos constitucionalmente assegurados', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber

Área jurídica do governo contraria Guedes e avalia precatório fora do teto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

limitar o pagamento de precatórios em 2022, ganhou força no governo um plano para quitar os débitos integralmente e retirar essa despesa da contabilização da regra do teto -que limita o crescimento dos gastos públicos à variação da inflação.

A ideia é apoiar a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) elaborada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), para flexibilizar a regra fiscal. Isso tornaria desnecessárias, portanto, as alternativas buscadas atualmente pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O Executivo tenta solucionar explosão de gastos com o pagamento das dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e que não têm possibilidade de recurso. A conta das sentenças judiciais saltou de R\$ 54 bilhões neste ano para R\$ 89 bilhões.

O crescimento dessa despesa comprimiu o Orçamento de 2022, forçando o governo a buscar soluções para abrir espaço nas contas e tornar possível a ampliação do Bolsa Família.

Guedes atua em dois eixos simultâneos. No mais simples deles, a ideia é que o próprio **Judiciário** estabeleça um teto para o pagamento de precatórios em 2022, sem a necessidade de aprovação do Congresso.

O plano, negociado com o presidente do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, **Luiz Fux**, dependeria apenas de uma resolução do **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**. A medida reduziria esse gasto em R\$ 49,1 bilhões no ano que vem.

Na avaliação de membros da área jurídica do governo, no entanto, a medida tem alto risco de judicialização e tende a não prosperar.

A justificativa é que a simples decisão do **CNJ**, sem amparo em instrumento previsto em lei ou na

Autor: Bernardo Caram, Danielle Brant e Marcelo Rocha

BRASÍLIA - Enquanto a equipe econômica trabalha para

Constituição, acabará questionada no **STF**. Por isso, a avaliação é que seria necessário aprovar uma proposta no Congresso para garantir essa base da legislação.

O plano sofre com a resistência de parte dos ministros do **STF**. Membros da corte ficaram incomodados com a pressão feita por Guedes para que o **CNJ** resolva o caso. Segundo relatos, foi dito ao ministro que o colegiado não resolverá o problema por conta própria, mas apenas se for provocado após ingresso de ação no **STF** ou aprovação da uma proposta pelo Congresso.

Em outra frente, Guedes enviou ao Legislativo uma PEC para tratar do tema. A medida abre margem de R\$ 33,5 bilhões em 2022 ao parcelar precatórios. O texto ainda cria um fundo com recurso de privatizações para abater dívida pública e fazer pagamentos antecipados de precatórios sem contabilizar no teto.

A proposta, alvo de críticas de especialistas, também foi recebida com cautela em outras áreas do Executivo. Segundo membros do governo, a medida é mais ampla que o necessário e de difícil aprovação.

O texto deve ser votado nesta quinta-feira (16) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

Membros da área jurídica argumentam ainda que a PEC de Guedes também pode acabar judicializada. Isso porque os credores do governo poderão entrar com ações questionando o parcelamento dos precatórios.

Diante desse diagnóstico, ganhou força no governo a ideia de apoiar a aprovação da PEC apresentada pelo deputado Marcelo Ramos. O texto retira os precatórios integralmente da regra fiscal e faz uma espécie de rebaixamento no teto.

A medida estabelece que o governo deve recalcular o teto de gastos. Para isso, seria necessário retroagir a 2016, ano anterior à entrada em vigor da regra fiscal, e subtrair do teto o valor correspondente aos precatórios. Em seguida, o limite de gastos seria novamente calculado ano a ano, adicionando a variação da inflação

no período.

Ao elaborar a proposta, que garante a manutenção do pagamento integral dos precatórios, o deputado argumentou que parcelar esses débitos colocaria em risco a credibilidade do país.

'A PEC proposta pelo governo, sob a ótica do credor, é um calote, e sob a ótica fiscal é uma pedalada', criticou.

Ramos argumenta que os precatórios são um tipo de dívida e se assemelham a gastos como a amortização da dívida pública, que não é contabilizada no teto. Além disso, ele justifica que o governo não tem nenhuma ingerência sobre essas despesas, cuja definição cabe ao **Judiciário**.

De acordo como deputado, a aprovação de sua PEC permitirá ao governo abrir um espaço de até R\$ 27 bilhões no Orçamento de 2022, permitindo a ampliação do Bolsa Família.

'Você paga 100% dos precatórios, não cria essa insegurança jurídica, não passa essa mensagem de descompromisso do governo com suas contas', disse Ramos.

O deputado está coletando assinaturas para a PEC, que exige 171 apoiantes para começar a tramitar.

Em nota, o Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) se posicionou a favor da PEC de Ramos.

'Essa solução é juridicamente correta e fiscalmente responsável. A PEC do vice-presidente da Câmara respeita o teto de gastos e, ao contrário de outros caminhos aventados, não culminará com ajuizamento de ações questionando sua validade', afirma a manifestação.

Em evento nesta quarta-feira (15), Guedes afirmou que fez 'um pedido desesperado de socorro' ao Legislativo e ao **Judiciário** para solucionar o impasse em torno dos precatórios.

Em debate no mesmo evento, Fux defendeu o diálogo entre as instituições e, em tom de brincadeira, disse que Guedes é 'tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu'.

Na avaliação do economista Marcos Mendes, colunista da Folha, as alternativas avaliadas são fiscalmente irresponsáveis e fragilizam o teto de gastos. Para ele, o governo busca argumentos frágeis para viabilizar uma ampliação de gastos no ano que vem.

Mendes, que é um dos formuladores da regra do teto, afirma que precatórios não são similares à dívida pública.

Segundo ele, também é frágil o argumento de que o governo não tem controle sobre esses gastos porque há outras despesas também fora desse poder de decisão e que estão sob o teto, como os benefícios previdenciários.

'Se retirar do teto, é inevitável -e eu acho que não é- que se faça explicando que está tirando porque considera que vai comprimir outros gastos e vai tirar do teto para pagar outras despesas. Mas não me venha com princípios jurídicos e econômicos que não existem'

Para o economista, eventual flexibilização do teto deveria ser acompanhada de medidas compensatórias, como a ativação de gatilhos que travam despesas públicas. Para ele, porém, não há clima político para esse tipo de medida.

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), disse que instalará uma comissão especial para debater o tema.

Em relatório, a IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) afirmou que a retirada de precatórios do teto pode abrir um espaço de R\$ 48,6 bilhões no Orçamento de 2022.

O órgão pondera que a solução não anularia os efeitos negativos sobre as expectativas dos agentes econômicos e, consequentemente, sobre câmbio,

inflação e juros.

DÁ PARA PAGAR PRECATÓRIO SEM ESTOURAR TETO, DIZ IFI

Instituição aponta que esse cenário prevê despesas discricionárias em R\$ 104 bilhões, valor próximo ao mínimo para funcionamento da máquina pública. O Orçamento prevê R\$ 115 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Bolsonaro não deve atuar como chefe do Congresso nem do STF, diz Pacheco



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Thiago Resende

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse nesta quarta-feira (15) que um ambiente de desagregação entre instituições prejudica o Brasil. Para o senador, os chefes de Poderes precisam ter consciência de qual o papel de cada instituição.

'Eu não sou presidente do **Supremo Tribunal Federal** nem o ministro **Luiz Fux** [presidente do **STF**] é presidente do Congresso Nacional. E tampouco nenhum dos dois é presidente da República. E também [que] o presidente da República não pretenda ser nem presidente do Supremo nem presidente do Congresso', declarou Pacheco.

Principal incentivador dos atos de raiz golpista do 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro mudou de tom dois dias depois por meio da divulgação de uma carta alinhavada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB).

Nesta quarta-feira, Pacheco disse que, para o país se

desenvolver, é necessário respeito entre Poderes. 'Não há caminho, não há reforma, não há lei que possa salvar o Brasil sem o ambiente de união', afirmou, durante o discurso de abertura de um evento virtual

'Esse respeito entre os Poderes é fundamental para não se descambar para uma política que seja agressiva, que seja de ironia, de lacração na internet', afirmou Pacheco durante encontro anual do Movimento Pessoas à Frente, cujo objetivo é discutir formas de melhorar o Estado.

Após atacar o **STF** com ameaças golpistas, Bolsonaro divulgou uma nota no dia 9. No texto ele recua, afirma que não teve 'nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes' e atribui declarações ao "calor do momento".

No domingo (12), o presidente do Congresso já havia comentado a carta de Bolsonaro. 'Guardo muita expectativa e confiança de que ela se perpetue como uma tônica entre as relações dos Poderes a partir de agora, porque isso é fundamental para o país', disse ele na ocasião.

O presidente do **STF** (**Supremo Tribunal Federal**), **Luiz Fux**, também participou do evento virtual desta quarta e voltou a defender a democracia. 'Acreditamos na democracia brasileira, estamos no mar revolto, mas tenho certeza que estamos muito mais perto do porto do que do naufrágio' disse.

Fux afirmou que o Poder **Judiciário** não participa de pactos nem de acordo e defendeu que o **Judiciário** passe a não se posicionar quando for acionado para solucionar questões relacionadas a outros Poderes.

'Delegar isso [questões de outros Poderes] para o Poder **Judiciário** é o que tem causado problemas para a ilegitimidade democrática que o **Judiciário** tem sofrido', disse.

'O **Judiciário** não deve receber aquilo que compete às instâncias políticas, ao Executivo e ao Legislativo, e tem que desenvolver essa virtude passiva de decidir não decidir, de devolver aquilo que não lhe compete', declarou o presidente do **STF**.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (sentado), com o secretário-geral da Mesa, Gustavo Vieira Jefferson Rudy/Agênciasenado

Esse respeito entre os Poderes é fundamental para não se descambar para uma política que seja agressiva, que seja de ironia, de lacração na internet

Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

presidente do Senado

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Kassio, do STF, defende marco temporal de terras indígenas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marcelo Rocha

O ministro Kassio Nunes Marques, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, votou para reafirmar o marco temporal na demarcação de terras indígenas, em um posicionamento que se alinha aos interesses do Palácio do Planalto. Kassio foi indicado à corte pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Após o voto de Kassio, o ministro Alexandre de Moraes, alvo de ataques de Bolsonaro nas últimas semanas, pediu vista. O placar está em 1 a 1 até este momento.

O tribunal retomou nesta quarta-feira (15) o julgamento da matéria, com a continuação dos votos dos ministros.

Sessões anteriores foram reservadas para as intervenções das partes interessadas, incluindo a União, o Ministério Público Federal e entidades que atuam na defesa dos povos indígenas.

Na abertura dos trabalhos, em celebração ao Dia da Democracia, comemorado nesta quarta-feira, a ministra **Rosa Weber** disse que é preciso reafirmar a fé no

regime democrático frente aos 'mares revoltos em que temos navegado'. 'Em uma república democrática, a Constituição e as leis a todos irmanam, nivelam e igualam, como observou João Barbalho, eminente ministro desta Suprema Corte', afirmou a ministra.

Para Kassio, o feto de a Constituição de 1988, em suas disposições transitórias, ter estipulado prazo de cinco anos para demarcação das terras indígenas denota que os legisladores de então buscaram superar o debate sobre o que seria ou não território indígena, delimitando o seu alcance.

'Posses posteriores à promulgação da Constituição Federal não podem ser consideradas tradicionais, porque isso implicaria o direito de ex-pandilas ilimitadamente para novas áreas já definitivamente incorporadas ao mercado imobiliário nacional', disse.

Ele afirmou que a sujeição dos limites das terras a um processo permanente de recuperação de posse em razão de esbulho ancestral abre espaço para conflitos de toda ordem.

'A propriedade privada é elemento fundamental das sociedades capitalistas, como é a brasileira atual. A insegurança sobre esse direito é sempre causa de grande desassossego e de retração de investimentos', argumentou Kassio.

Na semana passada, o relator da matéria, Edson Fachin, refutou a tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas. Ele ressaltou que uma interpretação restritiva sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas atenta contra a Constituição e contra o Estado democrático de Direito.

'Entender-se que a Constituição solidificou a questão ao eleger um marco temporal objetivo para a atribuição do direito fundamental a grupo étnico significa fechar-lhes uma vez mais a porta para o exercido completo e digno de todos os direitos inerentes à cidadania', afirmou.

Na avaliação de Fachin, em um voto de 116 páginas, o direito indígena à terra é fundamental e originário, precedendo o próprio Estado brasileiro.

'Em nome da posse tradicional indígena, compreende ser nulo e extinto título dominial ou possessório válido incidente nessas áreas afetadas à manutenção do modo de vida das comunidades indígenas, a consistir direito originário da etnia' disse.

O relator frisou ainda que, decorridos quase 33 anos desde a promulgação da Constituição, os indígenas no Brasil permanecem, embora cessada a tutela antes vigente, 'dependendo das providências administrativas para ver concretizado seu direito à terra'.

E destacou a 'progressiva redução orçamentária e mitigação do vigor administrativo de gestão imposto à autarquia [Funai] destinada a efetivar as demarcações'.

O debate chegou ao Supremo após o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), responsável pela região Sul, usar a regra de ocupação ou não das terras indígenas em 1988 para impor uma derrota à comunidade xokleng.

À época, a Funai (Fundação Nacional do Índio) recorreu da decisão e foi neste recurso que o **STF** resolveu fixar a repercussão geral. Isso significa que a decisão a ser tomada pelo **STF** valerá para todo o país. Hoje, há 82 processos parados no **Judiciário** à espera de uma definição sobre a possibilidade de aplicação ou não da tese do marco temporal.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu que a fixação de um marco temporal para demarcação de terras indígenas deve ser aplicada caso a caso e que não pode haver uma regra linear para essas disputas sobre áreas reivindicadas por povos tradicionais.

Aras destacou a importância da preservação das regiões ocupadas historicamente por indígenas e sugeriu que o **STF** aprove uma tese a ser seguida pelas demais instâncias do **Judiciário** que preveja que a

demarcação das terras 'há de ser feita no caso concreto'.

Ao rejeitar a ideia de afastar por completo o marco temporal, Aras enviou um sinal à bancada ruralista no Congresso e ao presidente Jair Bolsonaro, que tem feito críticas à tese defendida por indígenas.

Em declarações recentes, Bolsonaro tem dito que eventual decisão do **STF** contrária ao marco temporal fará com que um território do tamanho da região Sul seja agregado às reservas indígenas.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber

COLUNA DO ESTADÃO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MATHEUS LARA

PT em alerta com ideia de mudar impeachment

A ideia de utilizar a CPI da Covid para propor mudanças no instrumento do impeachment preocupa o Pt, ainda sequelado pelo processo que tirou Dilma Rousseff do Planalto. Em privado, o partido analisa com enorme cautela a ideia porque sabe que hoje ela serve para desgastar Jair Bolsonaro, mas, lá na frente, pode ser usada contra Lula, líder nas pesquisas de intenção de voto. Justamente por isso, governistas ouvidos pela Coluna acreditam que a ideia de mudar a lei não irá adiante e servirá só para dar palanque à cúpula da comissão do Senado.

Calor do debate. Em privado, líderes do Legislativo comparam a proposta de mudar a lei do impeachment à famosa novela da 'prisão após condenação em segunda instância', que, sob o calor da Lava Jato, virou o País de cabeça para baixo, incluindo o **STF**.

Contexto. A proposta, encampada por Renan Calheiros (MDB-AL), estabelece tempo mínimo para o presidente

da Câmara analisar denúncias oriundas da CPI.

Contexto 2. Se o prazo não for cumprido, caberá ao plenário decidir. A mudança na lei depende de aprovação no Congresso.

Radar. Se a proposta de mudança na lei não preocupa o Planalto, a aliança da CPI com o grupo de juristas encabeçado por Miguel Reale Júnior, sim. Um relatório final da comissão robusto e embasado poderá deixar Bolsonaro ainda mais dependente de Arthur Lira e de Augusto Aras.

Bíblia. Omar Aziz escolheu a Constituição para celebrar o Dia Internacional da Democracia: 'Procurei alguns livros pra indicar, porém nenhum supera as regras que definem os rumos da nossa nação. Fomos forjados por homens que enxergavam um Brasil grande e de futuro brilhante'.

Vez deles. A discussão sobre aderir aos atos de 2 de outubro contra Bolsonaro, convocados pelo PT e grupos de esquerda, pôs organizadores dos protestos de 12 de setembro para experimentar o 'outro lado' do que foi o dilema de petistas sobre estar ou não na rua no domingo passado.

Sem clima. MBL e Vem Pra Rua ainda não bateram o martelo, mas internamente a avaliação é de que não está nem um pouco perto um trégua com o PT a ponto de deixar de lado as rivalidades em prol da união contra o presidente.

Dedo apontado. Integrantes do MBL minimizam as prováveis críticas de que a união contra Jair Bolsonaro só valeria se fosse em ato organizado por eles. Ao desacreditar o protesto do último domingo, petistas fizeram a mesma coisa.

click. A ministra Flávia Arruda (Governo), ao lado de Fábio Faria (Comunicações), recebeu o prêmio Marechal Rondon: 'Admiração aos comunicadores', disse ela.

Mudança... O presidente da seccional capixaba da OAB, José Carlos Rizk Filho, diz que o processo de integração de comarcas encabeçado pelo TJ-ES pode afetar o acesso dos mais pobres à Justiça.

...gradual. Se a mudança fosse implementada, 27 municípios perderiam seus fóruns imediatamente. Decisão do **CNJ** determinou que a integração não acontecerá de forma abrupta: o atendimento presencial deve continuar enquanto processos forem digitalizados.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - CNJ, Judiciário - STF

Despesas

 caem, mas risco fiscal se mantém



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli

A incerteza fiscal está no centro da deterioração das condições do mercado e alimentou o corte das previsões de alta do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, na contramão desse círculo negativo, os indicadores das contas públicas mostram uma redução das principais despesas obrigatórias nos últimos três anos, como pessoal. Previdência e subsídios. Enquanto as previsões do Ministério da Economia mostram que o governo vai entregar uma despesa menor do que encontrou 17, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, em comparação a 19, 3% em 2018 -, o quadro atual é de alta dos juros futuros com falta de credibilidade por causa da trajetória das contas públicas e do medo do populismo no ano eleitoral. Essa contradição do quadro recente da economia brasileira tem chamado a atenção de economistas. O maior problema, reconhecido até mesmo por integrantes da equipe econômica, é que o governo não está conseguindo coordenar as expectativas e tirar proveito dessa redução dos gastos obrigatórios, que incluem pagamento de salários e benefícios previdenciários. Um ponto de consenso é que governo e Congresso não

podem perder mais tempo e precisam resolver o quanto antes os dois principais problemas: o novo Bolsa Família e o pagamento de precatórios, dívidas que a União é obrigada a quitar depois de derrotas na Justiça. Segundo apurou o Estadão, a costura política está sendo feita para aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O grupo político prefere apoiar a proposta do vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), que retira os precatórios do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Ramos se reuniu ontem à noite com o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, para tratar o assunto.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer um acordo para uma PEC que contenha a solução 'Fux-Dantas'. Essa proposta estava sendo construída pelo presidente do Supremo 'Tribunal Federal (STF), **Luiz Fux**, e pelo ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU). Cria uma espécie de subteto para o pagamento dessas despesas. Ontem, Guedes fez um 'pedido desesperado de socorro' a Fux, que brincou que o 'filho' não era dele (mais informações nesta página).

E preciso que a PEC seja aprovada até o final de outubro para O governo enviar uma mensagem modificativa do projeto de lei do Orçamento, quando se espera definir os recursos para reforço do Bolsa Família, com benefício de R\$ 300. Para isso, negocia-se uma tramitação mais rápida da PEC.

Para o coordenador do Observatório Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Manoel Pires, há muitas perguntas sem resposta e o receio de a economia passar por um período de estagflação, combinação perversa de crescimento pequeno e alta de preços. 'As forças políticas precisam achar uma forma de equacionar', diz ele, que aponta as emendas parlamentares, outro ponto a ser resolvido para diminuir a incerteza.

'O governo se comunica muito mal. Tem coisa boa, sim,

mas o que tem de bom é retrovisor, é passado. E o que preocupa mais é o futuro', afirma o economista-chefe e sócio da RPSCapital, Gabriel Lealde Barros. Segundo ele, o preço mais favorável das commodities (produtos básicos, como alimentos, minério de ferro e petróleo) e o aumento das receitas ajudaram o governo a melhorar o quadro da dívida e do rombo nas contas. 'Mas o governo não soube capitalizar os pequenos ganhos que teve', diz.

*Moratória seletiva'. Segundo Tiago Pessoa, responsável pelas mesas de operações do Morgan Stanley para América Latina, os precatórios estão gerando uma grande insegurança no mercado. 'O Guedes falou num evento, e ele está certo, que esse barulho político deixa a curva de juros mais alta, mas muito desse barulho vem do próprio governo. '

Segundo Pessoa, insistir nesse modelo de parcelamento dessa dívida, que vai ser mais cara do que pagar, abre o precedente para governos futuros criarem essa moratória seletiva de outras despesas.

Para órgão ligado ao Senado, risco não é abstrato'

? Embora o aumento de arrecadação e o 'relativo controle' nas despesas tenham contribuído para melhorar o quadro para as contas públicas em 2021, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado fez ontem um alerta de que 'o risco fiscal não é abstrato' e apontou uma série de indefinições para o Orçamento de 2022, entre eles as dívidas judiciais (precatórios) como fatores de incerteza para as finanças da União. De forma mais imediata, o órgão observou que a dívida bruta do País está caindo menos, em um 'prenúncio de que voltará a crescer em breve'.

A dívida bruta em relação ao PIB recuou de 88, 8%, em dezembro, para 83, 8% em julho, segundo o Banco Central (BC). A IFI já vinha alertando para a influência do aumento de preços nas receitas do governo, embora a equipe econômica ressalte componentes estruturais nessa melhora, o que garantiria um aumento duradouro na arrecadação.

No entanto, a persistência da inflação, que acumula 9, 68% em 12 meses até agosto, criou a expectativa de que o BC precisará elevar ainda mais os juros. A alta da Selic bate diretamente no custo da dívida pública brasileira.

Além disso, ressalta a IFI, as incertezas fiscais contribuem para ampliar a percepção de risco de investidores, que cobram juros mais elevados para aceitar financiar o governo. /L. T.

Perspectiva

'O governo se comunica muito mal. Tem coisa boa, sim, mas o que tem de bom é retrovisor, é passado.

E o que preocupa mais é o futuro. '

Gabriel Leal de Barros

SÓCIO DA RPS-CAPITAL

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Luiz Fux

'Filho não é meu', diz Fux sobre precatórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lorena Rodrigues Célia Froufe

Enquanto o governo busca espaço no Orçamento do ano que vem para tirar do papel uma versão turbinada do Bolsa Família, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem um aumento 'moderado' do benefício médio do programa. 'Ímpetus eleitorais aconteceram no passado e acabou em impeachment, não queremos que isso se repita', disse o ministro, em evento do Movimento Pessoas à Frente criado no ano passado para se tornar uma espécie de área de recursos humanos de apoio ao poder público brasileiro, com a participação de grandes nomes da iniciativa privada.

Hoje, não há espaço no teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação) para comportar o custo com a ampliação do Bolsa Família. O espaço foi ocupado pelo crescimento dos precatórios, dívidas judiciais que saltaram de R\$ 55 bilhões, neste ano, para R\$ 89,1 bilhões em 2022.

O governo tem negociado com o Congresso e com o próprio **Judiciário** uma forma de parcelar ou reduzir

esse volume de pagamentos. Guedes voltou a dizer que os Poderes 'precisam conversar'. 'Principalmente, quando a decisão de um afeta o outro.'

No mesmo evento, o presidente do **Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux**, foi irônico sobre uma solução para o 'meteoro' (termo usado pelo ministro da Economia) dos novos gastos. 'Guedes é meu amigo. É tão meu amigo, que coloca no colo um filho que não é meu', alfinetou Fux.

Logo após a 'brincadeira', Guedes respondeu: 'É só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma depositar o filho ou a responsabilidade no seu colo. É que, quando a gente está desesperado, pede proteção aos presidentes dos Poderes', afirmou ele.

O próprio Fux havia se envolvido na negociação para os precatórios, com a proposta de criar um subteto para os pagamentos programados para 2022. Isso seria feito por meio de uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Mas a proposta perdeu força entre os ministros do Supremo diante dos ataques feitos pelo presidente Jair Bolsonaro contra o **STF**.

Bolsonaro conta com essa nova versão do Bolsa Família batizada de Auxílio Brasil para estancar queda de popularidade do seu governo e conseguir a reeleição em 2022. Guedes defende que o benefício médio do programa fique em R\$ 300.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Um eficaz muro de contenção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Depois de dois anos e meio de governo, bem se sabe como Jair Bolsonaro funciona. Suas ações não são norteadas pelo interesse público, tampouco estão circunscritas aos limites institucionais do cargo. Apesar de ocupar a Presidência da República, sua perspectiva de atuação mais se assemelha à de um mau vereador. O objetivo mais amplo que Bolsonaro consegue alcançar é o de agradar a seus redutos eleitorais, valendo-se, se necessário for, de meios explicitamente esdrúxulos.

A tática pôde ser vista no dia 6 de setembro. Na véspera das manifestações governistas, Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) 1. 068/2021, alterando o Marco Civil da Internet para restringir a exclusão de conteúdo e de perfis de usuários das redes sociais. Sem pudor, Bolsonaro usou a caneta presidencial para modificar um marco legislativo reconhecido internacionalmente por seu equilíbrio, resultado de longos anos de trabalho do Congresso.

É desalentador ver essa atuação presidencial. Trata-se do mais estrito exercício disfuncional do poder. Em vez de trabalhar para resolver os graves e urgentes

problemas do País, Bolsonaro inventa novos percalços - e tudo isso para que seus seguidores possam descumprir impunemente as regras das plataformas digitais.

No entanto, deve-se reconhecer que a atuação de Bolsonaro contra os limites institucionais tem sido ineficaz. Não significa que não seja grave ou que não produza efeitos deletérios sobre o País. O fato a ser observado é que a separação de Poderes, com seu sistema de freios e contrapesos, está funcionando. As manobras de Jair Bolsonaro estão sendo devidamente interrompidas, como se constatou na terça-feira passada, com a atuação do Senado e do **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolveu ao Executivo a MP 1. 068/2021, em razão de sua explícita inconstitucionalidade. A devolução de MP é um ato forte, usado raríssimas vezes, mas que revela a gravidade do abuso tentado por Jair Bolsonaro. A rigor, não é uma derrota política em sentido estrito - a devolução de uma MP não se baseia em eventual falta de apoio político dentro do Congresso -, mas o reconhecimento do caráter acintosamente inconstitucional da medida editada.

'Há situações em que a mera edição de medida provisória é suficiente para atingir a funcionalidade da atividade legiferante do Congresso Nacional e o ordenamento jurídico brasileiro', disse Rodrigo Pacheco. A devolução da MP 1. 068/2021 é a prova material de que Jair Bolsonaro ultrapassa os limites constitucionais do cargo que ocupa. Não é uma questão de interpretação jurídica ou de oposição política ao presidente da República. Ao alterar o Marco Civil da Internet por meio de medida provisória, Jair Bolsonaro fez o que a Constituição não lhe permite fazer.

No mesmo dia em que Rodrigo Pacheco devolveu ao Executivo a MP 1. 068/2021, outro freio constitucional funcionou contra os desmandos de Jair Bolsonaro. A ministra do **STF Rosa Weber** deferiu medida cautelar

em sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade para suspender a eficácia da MP abusiva.

Na decisão, **Rosa Weber** lembrou que a Constituição proíbe a edição de MPs sobre determinadas matérias. 'Tenho por inequívoca a inviabilidade da veiculação, por meio de medida provisória, de matérias atinentes a direitos e garantias fundamentais', disse a ministra, ressaltando que a MP 1. 068/2021 disciplina o exercício de direitos individuais nas redes sociais. 'Estamos diante de hipótese na qual o abuso do poder normativo presidencial está, aparentemente, configurado', afirmou.

Mais do que simplesmente recordar limites formais do cargo, a suspensão de ato abusivo do presidente da República é manifestação de que a Constituição está funcionando em seu ponto mais essencial: a proteção dos cidadãos contra os arbítrios do poder estatal. Bolsonaro fala muito em liberdade, mas atua em sentido contrário. Felizmente, existe a separação de Poderes, com instituições independentes e aptas a defender a Constituição e a liberdade.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber

IMPASSE MAIS LONGE DE ACORDO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: FERNANDA TRISOTTO, MARIANA MUNIZ,
GABRIEL SHINOHARA EGERALDA DOCA

O impasse sobre o pagamento dos R\$ 89,1 bilhões em precatórios - dívidas judiciais das quais o governo não pode mais recorrer - está longe de uma solução negociada com o **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Ontem, em evento virtual, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu 'socorro' ao presidente da Corte. **Luiz Fux**, por sua vez, brincou dizendo que o ministro estava colocando em seu colo 'um filho que não era seu' e indicou que uma solução com apoio do **STF** dependerá da chancela de todos os ministros. Segundo fontes, na prática, isso deve praticamente inviabilizar o entendimento dentro do prazo que o governo requer. Encontrar solução para o pagamento destas dívidas no próximo ano é passo necessário para definir espaço no Orçamento para o Auxílio Brasil, a nova versão do Bolsa Família.

A possibilidade de uma solução costurada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** já vinha perdendo força nas duas últimas semanas. A proposta era a fixação de um teto para os precatórios do próximo

ano, mas houve posicionamentos contrários dentro do Supremo a essa tese jurídica. Além disso, a escalada da crise institucional também prejudicou o diálogo.

LIMITE DE PAGAMENTO

Interlocutores ouvidos pelo GLOBO afirmam que apesar dos apelos do governo, o **STF** entende ser inviável uma resolução via **CNJ** antes de ser provocado pelo Congresso. Neste quadro, o governo teria de voltar a se empenhar na aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) para o parcelamento de dívidas, o que já foi alvo de críticas de parlamentares.

Diante da pressão por resultados e de uma solução rápida para o programa social com a marca do presidente Jair Bolsonaro, Guedes estaria sendo aconselhado, segundo integrantes do governo, a considerar pagar apenas R\$ 39 bilhões no próximo ano. O argumento jurídico é que tal qual as outras despesas que estão no teto de gastos, o precatório deveria ser corrigido apenas pela inflação. Ainda se discute se o restante seria pago fora da regra fiscal, se seria tratado como uma despesa extraordinária, como os gastos deste ano com vacina contra a Covid.

Durante a manhã, no debate 'Movimento Pessoas à Frente', Fux fez um comentário bem-humorado a respeito do problema: - Paulo Guedes é tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu.

Guedes entrou na brincadeira, mas justificou o pedido de intermediação por uma solução no caso dos precatórios: - Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, ao presidente do Supremo é só um pedido desesperado de socorro.

NÃO É POLITIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Fux, porém, explicou que uma intermediação da Corte requer o aval de todos os ministros: - O **Supremo Tribunal Federal** precisa, pelo seu colegiado, chancelar a solução que venha do Legislativo por iniciativa do

Executivo.

Mais tarde, em entrevista a uma rádio, Guedes destacou que o salto no valor previsto dos precatórios vai contemplar governos da oposição.

(Precatórios de ações judiciais antigas, algumas de 2002) Curiosamente caem sobre nosso governo e (vão) para dois ou três estados que são oposicionistas. Evidentemente que não vou achar que é a politização da Justiça, não vou achar. Não posso acreditar nisso, mas tenho que pedir ajuda ao Supremo - afirmou.

Guedes ressaltou que as dívidas judiciais decorrem de decisões de governos anteriores.

São meteoros emitidos em 2002, sobrevoaram dois governos do Fernando Henrique, dois governos do Lula, um governo e meio da Dilma, meio governo do Temer, três anos do nosso governo e, de repente, caem no ano eleitoral. E boa parte desses gastos... São R\$ 10 bilhões para a Bahia, R\$ 4 bilhões para o Ceará, R\$ 2 bilhões para Pernambuco. Caem de repente e completamente sem previsão porque nos últimos dez dias de prazo.

TETO DE GASTOS

Na entrevista, ele chegou a citar o debate sobre a retirada dos precatórios do teto de gastos, a regra fiscal que limita o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior.

Se o Executivo é obrigado a respeitar o teto, por que quando vem o comando do **Judiciário** ele vai ficar fora do teto? Ele devia também seguir o teto. Da mesma forma que quando vem o comando do Legislativo, por exemplo, o Fundeb ficou fora do teto. Agora o **Judiciário** fica fora do teto. Amanhã vamos fazer o auxílio emergencial fora do teto. Vamos acabar com o teto então. Eu acho muito bom, uma geração política que tiver coragem de assumir os orçamentos públicos não precisa de teto - afirmou.

Paulo Guedes é tão amigo que coloca no meu colo um

filho que não é meu'

Luiz Fux, presidente do **STF**

' Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, ao presidente do Supremo é só um pedido desesperado de socorro' Paulo Guedes, ministro da Economia

R\$ 89, 1 BILHÕES DE PRECATÓRIOS

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Precatórios: Guedes apela a Fux, que sinaliza caminho difícil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ministro da Economia pediu 'socorro' a presidente do **STF** para resolver impasse sobre o pagamento de R\$ 89 bilhões em 2022, mas **Luiz Fux** disse que solução negociada requer chancela de todos os ministros da Corte. Na prática, isso deve inviabilizar o acordo no prazo desejado pelo governo. Página 17

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Ação sobre 'MP das Fake News' perdeu objeto, diz Aras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MARIANA MUNIZ

A pouco mais de quatro horas para o início do julgamento no **Supremo Tribunal Federal (STF)** sobre a decisão liminar que suspendeu os efeitos da MP que dificultava a remoção de conteúdo das redes sociais, o procurador-geral da República, Augusto Aras, disse que a ação perdeu o objeto já que a medida foi devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a Jair Bolsonaro.

Na petição, a PGR informa ter tomado conhecimento da decisão de suspender a MP dada pela ministra **Rosa Weber**, mas ressaltou que a devolução ao presidente da República 'torna prejudicada a ação por perda superveniente de objeto, uma vez que não constatada hipótese de retirada da norma do ordenamento jurídico com intuito de burla à jurisdição constitucional'.

Apesar da devolução da MP ao Planalto, o referendo à decisão de Rosa está na pauta de julgamentos do plenário - extraordinário convocado apenas para analisar a confirmação, ou não, da liminar. Até agora, não houve formalização por parte do Executivo - que

poderia ser feita pela Advocacia Geral da União (AGU) - sobre a decisão de Pacheco.

A avaliação nos bastidores da Corte é a de que o julgamento pode ser iniciado apenas para responder que há inconstitucionalidade na medida provisória, mas que a ação de fato perdeu o objeto. Há ainda a possibilidade de que os ministros discutam juridicamente qual é o efeito prático da devolução pelo Senado.

'MP: ABUSO DE PODER'

No despacho que suspendeu a medida, a ministra **Rosa Weber** observou que a interferência do **Judiciário** deve ter 'absoluta excepcionalidade', mas disse entender que, no caso da MP 1. 068/2021, 'estamos diante de hipótese na qual o abuso do poder normativo presidencial está, aparentemente, configurado',

Para a ministra, o tema é complexo, e justamente por isso o **STF**, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Congresso 'têm enfrentado, cada um dentro de suas competências constitucionais, tais temas com a promoção de debates públicos, instauração de Comissão Parlamentar, dentre outros métodos e expedientes'.

'A propagação de fake news, de discursos de ódio, de ataques às instituições e à própria democracia, bem como a regulamentação da retirada de conteúdos de redes sociais consubstanciam um dos maiores desafios contemporâneos à conformação dos direitos fundamentais', afirmou **Rosa Weber**, para quem a MP é inconstitucional.

O presidente Jair Bolsonaro assinou a Medida Provisória na véspera dos atos do feriado de 7 de Setembro como um aceno à militância digital bolsonarista, que tem sido alvo de remoções de conteúdos e contas sob a acusação de propagar conteúdos falsos pelas empresas administradoras de plataformas de redes sociais. O texto da MP enviado ao

Congresso pelo presidente dificulta justamente a atuação das redes para apagar informações compartilhadas por usuários que violem os termos de uso das plataformas.

Reação. Augusto Aras, procurador-geral da República: em petição, diz ter conhecimento da suspensão de MP pelo **STF**

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber

Rosa cancela julgamento da 'MP das Fake News' no Supremo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MARIANA MUNIZ

A ministra **Rosa Weber**, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, cancelou o julgamento da decisão dada por ela que suspendia os efeitos da medida provisória editada por Jair Bolsonaro que promovia mudanças no Marco Civil da Internet - que ficou conhecida como a 'MP das Fake News' - e dificultava a remoção de conteúdos nas redes sociais. Como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM

MG), devolveu a MP para Bolsonaro, a ministra, em um ato protocolar, considerou que houve perda de objeto das ações apresentadas ao **STF** que a questionavam.

O julgamento sobre o referendo ou não da liminar estava previsto para começar à meia noite de hoje, em sessão extraordinária do plenário do Supremo realizada virtualmente.

'Tendo em vista a perda superveniente de objeto das presentes ações diretas de inconstitucionalidade, prejudicada a submissão da medida cautelar a referendo do Plenário desta Suprema Corte, impondo-

se, pois, o cancelamento da sessão virtual extraordinária agendada', disse a ministra. Rosa considerou 'fato público e notório' a devolução por parte de Pacheco, e afirmou que 'tal fato produz significativo efeito de ordem jurídica, acarretando a perda superveniente de objeto das presentes ações diretas de inconstitucionalidade'. Mais cedo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, disse ao **STF** que a ação perdera o objeto já que a medida foi devolvida.

Pacheco devolveu a MP na quarta-feira. A decisão foi anunciada instantes depois de o presidente Jair Bolsonaro, na presença do presidente do Senado, ter feito um apelo para que as 'fake news' não fossem alvo de regulamentação. Na solenidade em que estavam, no Palácio do Planalto, Bolsonaro chegou a dizer que 'fake news' é 'quase um apelido' e 'morrem por si só'.

- Fake news faz parte da nossa vida. Quem nunca contou uma mentirinha para a namorada? Se não contasse, a noite não ia acabar bem. Eu nunca menti para dona Michelle - disse o presidente. - Não precisamos regular isso aí. Deixemos o povo à vontade.

PGR OPINOU CONTRA MP

Bolsonaro assinou a MP na véspera dos atos do feriado de 7 de Setembro como um aceno à militância digital bolsonarista, que tem sido alvo de remoções de conteúdos e contas sob a acusação de propagar conteúdos falsos. O texto enviado ao Congresso pelo presidente da República dificultava justamente a atuação das redes para apagar informações compartilhadas por usuários que violem os termos de uso das plataformas. Na última segunda-feira, em parecer ao **STF**, a PGR já havia opinado pela suspensão da medida. Aras defendeu uma discussão mais aprofundada sobre o tema tanto no Congresso quanto no próprio **STF**.

Decisão. Em ato protocolar, Rosa suspendeu julgamento de Medida Provisória encaminhada por Bolsonaro

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Rosa Weber

TSE e STF Investigam financiamento do 7 de setembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MARIANA MUNIZ, FERNANDA TRISOTTO E DIMITRIUS DANTAS

OS atos de 7 de Setembro voltaram a entrar no alvo do **Judiciário**. O corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luis Felipe Salomão, determinou a apuração sobre o pagamento de transporte e diárias a apoiadores do presidente Jair Bolsonaro que foram às ruas naquela data. Ele quer saber ainda se houve conteúdo de campanha eleitoral antecipada.

O financiamento das manifestações também será investigado pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**, de acordo com informações do portal G1. A Corte já tinha um procedimento aberto para apurar eventuais ilegalidades cometidas durante os preparativos para o Dia da Independência, como ameaças a ministros e promessas de vandalismo contra a sede do tribunal. A partir de agora, porém, o Supremo também vai direcionar o foco em como e por quem as ações, como as caravanas de ônibus e caminhões para Brasília, foram patrocinadas.

No caso do TSE, o despacho de Salomão ocorreu num procedimento "administrativo, aberto em agosto, cujos objetos principais são disseminação de fake news, abuso de poder político e econômico contra o sistema eletrônico de votação e a legitimidade das eleições de 2022. Segundo o ministro, reportagens publicadas pelas imprensa e vídeos que circulam nas redes sociais mostram situações que podem caracterizar alguns dos crimes citados. Por isso, ele pediu à Polícia Federal que transcreva e investigue o material.

'Há notícias nos grandes veículos de comunicação e redes sociais, que apontam que foram confeccionados bonés e roupas, com a mesma finalidade e com eventual intuito eleitoral, o que pode ainda caracterizar possível campanha eleitoral antecipada', justificou o corregedor.

Segundo o despacho desta quarta-feira, o material é um vídeo divulgado nas redes sociais que mostra cenas do interior de um ônibus que supostamente saiu de Pompeia, interior de São Paulo.

'DEMOCRACIA É PLURALISMO'

Fora dos autos processuais, outros dois ministros voltaram a pregar em favor da manutenção de um ambiente harmônico entre os Poderes ontem, quando se comemorou o Dia da Democracia. Em discurso publicado nas suas redes sociais em alusão à data, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, afirmou que a democracia se encontra sob ataque do 'populismo, extremismo e autoritarismo': - A democracia é considerada o melhor regime de governo mas não necessariamente o mais fácil. Porque democracia envolve pluralismo, que é diversidade de visões de mundo e, consequentemente, respeito às visões contrárias. Não é o regime do consenso. Mas aquele em que a divergência é absorvida de maneira institucional e civilizada.

A manifestação ocorre em meio ao armistício entre o presidente Jair Bolsonaro e o **Judiciário** após semanas

de ataques recorrentes do presidente da República contra ministros do Supremo, particularmente Alexandre de Moraes.

Já a ministra **Rosa Weber**, vice-presidente do **STF**, defendeu também ontem que a democracia é a mútua compreensão das diferenças e chamou a atenção para a 'féno regime democrático consagrado na Constituição' nestes tempos de 'mares revoltos': - Refletir sobre a democracia não constitui mero exercício teórico. A democracia não se resume a escolhas periódicas, democracia é também exercício constante de diálogo e tolerância, e mútua compreensão das diferença.

Ao participar do evento 'Pessoas em Movimento: Diálogos para um Melhor Estado', promovido pelo Movimento Pessoas à Frente, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), adotou tom mais ácido que o dos magistrados para enaltecer a democracia: - Nós precisamos ter respeito, sobretudo nesse instante, entre os Poderes da República. Esse respeito é fundamental para não se descambar para uma política que seja agressiva, que seja de ironia, que seja da lacração na internet.

Novas frentes. **STF** e TSE direcionam foco para financiadores dos atos pró-governo realizados em 7 de setembro: transporte e pagamento de diárias na mira

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber

Incerteza local mantém ativos sob pressão

Autor: Victor Rezende, Marcelo Osakabe, Gabriel Roca e Olívia Bulla

As incertezas locais continuaram a pesar sobre os ativos ontem. Apesar do alívio com a redução da disputa entre os Poderes em Brasília, o cenário macroeconômico desafiador e o impasse em torno dos precatórios mantiveram o investidor na defensiva mesmo diante de um exterior ligeiramente mais propício ao risco.

Nesse cenário, o Ibovespa fechou em baixa de 0,96%, aos 115.063 pontos, após operar quase todo o pregão no vermelho. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 subiu de 7,01% no ajuste anterior para 7,03%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 foi de 10,47% para 10,56%.

O avanço das taxas futuras de juros ganhou força após o presidente do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, **Luiz Fux**, mostrar desconforto em relação à forma como o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem encaminhado a questão dos precatórios. Em evento em Brasília, Guedes fez um 'pedido desesperado' pela intervenção de Fux no tema. O magistrado, por sua vez, disse que o ministro 'está colocando em seu colo um filho que não é seu'.

'Qualquer ameaça ao teto de gastos ou potencial criação de brechas provavelmente pressionaria os ativos locais. A tensão política torna a cooperação entre os Poderes mais difícil e também pode desacelerar o ritmo do progresso nas reformas', aponta o Barclays.

Na bolsa, pesaram também os dados piores que o esperado da China, o que resultou em nova queda do preço do minério de ferro e, com isso, puxou para baixo ações ligadas à commodity. Vale ON foi um dos destaques negativos, com baixa de 2,50%.

Diante do quadro atual, o Itaú BBA baixou sua projeção para o Ibovespa no fim do ano, de 152 mil pontos para 120 mil pontos. 'Nossa carteira de lista de compra do

Brasil estava apostando em uma forte recuperação do PIB local e que o Fed demoraria mais para iniciar o ciclo de alta. Ficamos mais negativos sobre a perspectiva macro do Brasil e agora estamos ajustando nosso portfólio', afirma o banco, citando a retirada de Méliuz, Magazine Luiza e Bradesco do portfólio e a inclusão de Energisa, Eneva e Weg.

As dificuldades locais também são reconhecidas pelo estrategista-chefe da XP Investimentos, Fernando Ferreira. No entanto, ele avalia que a relação entre risco e retorno para o investimento em bolsa segue atrativa, com muitas das expectativas negativas já incorporadas atualmente nos preços das ações.

A XP aposta em papéis menos correlacionados com a recuperação doméstica, como exportadores ou aqueles com histórias seculares de crescimento. 'A gente enxerga várias empresas domésticas com excelentes perspectivas, mas que não dependem tanto do PIB. Elas têm a capacidade de crescer e entregar resultados mesmo com um PIB mais fraco no ano que vem', afirma, citando como exemplos a rede de supermercados Assaí e a Localiza.

No cenário-base da XP, o índice deve terminar o ano aos 135 mil pontos e, em uma projeção mais otimista, chegaria aos 150 mil pontos. Na outra ponta, o cenário pessimista vê retorno aos 110 mil pontos. Este comportaria uma volta dos juros reais ao patamar de 6% ao ano e a relação entre os lucros das empresas e o Ebitda seja impactados negativamente em 10%.

No mercado de câmbio, a cautela local acabou anulada pelo ambiente externo de mais apetite por risco. Assim, o dólar operou praticamente perto da estabilidade durante a sessão, antes de fechar em queda de 0,41%, aos R\$5,2360.

A moeda americana, excluindo alguns sobressaltos pontuais, como no dia seguinte ao 7 de setembro, vem oscilando no patamar de R\$ 5,25 desde meados de julho. Tal movimento é indício de que o ciclo de

elevação da Selic já está fazendo efeito para ancorar o real, nota Marcos Weigt, diretor de tesouraria do Travelex Bank. Weigt observa que nesse período tanto a bolsa quanto o mercado de juros tiveram movimentos mais intensos.

Weigt vê chance, caso Brasília não volte a produzir manchetes negativas, de a volatilidade do dólar em relação ao real seguir caindo - a implícita de um mês segue em 16, 76%, um patamar ainda alto, mas afetado pelos eventos da semana passada. 'Se não houver nenhum outro abalo sísmico, isso pode levar o dólar a voltar a cair. Com a Selic subindo, fica mais difícil apostar contra. '

Há dúvida sobre se é possível contar com tal cenário. Os modelos de médio prazo do Bank of America, por exemplo, apontam para dólar a R\$ 4, 42. No entanto, o banco mantém uma postura neutra em relação ao ativo. 'Juros mais altos são um fator positivo, mas o ruído político, o risco fiscal e fluxos negativos podem trazer volatilidade', afirma o BofA, que elevou recentemente a projeção para o fim do ano de R\$5, 00 para R\$5, 10.

De olho na aproximação do ciclo eleitoral, o Barclays também se mostra cético quanto ao real. A instituição projeta maior volatilidade para o câmbio no quarto trimestre com risco, inclusive, de o dólar voltar a operar próximo das máximas recentes em um cenário de elevada tensão - em agosto, a moeda chegou a tocar R\$ 5, 47. 'Por outro lado, a resolução da incerteza fiscal, o diferencial de juros em recomposição e um ambiente de maior suporte global pode desencadear um rali de alívio já no primeiro trimestre de 2022', pondera o banco.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Luiz Fux

Maria Cristina Fernandes - Em torno de Naji Nahas

Autor: Maria Cristina Fernandes

A chapa Michel Temer/Mamãe Falei devolveu Jair Bolsonaro ao jogo. O ex-presidente valeu-se da mediação entre o presidente da República e o ministro Alexandre de Moraes para assentar a plataforma de seu retorno à cena pública como 'Temer, o pacificador'. A carta assinada por Bolsonaro que Temer não se fez de rogado em assumir a autoria, foi recebida com desolação pelo bolsonarismo raiz.

Desolados também ficaram os partidários de uma terceira via. Três dias depois do jantar, a manifestação oposicionista foi esvaziada pelo acordão. Não haverá frente ampla mas uma miríade de opções anti-Lula entre as quais Bolsonaro ainda é a mais competitiva.

O fiasco da manifestação do dia 12 mostrou também que os organizadores do evento, egressos da direita que se descolou de Bolsonaro, liderada pelo MBL do deputado Arthur do Val, o Mamãe Falei, se revelaram incapazes de rivalizar com a capacidade de mobilização do presidente.

A bola voltaria para os pés de Bolsonaro na madrugada da terça-feira quando começou a circular, a partir do celular do marqueteiro de Temer, as cenas do jantar na casa de Naji Nahas. À começar pelo anfitrião, cuja liberdade atesta o valor de bons advogados e amigos no poder, tudo naquele jantar contribuiu para devolver a Bolsonaro a aura de quem se insurge contra as elites - um presidente da República sendo ridicularizado pelos mesmos homens ricos e brancos que o mantêm no poder.

Poderosos sempre inspiraram piadas de salão, mas não há registro de um mediador de acordos, num momento dramático como o de hoje, tomar a iniciativa de divulgá-las. A exposição dos demais alvos imitados no repasto está longe de conter os danos. Bolsonaro já se elegeu como vítima uma vez. Pode não ser capaz de fazê-lo novamente, mas recebeu, de mão beijada, uma oportunidade de manter sua militância num momento

em que as condições reais de sua sobrevivência estão cada vez mais estreitas - nos tribunais, no Congresso e na economia.

Depois de Alexandre de Moraes ter sido exposto duas vezes, em 15 dias, em encontros protagonizados por Temer, a mediação com o ministro que hoje mais ameaça o presidente da República parece ter ficado prejudicada. O adiamento do julgamento do foro do senador Flávio Bolsonaro na Segunda Turma do **Supremo Tribunal Federal** é sinal de que ainda há canais com aquela Corte. O impasse em torno do preenchimento da vaga para a qual André Mendonça foi designado é outro. A vaga mexe no equilíbrio interno das togas.

Todos os casos mais sensíveis que poderiam ser impactados pela decisão do foro do senador, como aqueles que envolvem o senador licenciado José Serra (PSDB-SP), o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), ou mesmo aquele do ministro do TCU, Vital do Rêgo, já foram equacionados ou trancados, liberando as margens de manobra para o relator do caso, o ministro Gilmar Mendes. O desgaste de Temer coloca o ministro quase como a única alternativa de Bolsonaro na busca por uma mediação.

Se o Supremo mantém uma fresta aberta, a margem está cada vez mais restrita no Tribunal Superior Eleitoral, onde Moraes se valeu do julgamento de um caso de rachadinha no gabinete de uma vereadora, que ficou inelegível por oito anos, para dizer o que pensa sobre a prática: 'É uma clara e ostensiva modalidade de corrupção'.

Se Moraes foi convencido de que o calor do pós-Sete de Setembro não era o momento de deflagrar nenhuma operação sobre a família do presidente não há quem aposte que o ministro tenha sido demovido. As pressões sobre os delegados da Polícia Federal que o auxiliam nos inquéritos que conduz no tribunal não apenas são inúteis, como reforçam, na equipe, o compromisso com os resultados dos inquéritos em curso.

Se o tempo do **Judiciário** está sujeito a modulações, o do Congresso e, principalmente, o da economia, não estão. A sessão desta terça-feira na Câmara dos Deputados que ouviu o presidente da Petrobras, Joaquim Luna e Silva, foi uma demonstração de que os aliados de Bolsonaro têm tido dificuldades em executar todas as notas promissórias que alicerçam esta aliança.

A sessão, convocada pelos mesmos parlamentares que lideraram a aprovação da MP da Eletrobras e presidida por Arthur Lira (PP-AL) serviu para emparedar Luna e Silva frente às dificuldades no fornecimento de gás a termelétricas largamente favorecidas naquela votação.

O debate sobre o tema é o clímax da esquizofrenia bolsonarista. Sócios dos negócios favorecidos por este governo cobram de um general da reserva mudanças numa política liberal de preços dos combustíveis. O general se defende usando o mesmo argumento falacioso do presidente, que atribui a flutuação nos preços a alíquotas estaduais de ICMS que não têm variado. E é criticado pelo presidente do Banco Central, que não tem mandato para se meter na Petrobras, dirá para atestar uma velocidade atípica no reajuste de preços da estatal.

Se o preço dos combustíveis corrói a base do presidente e quaisquer chances de manter as rédeas sobre a inflação, a dificuldade de fazer caber o des controle geral no Orçamento ruma para abrir mais um rombo no teto de gastos sobre a nação. Um sinal do quanto a crise se aprofundou é a impossibilidade de se aceitar hoje um puxadinho para os precatórios no âmbito do **Conselho Nacional de Justiça** sem aval parlamentar.

Pendurado na conta da pandemia, quando é de inépcia que se trata, o Auxílio Brasil deve sair por crédito extraordinário. Com os precatórios não dá para fazer o mesmo. Os ministros do **STF** não aceitam solução que contorne a Constituição. Se o governo estiver disposto a encarar um calote ou qualquer nome que se dê a um pagamento mais alongado de dívidas já reconhecidas pela justiça, que encarregue suas lideranças a

convencer as Casas desta rolagem.

É este custo, cada vez mais caro, que aparece em audiências como a da Petrobras ou na pressão pela liberalização dos jogos de azar. Se o estado terminal em que se encontra este governo não permitir que seus aliados aprovelem tudo aquilo que já foi acordado, que lhes seja facultada a lavagem dos ganhos auferidos na temporada. Para que todos, enfim, possam se aglomerar em torno daquela mesa de Naji Nahas para brindar à saúde de Ana Cristina Valle, ex-senhora Bolsonaro e sua parceira de tristezas e, principalmente, de alegrias, que deporá na CPI.

"Bolsonaro retoma, com erros alheios, o fôlego que perde com os seus"

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras

E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

Guedes tenta bênção do STF para resolver precatórios

Autor: Luísa Martins e Lu Aiko Otta

A bênção do **Judiciário** a qualquer solução para os precatórios passou a ser item prioritário na agenda do ministro da Economia, Paulo Guedes. Para não expor o governo ao risco de responder por crime de responsabilidade, ele quer o aval do **Supremo Tribunal Federal (STF)** para parcelar o pagamento de R\$ 89 bilhões devidos em 2022. Mas a insistência do ministro virou novo ponto de atrito com a corte: o presidente do tribunal, ministro **Luiz Fux**, disse a auxiliares sentir-se pressionado e insatisfeito com a postura de Guedes.

Isso ficou claro ontem no evento 'Pessoas em Movimento: Diálogos para um Melhor Estado', do qual ambos participaram. Guedes se declarou um 'passageiro da agonia' neste tema e ouviu de Fux que o governo estava 'colocando em seu colo um filho que não é seu'. Nos bastidores, o presidente do **STF** tem reclamado de Guedes pela constante tentativa de 'transferir responsabilidades'.

Em audiência privada no **STF** em 1º de setembro, Fux chegou a chamar a atenção do advogado-geral da União, ministro Bruno Bianco, quando este o questionou sobre os precatórios, pedindo que avisasse a Guedes que 'não era bem assim' que o problema seria resolvido.

No evento de ontem, o ministro da Economia disse que uma solução para o problema dos precatórios é necessária para viabilizar um programa social mais robusto. 'Todos sabem que aumento no Bolsa Família é necessário, mesmo que modesto e moderado', disse.

Guedes afirmou que elevar o valor para R\$ 600, como defende uma ala do governo, 'poderia ser lido como populismo' - portanto, segundo ele, o ideal seria um aumento de 30% a 50%. Essa perspectiva já estava até incluída no Orçamento de 2022 quando chegou a conta de precatórios a serem pagos no ano que vem, com R\$40 bilhões acima do valor que Guedes disse esperar.

Ele vem repetindo em eventos públicos que a emenda

constitucional que instituiu o teto de gastos limita as despesas do governo. Para ele, se o Executivo tem limite de gastos, é 'inconsistente juridicamente' que outro Poder o obrigue a romper a lei.

Diante da despesa de quase R\$ 90 bilhões, o governo levou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para o parcelamento dos precatórios. O texto estabelece limite máximo de pagamento atrelado à receita corrente líquida e um teto para quitação à vista. As dívidas judiciais que superem esse valor seriam parceladas em dez vezes.

Em outra frente, pediu socorro a Fux para intermediar uma solução. Com auxílio do Tribunal de Contas da União, o ministro do Supremo veio com outra ideia: o pagamento dos precatórios no ano que vem ficaria restrito ao valor acumulado até 2016, ano da criação do teto de gastos, corrigido pela inflação. O restante poderia ser parcelado.

À noite, em entrevista à rádio Jovem Pan, Guedes voltou ao tema e disse que tem de pedir ajuda do Supremo. 'Nos ajudem porque há uma inconsistência jurídica com os precatórios. Se eu pagar imediatamente esse precatório, eu vou furar o teto, a lei de responsabilidade fiscal, vou levar a inflação para cima, desorganizar. Mas se eu também não pagar, estou descumprindo a lei. Então há uma inconsistência jurídica. '

A auxiliares Fux afirmou que Guedes, ao insistir diretamente para que o **Judiciário** balize a questão, parece ignorar as condições para o início da mediação. Em diversas falas públicas desde que o imbróglio veio à tona, o presidente do Supremo disse que o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** pode ajudar na busca por uma solução, desde que haja a chancela do Supremo e que se aguarde uma decisão do Congresso no âmbito da PEC - nada disso ocorreu até agora.

Na avaliação de Fux, neste momento, Guedes precisa concentrar seus esforços no Legislativo, não no **STF**. O presidente da Corte entende que, enquanto o

Congresso não decidir, qualquer solução via **Judiciário** pode se tornar inócua, inclusive a que ele elaborou.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que, após a admissibilidade da PEC dos Precatórios na CCJ, a comissão especial deve alterar o seu conteúdo para que a aprovação se dê nos termos inicialmente sugeridos por Fux.

'É bem importante e justo para o momento e dá previsibilidade para o que vai acontecer', disse Lira. Apesar da pressão de Guedes sobre Fux, o presidente da Câmara disse que, entre os Poderes, 'já está precificado que a solução será pelo Legislativo'. Enquanto isso, Guedes ao buscar o aval do **Judiciário**, tenta se resguardar de eventuais acusações quanto à constitucionalidade do parcelamento, visto por alguns especialistas como 'pedalada fiscal'. No evento de ontem, Fux tentou mostrar cautela. Ainda que tenha demonstrado desconforto com o apelo obstinado de Guedes, o presidente do Supremo sinalizou que a corte não deve interferir na opção política do Congresso quanto aos precatórios e defendeu a união entre os Poderes 'em prol da governabilidade'.

A PEC dos Precatórios está em análise na Câmara, antes de ser submetida ao Senado Federal. Para ser aprovada, precisa receber os votos favoráveis de três quintos dos parlamentares em ambas as casas legislativas, em dois turnos de votação.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirma que a PEC contém 20 pontos de inconstitucionalidade. E apoia outra proposta - a que retira parte dos precatórios do teto de gastos, elaborada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM).

O dilema dos precatórios também tem sido utilizado por líderes governistas no Congresso para tentar retirar de pauta, mais uma vez, a discussão sobre o projeto que cria o programa Gás para os Brasileiros. A proposta do 'vale gás', de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), visa instituir subsídio para famílias de baixa renda na compra do botijão de GLP, o gás de cozinha.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Uma travessia para mais soluções consensuais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Jarbas Soares Júnior

Procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais

Uma pergunta que atormenta os órgãos do Sistema de Justiça: a sociedade anda satisfeita com a forma pela qual seus problemas têm sido resolvidos pelas instituições jurídicas?.

Mesmo sem formular pergunta tão direta, procuradores e promotores de Justiça, em contato cotidiano com a população, não titubeiam em dizer que não. O descontentamento, lamentavelmente, é amplo, e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, atento à sua missão maior de servir à sociedade, busca novas alternativas para essas questões no âmbito de suas atribuições. Sob esse espírito, inaugura-se, em 17 de setembro, o Compór-Centro Estadual de Autocomposição de Conditos e Segurança Jurídica. No Brasil, em 2019, havia cerca de 77,1 milhões de processos judiciais em tramitação, conforme o relatório "Justiça em números", divulgado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Ao considerarmos que o país tem 213 milhões de habitantes e que um processo envolve, no mínimo, duas partes interessadas, poderíamos concluir que quase todos os habitantes do

Brasil participam de a gum processo. Um silogismo imperfeito, pois nesse número de processos estão incluídos grandes demandados, que se repetem, estando, entre eles, pessoas jurídicas, de direito público ou privado. Mas isso não afasta o espanto ao tomarmos conhecimento do gigantesco número de processos judiciais em tramitação.

A hiperjudicialização é fenômeno complexo, e, entre suas diversas causas está a cultura da heterocomposição, que, na prática, pode ser traduzida no hábito de pedirmos a terceiros que resolvam um conflito nosso, ou seja, é o que se dá quando se bate à porta do Poder **Judiciário** para pedir arbitragem, por exemplo.

A resolução de conflitos pelo Poder **Judiciário** é garantia a todos estendida, tanto que está prevista a assistência judiciária gratuita para quem dela necessitar. Mas é hora de observarmos com atenção o fenômeno da hiperjudicialização. Será que, em qualquer situação, a decisão imposta pelo terceiro, no caso o Estado-Juiz, é mesmo a melhor solução?

Importante ressaltar que não se trata de questionar a qualidade das decisões judiciais. Nem sempre a decisão que vem de fora é a que mais satisfaz os envolvidos num conflito, ou seja, nem sempre traz a almejada pacificação.

O acesso ao Poder **Judiciário** é garantia inafastável, sendo cláusula pétrea da Constituição Federal. Contudo, é importante tomarmos consciência de que a garantia de acesso à Justiça não se resume ao acesso ao Poder **Judiciário**, mas a um sistema de resolução de conflitos ágil, com todos os métodos nele existentes. O amplo acesso à Justiça deve, pois, considerar qual o método mais adequado para tratar de cada caso concreto, e, para isso, é preciso que todos esses métodos sejam conhecidos e estejam à disposição do cidadão.

Parece aos estudiosos do tema que a melhor forma de se resolver uma contenda é o processo dialógico de construção de consenso, em que os próprios envolvidos procurem soluções que atendam aos seus interesses. Nesse contexto, o Ministério Público, que foi refundado na Constituição de 1988, apresenta-se, agora de forma

mais direta, como uma instituição de amplo acesso à Justiça, e não de acesso somente ao **Judiciário**. E inova ao dar um passo imenso rumo à Justiça do futuro, a negociai, que, na maioria das vezes, será realizada na sua própria casa.

Cumprindo esse seu papel constitucional, o Ministério Público mineiro cria o seu Centro de Autocomposição, o Compor, com espaço próprio, e protagoniza o uso qualificado dos métodos autocompositivos (negociação, mediação, **conciliação** e práticas restaurativas), com uma equipe especializada, pronta a buscar soluções entre os órgãos do Ministério Público e os demandados pela instituição, sempre por requerimento ou solicitação de uma das partes.

O Brasil conhece o estado de Minas Gerais pelo apreço ao diálogo, e o Ministério Público mineiro, honrando as tradições, cria o Compor: uma vereda aberta para a conquista de soluções consensuais, como na música da banda Rosa de Saron, "mire as estrelas e salte o mais alto que puder".

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação

Guedes pede 'socorro' para aprovar precatórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que pediu "socorro" aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para solucionar o impasse sobre os precatórios, dívidas judiciais definitivas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios. O governo federal pretende parcelar o montante que deveria pagar em 2022 para ganhar fôlego no Orçamento Geral da União. Para tanto, enviou uma proposta de emenda à Constituição, que está parada no Congresso Nacional. A pressa do ministro é porque a proposta dos precatórios está atrelada à ampliação dos benefícios do Auxílio Brasil, o programa social que substitui o Bolsa-Família, considerado dentro do governo essencial para influir na reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Em transmissão ao vivo pela internet, Paulo Guedes afirmou: "Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, é só um pedido desesperado de socorro. Quando a gente está desesperada, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos poderes. De vez em quando eu peço ao presidente da República, da Câmara, do Senado e de vez em quando ao

Supremo. Na plena confiança do amor ao Brasil, na capacidade intelectual e política no desempenho de cada um desses poderes". Em outro momento, ele declarou também: "Como reajo? Socorro, ministro Fux; socorro, presidente Pacheco. Como posso manter nossas obrigações, um aumento no Bolsa-Família, que todo mundo sabe que é necessário?",

No ano que vem, de acordo com o Tesouro Nacional, o montante dos precatórios somará R\$ 89, 1 bilhões, contra R\$ 54, 7 bilhões em 2021, o que consumiria o teto de gastos, que limita o crescimento da maior parte das despesas à inflação do ano anterior. Outra proposta que vem sendo discutida pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, com a intermediação do seu presidente, o ministro Luiz Fux, reduz esse valor dos precatórios que o governo teria de pagar em 2022 para R\$ 39, 9 bilhões. O objetivo é definir limite anual de pagamento, com correção pela inflação.

Paulo Guedes lembrou que o governo buscava ampliar o benefício do Bolsa-Família para um valor "modesto, moderado" de cerca de R\$ 300, e não R\$ 600 ou R\$ 700. Segundo ele, valores mais altos poderiam ser considerados estratégia "populista". "Precisamos de compreensão e ajuda para resolver um problema que eu chamei de meteoro, pois vem do exterior, não foi criado dentro do Executivo. O

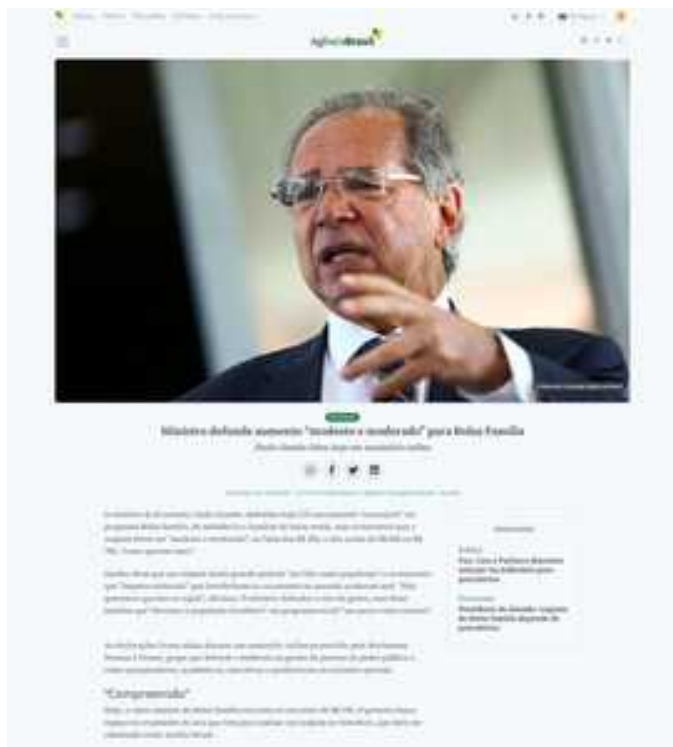
Executivo está tentando fazer seu trabalho com respeito, colaboração e união", afirmou ele também. Depois do apelo de Paulo Guedes, o ministro Luiz Fux, que participou da mesma transmissão ao vivo de Guedes, afirmou que, apesar da mediação do Supremo sobre os precatórios, o tribunal não precisa referendar uma solução do Legislativo por iniciativa do Executivo. "Espero ter atendido às suas expectativas nesse espaço de tempo, que foi bom porque nós pudemos ouvir a inteligência desse amigo, Paulo Guedes, que é tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu", comentou Fux em tom de brincadeira. A fala provocou risos entre os participantes do encontro virtual.

Fux e Guedes participaram do painel 'Sem tempo a perder: Debate sobre a urgência de transformar o Brasil e o papel das instituições e do Estado', dentro do evento virtual 'Diálogos para um melhor Estado', do Movimento Pessoas à Frente, proposta pela Fundação Lemann, Instituto Humanize e República. org, Ele afirmou que o diálogo institucional depende da democracia, que segundo ele, é inegociável. "Toda a evolução e diálogo institucional dependem de um pressuposto, que é uma democracia inegociável, respeito à democracia de forma intransigente", afirmou.

Ele também discorreu sobre o patrimonialismo, a tomada do patrimônio público para o enriquecimento pessoal. "Isso é corrupção, e exige o combate em todas as instâncias", disse. Ele defendeu também que é preciso acabar com benesses no Brasil. "O Judiciário tem a obrigação de garantir segurança jurídica, e isso vem por meio de decisões estáveis. '

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Ministro defende aumento 'modesto e moderado' para Bolsa Família



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Por Felipe Pontes – Repórter da Agência Brasil - Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu hoje (15) um aumento 'necessário' no programa Bolsa Família, de assistência a famílias de baixa renda, mas acrescentou que o reajuste deve ser 'modesto e moderado', na faixa dos R\$ 300, e não acima de R\$ 600 ou R\$ 700, 'como querem fazer'.

Guedes disse que um reajuste muito grande poderia 'ser lido como populismo' e acrescentou que 'ímpetus eleitorais' que interferiram no orçamento no passado acabaram mal. 'Não queremos que isso se repita', afirmou. O ministro defendeu o teto de gastos, mas disse também que 'devemos à população brasileira' um programa social 'um pouco mais robusto'.

As declarações foram dadas durante um seminário online promovido pelo Movimento Pessoas à Frente, grupo que defende a melhoria na gestão de pessoas do poder público e reúne pesquisadores, acadêmicos, executivos e profissionais da iniciativa privada.

'Compreensão'

Hoje, o valor máximo do Bolsa Família encontra-se em torno de R\$ 190. O governo busca espaço no orçamento do ano que vem para realizar um reajuste no benefício, que deve ser rebatizado como Auxílio Brasil.

Uma das fontes de recursos apontada pela Economia seria um parcelamento no pagamento, previsto no orçamento do ano que vem, de R\$ 89,1 bilhões em precatórios - dívidas do poder público decorrentes de sentenças judiciais inapelaíveis.

O governo enviou uma proposta de emenda constitucional (PEC) ao Congresso, em agosto, com o objetivo de parcelar o pagamento de precatórios por alguns anos, em certas ocasiões. Paralelamente, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, Luiz Fux, propôs uma solução via Judiciário.

Ambas as iniciativas, no entanto, ainda não prosperaram. Nesta quarta-feira (15), Guedes pediu 'compreensão' e 'socorro' a integrantes do Legislativo e Judiciário para encontrar uma solução para os precatórios, o que destravaria o reajuste no Bolsa Família. Fux e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também participaram do mesmo evento em que o ministro da Economia falou.

Durante sua fala, Guedes também tocou em outros assuntos e voltou a defender o 'desinvestimento' estatal em setores nos quais a iniciativa privada tem melhor desempenho, a fusão de ministérios e a reforma administrativa ora em tramitação no Congresso.

Edição: Denise Griesinger

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Para Lira, limite anual para pagamento de precatórios é positivo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Gustavo Xavier Fonte: Agência Câmara de Notícias

Política e Administração Pública

Para Lira, limite anual para pagamento de precatórios é positivo

Presidente da Câmara elogia sugestão do STF e TCU, mas diz que a decisão deve ser do Poder Legislativo

Compartilhe

15/09/2021 - 15:19

Michel Jesus/Câmara dos Deputado

Segundo Lira, o texto do governo poderá ser modificado na comissão especial nos termos da sugestão

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), elogiou nesta quarta-feira (15) a sugestão dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno

Dantas, de estabelecer um limite anual para pagamento dos precatórios, mas defendeu que a proposta seja aprovada pelo Legislativo e não por uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça**.

Pela proposta, as dívidas da União seriam pagas no próximo ano pelo valor dessa dívida no momento da promulgação do teto de gastos, em dezembro de 2016, corrigidos para valores atuais. Os valores que excederem esse teto seriam repassados para o Orçamento de 2023.

Essa sugestão diverge da PEC encaminhada pelo governo, que muda o pagamento de precatórios. Até 2029, aqueles com valor acima de 60 mil salários mínimos, ou R\$ 66 milhões atualmente, poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais.

Segundo Lira, o texto do governo poderá ser modificado na comissão especial da Câmara nos termos da sugestão dos ministros Fux e Dantas. Ele disse esperar um acordo entre Câmara e Senado para aprovar o texto com celeridade. Para Lira, a nova proposta dá previsibilidade ao pagamento dos precatórios.

'Se pudéssemos abreviar o rito, é importante para todo o Brasil, porque os precatórios (como estão previstos para o orçamento do ano que vem), inviabilizam o funcionamento da máquina pública, os investimentos e as despesas discricionárias. Com o rito com a sugestão do texto da **CNJ** poderá ser apreciado pelas duas Casas, pelo menos essa é a intenção inicial e, a partir daí, os 513 deputados e 81 senadores decidem', afirmou Lira.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Lira diz que solução para precatórios sairá do Legislativo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apoie o 247 Clube de Economia

Por Maria Carolina Marcello (Reuters) - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira que a solução para a questão dos precatórios será dada pelo Congresso Nacional diante da falta de clima para uma mediação por parte do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo ele, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do tema deve ter seu rito normal na Casa, mas disse que seria importante para o Brasil se, com a ajuda dos líderes e do Senado esse trâmite pudesse ser "abreviado".

O parecer pela admissibilidade da proposta foi apresentado na terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas ainda não foi votado por conta de um pedido de vista.

PUBLICIDADE

"Já está precificado que a solução (para os precatórios) será pelo Legislativo", disse o deputado a jornalistas.

Lira defendeu que o texto encaminhado originalmente pelo governo para a PEC tenha a sua admissibilidade e constitucionalidade na CCJ, mas que possa ter seu conteúdo modificado ao chegar na comissão especial que discutirá seu mérito.

Para ele, a ideia é que pudessem ser acatadas sugestões do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, do presidente do Supremo Tribunal Federal e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, Luiz Fux, e do ministro Gilmar Mendes, também do STF. E a partir daí, deputados e senadores chegariam a um formato final para o controverso problema.

PUBLICIDADE

"Os precatórios, como estão no Orçamento, inviabilizam investimentos, inviabilizam as despesas discricionárias, inviabilizam o funcionamento da máquina pública", argumentou Lira.

A PEC do governo divide em dez parcelas o pagamento dos precatórios de mais de 66 milhões de reais e impõe uma limitação provisória dos pagamentos anuais de precatórios a 2,6% da receita corrente líquida, o que também sujeitará precatórios entre 66 mil reais e 66 milhões de reais a eventual parcelamento. Pelo texto, os precatórios de até 66 mil reais serão integralmente quitados.

Lira e a equipe econômica vinham trabalhando em uma outra frente alinhavada com o STF, a chamada solução **CNJ**, que previa limitar o crescimento dessas despesas pela regra do teto de gastos por meio de uma regulamentação do **CNJ**.

PUBLICIDADE

Inscreva-se no canal de cortes da TV 247 e saiba mais:

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional

de Justiça

Guedes defende aumento 'modesto' para o Bolsa Família e pede 'socorro' por precatórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: por CartaCapital

Guedes defende aumento 'modesto' para o Bolsa Família e pede 'socorro' por precatórios

Ministro da Economia

Guedes defende aumento 'modesto' para o Bolsa Família e pede 'socorro' por precatórios

por CartaCapital

15 de setembro de 2021 - 15:46

O ministro da Economia, Paulo Guedes. Foto: Evaristo Sá/AFP

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira 15 que defende um aumento 'modesto' para o Bolsa Família. Em evento virtual, ele afirmou que 'ímpetus eleitorais aconteceram no passado e acabaram em impeachment, e não queremos que isso se repita'.

Segundo Guedes, um reajuste no Bolsa Família é 'necessário', mas deve ser 'moderado', na faixa dos 300 reais, não dos 600 reais, 'como querem fazer'. Uma das razões apresentadas pela equipe econômica para a impossibilidade de um reajuste profundo no programa é o pagamento dos precatórios em 2022, que podem se aproximar dos 90 milhões de reais.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, participou do evento e brincou sobre a busca por uma solução para os precatórios. 'Guedes é meu amigo. É tão meu amigo que coloca no colo um filho que não é meu', disse Fux, sorrindo. Com articulação do **Conselho Nacional de Justiça**, surgiu a possibilidade de se instituir um 'teto' para essas dívidas judiciais no ano que vem, mas a medida ainda não avançou.

Guedes, então, respondeu: 'Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, ao presidente do Supremo é só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma depositar um filho ou a responsabilidade no seu colo. É só que quando a gente está desesperado, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos Poderes, na plena confiança do amor ao Brasil de todos eles, capacidade intelectual e política'.

Junte-se ao grupo de CartaCapital no Telegram

Um minuto, por favor...

Obrigado por ter chegado até aqui. Combater a desinformação, as mentiras e os ataques às instituições custa tempo e dinheiro. Nós, da CartaCapital, temos o compromisso diário de levar até os leitores um jornalismo crítico, alicerçado em dados e fontes confiáveis. Acreditamos que este seja o melhor antídoto contra as fake news e o extremismo que ameaçam a liberdade e a democracia.

Se você acredita no nosso trabalho, junte-se a nós.
Apoie, da maneira que puder. Ou assine e tenha acesso
ao conteúdo integral de CartaCapital!

Assine a CartaCapital

ou, se preferir,

Faça uma Doação

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional
de Justiça

"Guedes é tão amigo que coloca no meu colo filho que não é meu", diz Fux sobre precatórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luana Patriolino

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ajuda ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, na busca por uma solução a respeito do impasse dos precatórios, que vão ocupar o espaço fiscal para a ampliação do Bolsa Família no Orçamento de 2022. Em um evento on-line, realizado nesta quarta-feira (15/9), Guedes ressaltou que o governo segue apostando na resolução via Legislativo, onde há uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação, e pelo Judiciário.

Em resposta, Fux 'brincou': 'Paulo Guedes é tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu'. O presidente do STF também destacou que o papel do Judiciário é trazer a solução dos grandes problemas nacionais. "Não havendo uma avaliação prévia de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal precisa, pelo seu colegiado, cancelar a solução que venha do Legislativo por iniciativa do Executivo", disse.

Luiz Fux avaliava a possibilidade de criação de um subteto para os precatórios por meio de uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. No entanto, a solução esfriou por conta da crise institucional entre os Poderes, provocada pelos insistentes ataques do presidente da República, Jair Bolsonaro, contra o STF.

Desde então, Paulo Guedes tenta resgatar o acordo com o Judiciário sobre o pagamento dos precatórios. A iniciativa acontece após o mandatário divulgar a chamada "Declaração à Nação", onde recuou das ameaças aos ministros do STF e pediu a harmonia entre os três Poderes.

Guedes justificou o pedido de intermediação. 'É só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma é depositar um filho ou a responsabilidade no seu colo. É só que quando a gente está desesperado, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos Poderes, na plena confiança do amor ao Brasil de todos eles, capacidade intelectual e política', disse o ministro em tom de brincadeira, mas ressaltando a preocupação com o tema.

Impasse

Os precatórios são títulos expedidos pelo Poder Judiciário que reconhecem uma dívida de um ente público (governo federal, estados e municípios ou alguma de suas autarquias e fundações), após uma condenação judicial definitiva. 'Podem ser de natureza alimentar, quando decorrem de ações judiciais como os referentes a salários, pensões, aposentadorias e indenizações por morte ou invalidez, ou de natureza não alimentar, quando decorrem de ações de outras espécies, como os referentes a desapropriações e tributos', explica o advogado tributarista Renato Mainardi Azeredo.

A elevação dos gastos com precatórios virou um dilema para o governo federal, com reflexos sobre o Orçamento

para 2022. A despesa, que neste ano foi de R\$ 54,7 bilhões, vai subir para quase R\$ 90 bilhões, tirando espaço fiscal para outras ações, como a ampliação do Bolsa Família - uma das principais promessas eleitorais do presidente Jair Bolsonaro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Guedes pede socorro a Fux para destravar precatórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luana Patriolino

Na busca por uma solução para o impasse dos precatórios, que vão ocupar o espaço fiscal para a ampliação do Bolsa Família no Orçamento de 2022, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ajuda ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. O ministro ironizou a solicitação.

'Paulo Guedes é tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu', respondeu e, em nova ironia, disse que o ministro é uma 'fábrica de ideias'.

Apesar do tom bem-humorado, Guedes deixou clara a preocupação do governo. 'É só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma é depositar um filho ou a responsabilidade no seu colo. É só que, quando a gente está desesperado, corre pedindo a proteção aos presidentes dos Poderes, na plena confiança do amor ao Brasil de todos eles, capacidade intelectual e política', respondeu.

Num evento on-line que os reuniu, realizado ontem, Guedes ressaltou que o governo segue apostando na

resolução via Legislativo, onde há uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação, e pelo Judiciário - solução que ficou congelada por conta da crise institucional entre os Poderes, provocada pelos ataques de Jair Bolsonaro ao STF.

Antes dos ataques do presidente da República, Fux avaliava a possibilidade de criação de um subteto para os precatórios por meio de uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Mas, depois da divulgação da 'Declaração à Nação', quando Bolsonaro recuou das ameaças aos ministros do STF e pediu a harmonia entre os Poderes, Guedes vem tentando resgatar o acordo com o Judiciário sobre o pagamento dos precatórios - que é a requisição de pagamentos de dívidas em que a Fazenda Pública foi condenada depois de processo judicial.

Farpas

Fux aproveitou para alfinetar Guedes ao afirmar que o diálogo institucional depende de um pressuposto: democracia é inegociável. 'Toda a evolução e diálogo institucional dependem de um pressuposto, que é uma democracia inegociável, respeito à democracia de forma intransigente', considerou.

A elevação dos gastos com tais débitos virou um problema para o governo federal, com reflexos sobre o Orçamento para 2022. A despesa, que neste ano foi de R\$ 54,7 bilhões, vai subir para quase R\$ 90 bilhões, tirando espaço fiscal para outras ações, como a ampliação do Bolsa Família - uma pretensão de Bolsonaro visando pavimentar sua reeleição, no ano que vem.

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se manifestou a favor de PEC para retirar precatórios do teto de gastos. 'Essa solução é juridicamente correta e fiscalmente responsável. A PEC do vice-presidente da Câmara respeita o teto de gastos e, ao contrário de outros caminhos aventados, não culminará com ajuizamento de ações questionando sua validade' disse

Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de
Precatórios da OAB Nacional.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional
de Justiça

Fux: (Guedes) é tão amigo que coloca no colo um filho que não é meu (precatórios)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz Fux

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, elogiou a "fábrica de ideias", que é o ministro da Economia, Paulo Guedes. Os dois participam de um evento virtual e Guedes acabou falando mais do que seu tempo previsto, o que diminuiu a participação do chefe do Judiciário. "Mas Guedes é meu amigo. É tão meu amigo que coloca no colo um filho que não é meu", alfinetou, brincando.

Fux se refere à sugestão de se criar uma espécie de "microparcelamento" dos precatórios no ano que vem para evitar o pagamento de despesas judiciais que extrapolem o teto de aumento do gasto público. A ideia foi apresentada em parceria com o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Logo após a "brincadeira" de Fux, Guedes respondeu também em tom de brincadeira. "É só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma depositar o filho ou a responsabilidade no seu colo. É que, quando

a gente está desesperado, pede proteção aos presidentes dos poderes", afirmou.

Ainda no evento, Fux afirmou que o diálogo institucional depende de um pressuposto: democracia é inegociável. "Toda a evolução e diálogo institucional dependem de um pressuposto, que é uma democracia inegociável, respeito à democracia de forma intransigente", considerou.

O magistrado também discorreu sobre o patrimonialismo, que seria a tomada do patrimônio público para o enriquecimento pessoal. "Isso é corrupção, e exige o combate em todas as instâncias", afirmou. Ele também defendeu que é preciso acabar com benesse no Brasil. "O Judiciário tem obrigação de garantir segurança jurídica, e isso vem por meio de decisões estáveis."

Os dois participaram do painel 'Sem tempo a perder: debate sobre a urgência de transformar o Brasil e o papel das instituições e do Estado', realizado durante o evento virtual 'Diálogos para um melhor Estado', do Movimento Pessoas à Frente, criado pela Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Guedes quer aumento 'modesto e moderado'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem um aumento 'necessário' no programa Bolsa Família, de assistência a famílias de baixa renda, mas acrescentou que o reajuste deve ser 'modesto e moderado', na faixa dos R\$ 300, e não acima de R\$ 600 ou R\$ 700, 'como querem fazer'.

Guedes disse que um reajuste muito grande poderia 'ser lido como populismo' e acrescentou que 'ímpetus eleitorais' que interferiram no orçamento no passado acabaram mal. 'Não queremos que isso se repita', afirmou. O ministro defendeu o teto de gastos, mas disse também que 'devemos à população brasileira' um programa social 'um pouco mais robusto'.

As declarações foram dadas durante um seminário online promovido pelo Movimento Pessoas à Frente, grupo que defende a melhoria na gestão de pessoas do poder público e reúne pesquisadores, acadêmicos, executivos e profissionais da iniciativa privada.

Hoje, o valor máximo do Bolsa Família encontra-se em torno de R\$ 190. O governo busca espaço no orçamento do ano que vem para realizar um reajuste no

benefício, que deve ser rebatizado como Auxílio Brasil.

Uma das fontes de recursos apontada pela Economia seria um parcelamento no pagamento, previsto no orçamento do ano que vem, de R\$ 89,1 bilhões em precatórios - dívidas do poder público decorrentes de sentenças judiciais inapelaíveis.

O governo enviou uma proposta de emenda constitucional (PEC) ao Congresso, em agosto, com o objetivo de parcelar o pagamento de precatórios por alguns anos, em certas ocasiões. Paralelamente, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, Luiz Fux, propôs uma solução via Judiciário.

Ambas as iniciativas, no entanto, ainda não prosperaram. Ontem, Guedes pediu 'compreensão' e 'socorro' a integrantes do Legislativo e Judiciário para encontrar uma solução para os precatórios, o que destravaria o reajuste no Bolsa Família. Fux e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também participaram do mesmo evento em que o ministro da Economia falou.

Durante sua fala, Guedes também tocou em outros assuntos e voltou a defender o 'desinvestimento' estatal em setores nos quais a iniciativa privada tem melhor desempenho, a fusão de ministérios e a reforma administrativa ora em tramitação no Congresso. (Agência Brasil)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Comissão da Câmara pode votar projeto que autoriza parcelar precatórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da redação, com Agência Câmara

Esta reportagem faz parte da newsletter EXAME Desperta. Assine gratuitamente e receba todas as manhãs um resumo dos assuntos que serão notícia

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados pode votar nesta quinta-feira, 16, a admissibilidade da chamada PEC dos Precatórios, que prevê o parcelamento das dívidas que o governo tem, com sentença judicial definitiva. A sessão está prevista para começar às 13h, ou assim que terminar os debates em plenário.

A política vai seguir dando o tom na bolsa? Vai. E você pode aproveitar as oportunidades. Aprenda a investir com a EXAME Academy

Um pedido coletivo de vista adiou a discussão e a votação da Proposta de Emenda à Constituição na terça-feira, 14. O relator da matéria, deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou um novo parecer pela

admissibilidade e voltou a defender a constitucionalidade da PEC.

Apresentada pelo Poder Executivo, a PEC 23/21 muda o pagamento de precatórios. Até 2029, aqueles com valor acima de 60 mil salários mínimos, ou 66 milhões de reais atualmente, poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais.

Segundo o governo, a PEC é necessária porque, em 2022, o montante em precatórios deverá alcançar 89,1 bilhões de reais - um acréscimo de 34,4 bilhões de reais em relação a 2021. Esse valor, conforme a argumentação, poderá comprometer os demais gastos do Executivo.

O Ministério da Economia avalia que, se a PEC for aprovada ainda neste ano, poderão ser parcelados 47 precatórios, gerando economia de 22,7 bilhões de reais no próximo ano.

Os críticos da proposta, no entanto, argumentam que a medida promoverá um calote em credores do governo. 'Quem fala que parcelar precatório é calote, não sabe de nada', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, na terça-feira, durante o MacroDay 2021, evento do banco BTG Pactual (do mesmo grupo que controla EXAME).

Na quarta-feira, os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas sugeriram uma solução alternativa.

Pela proposta, as dívidas da União seriam pagas no próximo ano pelo valor dessa dívida no momento da promulgação do teto de gastos, em dezembro de 2016, corrigidos para valores atuais. Os valores que excederem esse teto seriam repassados para o Orçamento de 2023.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), elogiou a iniciativa, mas defendeu que a proposta seja aprovada pelo Legislativo e não por uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça**.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Área jurídica do governo contraria Guedes e avalia precatório fora do teto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Bernardo Caram

Enquanto a equipe econômica trabalha para limitar o pagamento de precatórios em 2022, ganhou força no governo um plano para quitar os débitos integralmente e retirar essa despesa da contabilização da regra do teto - que limita o crescimento dos gastos públicos à variação da inflação.

A ideia é apoiar a aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) elaborada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), para flexibilizar a regra fiscal. Isso tornaria desnecessárias, portanto, as alternativas buscadas atualmente pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O Executivo tenta solucionar a explosão de gastos com o pagamento das dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e que não têm possibilidade de recurso. A conta das sentenças judiciais saltou de R\$ 54 bilhões neste ano para R\$ 89 bilhões.

O crescimento dessa despesa comprimiu o Orçamento de 2022, forçando o governo a buscar soluções para abrir espaço nas contas e tornar possível a ampliação do Bolsa Família.

Guedes atua em dois eixos simultâneos. No mais simples deles, a ideia é que o próprio Judiciário estabeleça um teto para o pagamento de precatórios em 2022, sem a necessidade de aprovação do Congresso.

O plano, negociado com o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, dependeria apenas de uma resolução do **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**. A medida reduziria esse gasto em R\$ 49,1 bilhões no ano que vem.

Membros da área jurídica do governo, no entanto, avaliam que a medida tem alto risco de judicialização e tende a não prosperar.

A justificativa é que a simples decisão do **CNJ**, sem amparo em instrumento previsto em lei ou na Constituição, acabará questionada no STF. Por isso, a avaliação é que seria necessário aprovar uma proposta no Congresso para garantir essa base da legislação.

O plano sofre com a resistência de parte dos ministros do STF. Membros da corte ficaram incomodados com a pressão feita por Guedes para que o **CNJ** resolva o caso. Segundo relatos, o ministro foi alertado que o colegiado não resolverá o problema por conta própria, mas apenas se for provocado após ingresso de ação no STF ou aprovação da uma proposta pelo Congresso.

Em outra frente, Guedes enviou ao Legislativo uma PEC para tratar do tema. A medida abre margem de R\$ 33,5 bilhões em 2022 ao parcelar precatórios. O texto ainda cria um fundo com recurso de privatizações para abater dívida pública e fazer pagamentos antecipados de precatórios sem contabilizar no teto.

A proposta, alvo de críticas de especialistas, também foi recebida com cautela em outras áreas do Executivo. Segundo membros do governo, a medida é mais ampla que o necessário e de difícil aprovação.

O texto deve ser votado nesta quinta-feira (16) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

Membros da área jurídica argumentam ainda que a PEC de Guedes também pode acabar judicializada. Isso porque os credores do governo poderão entrar com ações questionando o parcelamento dos precatórios.

Diante desse diagnóstico, ganhou força no governo a ideia de apoiar a aprovação da PEC apresentada pelo deputado Marcelo Ramos. O texto retira os precatórios integralmente da regra fiscal e faz uma espécie de rebaixamento no teto.

A medida estabelece que o governo deve recalcular o teto de gastos. Para isso, seria necessário retroagir a 2016, ano anterior à entrada em vigor da regra fiscal, e subtrair do teto o valor correspondente aos precatórios. Em seguida, o limite de gastos seria novamente calculado ano a ano, adicionando a variação da inflação no período.

Ao elaborar a proposta, que garante a manutenção do pagamento integral dos precatórios, o deputado argumentou que parcelar esses débitos colocaria em risco a credibilidade do país.

'A PEC proposta pelo governo, sob a ótica do credor, é um calote, e sob a ótica fiscal é uma pedalada', criticou.

Ramos argumenta que os precatórios são um tipo de dívida e se assemelham a gastos como a amortização da dívida pública, que não é contabilizada no teto. Além disso, ele justifica que o governo não tem qualquer ingerência sobre essas despesas, cuja definição cabe ao Judiciário.

De acordo com o deputado, a aprovação de sua PEC permitirá ao governo abrir um espaço de até R\$ 27 bilhões no Orçamento de 2022, permitindo a ampliação

do Bolsa Família.

'Você paga 100% dos precatórios, não cria essa insegurança jurídica, não passa essa mensagem de descompromisso do governo com suas contas', disse.

Ramos está coletando assinaturas para a PEC, que exige 171 apoiantes para começar a tramitar.

Em nota, o Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) se posicionou a favor da PEC de Ramos.

'Essa solução é juridicamente correta e fiscalmente responsável. A PEC do vice-presidente da Câmara respeita o teto de gastos e, ao contrário de outros caminhos aventados, não culminará com ajuizamento de ações questionando sua validade', diz a manifestação.

Em evento nesta quarta-feira (15), Guedes disse que fez 'um pedido desesperado de socorro' ao Legislativo e ao Judiciário para solucionar o impasse em torno dos precatórios.

Em debate no mesmo evento, o presidente do STF defendeu o diálogo entre as instituições e, em tom de brincadeira, disse que Guedes é 'tão amigo, que coloca no meu colo um filho que não é meu'.

Na avaliação do economista Marcos Mendes, colunista da Folha, as alternativas avaliadas são fiscalmente irresponsáveis e fragilizam o teto de gastos. Para ele, o governo busca argumentos frágeis para viabilizar uma ampliação de gastos no ano que vem.

Mendes, que é um dos formuladores da regra do teto, afirma que precatórios não são similares à dívida pública. Segundo ele, também é frágil o argumento de que o governo não tem controle sobre esses gastos porque há outras despesas também fora desse poder de decisão e que estão sob o teto, como os benefícios previdenciários.

'Se retirar do teto é inevitável -e eu acho que não é-,

que se faça explicando que está tirando porque considera que vai comprimir outros gastos e vai tirar do teto para pagar outras despesas. Mas não me venha com princípios jurídicos e econômicos que não existem', disse.

Para o economista, eventual flexibilização do teto deveria ser acompanhada de medidas compensatórias, como a ativação de gatilhos que travam despesas públicas. Para ele, porém, não há clima político para esse tipo de medida.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que vai tentar acelerar a discussão na Casa, levando em consideração as sugestões de Fux e outros ministros. Ele anunciou que instalará uma comissão especial para debater o tema.

Em relatório, a IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) afirmou que a retirada de precatórios do teto pode abrir um espaço de R\$ 48,6 bilhões no Orçamento de 2022. O órgão pondera que a solução não anularia os efeitos negativos sobre as expectativas dos agentes econômicos e, consequentemente, sobre câmbio, inflação e juros.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

TJ-SP corta aumento salarial dado a servidores pelos próprios juízes do tribunal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: José Marques

Com dificuldades em ajustar suas contas desde 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo exonerou 16 funcionários de cargos comissionados após eles terem conseguido um aumento salarial por meio de decisões judiciais de magistrados do próprio órgão.

De um lado, as remoções têm sido consideradas represália pela defesa de outros funcionários que ocupam os mesmos cargos e pedem aumento na Justiça. De outro, o TJ-SP afirma que elas são necessárias para manter a higidez orçamentária.

O caso envolve os chamados assistentes judiciários, que são funcionários de carreira do TJ-SP que passam a exercer a função de auxiliar juízes de primeira instância. Na segunda instância, há os assistentes jurídicos, que não são necessariamente servidores de carreira e auxiliam os desembargadores.

Ambos os cargos cumprem funções como a de realizar

pesquisas para os juízes e ajudar em despachos e auxílios em audiência.

Os assistentes judiciários dizem que embora as funções sejam as mesmas, o salário dos assistentes jurídicos é de R\$ 5.000 a mais. Enquanto os servidores da primeira instância ganham aproximadamente R\$ 7,2 mil, os de segunda instância ganham R\$ 12,3 mil.

Esses assistentes de primeira instância passaram, então, a procurar a Justiça -ou seja, juízes do próprio TJ-SP- para garantir que os salários fossem equiparados, sob o argumento de que uma resolução de 2016 do **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)** garante isso.

A resolução diz que as carreiras dos servidores de cada TJ do país devem ser "únicas, sem distinção entre cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança de primeiro e segundo graus".

O **CNJ** ainda discute a obrigatoriedade do cumprimento dessa resolução em todo o país. Há um procedimento que aguarda decisão no conselho.

Parte dos assistentes judiciários, os 16, ganharam esse aumento em decisões individuais, inclusive com determinação de pagamentos retroativos.

FolhaJus

Seleção das principais notícias da semana sobre o cenário jurídico e conteúdos exclusivos com entrevistas e infográficos.

Carregando...

Outros mais de 1.000 entraram com uma ação civil pública por meio da Asjusp (Associação dos Assistentes Judiciários do Estado de São Paulo) na 2ª Vara da Fazenda Pública em Ribeirão Preto, que ainda não tem

decisão.

Mas os 16 assistentes que conseguiram aumento foram removidos dos cargos em agosto e tiveram que voltar às suas funções de origem, o que passou a preocupar os outros funcionários com ações na Justiça e também os magistrados que tinham esses auxiliares em seus gabinetes.

Por esse motivo, parte dos integrantes da Asjusp desistiu de integrar o processo.

"Ter uma desistência de mais de 100 pessoas numa ordem de 1.300 assistentes é bem expressivo, isso mostra o receio que eles têm e o que esse ato de nítida represália representa para os assistentes", diz o advogado Joffre Petean Neto, que representa a entidade.

Segundo relatos de envolvidos, as remoções dos assistentes fizeram o clima pesar entre a direção do TJ-SP, servidores e demais magistrados. Tiveram que chamar a Apamagis (Associação Paulista de Magistrados) para mediar o conflito.

Em uma mensagem divulgada internamente no mês passado, a presidente da entidade, Vanessa Mateus, afirma que conversou com a assessoria do TJ e que "nenhum juiz será processado em virtude de decisão proferida a esse respeito" e que "nenhum assistente perderá o cargo por estar afiliado à associação" ou por ter "ajuizado a demanda".

"O que ocorre é que, nos casos em que houve trânsito em julgado de procedência, há determinação para que o TJ equipare o salário ao assistente de segundo grau. Como essas demandas têm efeito multiplicador, calcula-se impacto anual de 423 milhões de reais, valor que o TJ não tem condições de suportar no momento", disse ela.

"Então, a fim de evitar o acúmulo de despesas, nos casos em que há determinação de pagamento equiparado, será cessada a nomeação como assistente, devendo o funcionário retornar ao cargo. Paga-se o que

ficou para trás, mas evitam-se novos pagamentos."

Ao menos desde 2019 o Tribunal de Justiça de São Paulo tem enfrentado dificuldades em suas despesas com pessoal, para não ultrapassar os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ano passado, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) flexibilizou um acordo que havia feito com o TJ para que o órgão da Justiça reduzisse progressivamente o percentual de suas despesas com pessoal até 2021. O prazo para que esse ajuste chegue ao fim passou para 2023.

Ainda assim, tem havido a autorização de benefícios para magistrados, como a aprovação do pagamento de auxílio-saúde a magistrados da corte em dezembro de 2020.

Na ação, a Procuradoria-Geral do Estado (ou seja, a defesa jurídica do estado) contesta e diz que as funções dos assistentes de primeira e segunda instância não é a mesma e é exercida em locais diferentes.

Menciona, ainda, o impacto orçamentário que a equiparação causaria nos cofres do TJ-SP.

Na ação, os advogados do próprio Tribunal de Justiça também dizem que o presidente da corte teria que enviar um projeto de lei para a Assembleia Legislativa para que esse aumento fosse possível e que um texto com esse impacto orçamentário seria 'de uma temeridade que não pode ser patrocinada pela Presidência deste Tribunal'.

O atual presidente do TJ-SP é o desembargador Geraldo Pinheiro Franco.

Já a Asjusp contratou parecer contábil que aponta que existe margem fiscal e orçamentária para que o tribunal suporte os gastos com a equiparação salarial dos assistentes judiciários à dos assistentes jurídicos.

Procurada, a presidente da Apamagis, Vanessa Mateus, diz que atuou nesse caso 'no sentido de levar as

preocupações dos associados ao nosso órgão máximo, função de uma dirigente de classe e representante de quase 3 mil magistrados'.

O Tribunal de Justiça de São Paulo afirma que as exonerações aconteceram 'considerando as graves dificuldades orçamentárias e o acréscimo de custos não planejados neste momento de esforço e restrições econômicas'.

'A cessação dos cargos em comissão desses servidores visa à manutenção da higidez financeira, fiscal e orçamentária do Tribunal de Justiça de São Paulo', diz a corte. 'O impacto anual, com extensão de igual benefício a todos os demais assistentes judiciários, seria de R\$ 423 milhões'.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Primeiro casamento homoafetivo em Rondônia surgiu através de um webnamoro



Thonny Hawany e Rafael Costa, de 55 e 29 anos, respectivamente, comemoram o primeiro casamento civil de Rondônia e o primeiro casamento civil do CNJ em 2012. Após um ano de 'webnamoro' eles se encontraram e estão juntos desde então.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Por Jaíne Quele Cruz, G1 RO

Thonny Hawany e Rafael Costa, de 55 e 29 anos respectivamente, moravam a mais de 100 km de distância e se conheceram através do Orkut em 2010. Após um ano de 'webnamoro' eles se encontraram e estão juntos desde então.

Apesar da diferença de idade, Thonny e Rafael almejavam um futuro em comum: constituir uma família. Em 2012 eles entraram com um pedido judicial e se tornaram o primeiro casal homoafetivo de Rondônia a celebrar a união civil.

"Talvez a minha melhor cantada foi quando eu disse que tinha um filho, queria ter mais e queria viver com uma pessoa que também pensasse assim", conta Thonny.

Unidos com esse propósito, o casal vê o casamento no civil como uma garantia de direitos fundamentais.

"Foi a questão de querer ter uma família e querer ter um respaldo legal de ser uma família. A gente sabe que hoje, juridicamente, é mais fácil comprovar união estável, mas não era o caso na época".

Em março de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável para pessoas do mesmo gênero. No entanto, o casamento civil só se tornou obrigatório dois anos depois, através de uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Quando Thonny e Rafael decidiram se casar, a união homoafetiva ainda não era regulamentada em Rondônia. Eles precisaram entrar com uma ação judicial pedindo a autorização do casamento com o objetivo de fazer uma pequena reunião com amigos e familiares.

"A gente teve dificuldade para saber quem iria fazer o nosso casamento porque as pessoas do cartório, por serem de igrejas evangélicas, decidiram não celebrar o casamento", contam.

Dia 3 de março de 2012 eles finalmente conseguiram mudar o status para casados e marcaram a história para a população LGBTQIA+ de Rondônia. A cerimônia contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas, com tudo que tinham direito: convites, roupas de gala e até mesmo um DJ especializado em festas LGBT.

"Então o que seria uma coisa intimista acabou se tornando o casamento do século", brinca Thonny.

Enfrentando o preconceito

Por ser professor e ativista social, Thonny tinha muitos amigos e conhecidos na região e logo muita gente estava sabendo do casamento. No entanto, com toda a notoriedade vieram também os comentários, que nem sempre eram positivos. Nas publicações, vídeos e fotos, várias pessoas condenavam o casamento deles

alegando ser algo errado.

"Foi algo muito pesado, eram comentários muito tristes. A gente começou a somatizar apenas o que era bom", contam.

"Foi algo muito pesado, eram comentários muito tristes. A gente começou a somatizar apenas o que era bom", contam.

Casamentos homoafetivos em RO

A regulamentação da união entre pessoas do mesmo gênero aconteceu pouco tempo depois do casamento de Thonny e Rafael. Segundo o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), um casal de duas mulheres entrou com um processo solicitando o casamento diretamente no cartório em janeiro de 2012. Elas queriam casar diretamente no cartório sem que fosse necessária uma autorização judicial.

O pedido das duas foi negado em primeiro grau por falta de "embasamento legal". No entanto, em outubro do mesmo ano o pedido foi autorizado em 2º grau e o casal abriu portas para todos os casais homoafetivos do estado se casarem diretamente no cartório.

De acordo com os dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil), desde a decisão do **CNJ** foram celebrados 336 casamentos homoafetivos em Rondônia, divididos entre 31 municípios. O ano com mais registros de casórios foi 2018.

Porto Velho lidera o ranking de cidades com mais registros, totalizando aproximadamente 60% de todos os casamentos celebrados no estado.

Bodas de Estanho

Em 2022, Thonny e Rafael completam 10 anos de casamento: bodas de estanho. Atualmente são uma família de quatro pessoas. Há quase três anos eles se mudaram de Rondônia e atualmente moram em Salvador (BA).

"Eu sou baiano e eu fundei uma comunidade de tradições africanas e eu administrei a distância esses anos e todos nós fomos envelhecendo e eu precisei criar um caminho de volta. O Rafa como é muito apaixonado ele não iria ficar aí né?", conta Thonny em meio à risadas.

Quando questionados sobre outro possível filho, a resposta é um "não posso dizer que sim, mas não posso negar se for designo divino".

VÍDEOS: veja mais notícias de Rondônia

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Para resolver 'meteoro' dos precatórios, Guedes faz 'pedido desesperado de socorro' aos presidentes do Congresso e STF



Para resolver 'meteoro' dos precatórios, Guedes faz 'pedido desesperado de socorro' aos presidentes do Congresso e STF

Ministro da Economia defende que governo peça PEC ao Congresso para garantir crescimento e que também seja possível cortar custos, além de garantir os precatórios. Segundo, a possibilidade de aumento para a Bolsa Família.

Por G1 - 15 de setembro de 2021

Veja também: Aumento

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (15) que pediu ajuda aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para resolver o problema que ele classifica como o "meteoro" dos precatórios. Ele participou de live transmitida pela internet.

"Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, é só um pedido desesperado de socorro. Quando a gente está desesperado, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos Poderes. De vez em quando eu peço ao presidente da República, da Câmara, do Senado e de vez em quando ao Supremo. Na plena confiança do amor ao Brasil, na capacidade intelectual e política no desempenho de cada um desses poderes", declarou.



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: G1

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (15) que pediu ajuda aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para resolver o problema que ele classifica como o "meteoro" dos precatórios. Ele participou de live transmitida pela internet.

"Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, é só um pedido desesperado de socorro. Quando a gente está desesperado, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos Poderes. De vez em quando eu peço ao presidente da República, da Câmara, do Senado e de vez em quando ao Supremo. Na plena confiança do amor ao Brasil, na capacidade intelectual e política no desempenho de cada um desses poderes", declarou.

Os precatórios são dívidas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios reconhecidas em

decisões judiciais definitivas. O governo quer parcelar o montante que deveria pagar em 2022, para abrir espaço no Orçamento. Para isso, enviou uma PEC ao Congresso Nacional.

No próximo ano, os precatórios, segundo o Tesouro Nacional, somarão R\$ 89,1 bilhões (se não for feita nenhuma mudança), contra R\$ 54,7 bilhões neste ano, o que consumiria todo espaço adicional aberto no teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento da maior parte das despesas à inflação do ano anterior).

Outra proposta, que vem sendo formulada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** pode reduzir, dos atuais R\$ 89 bilhões para cerca de R\$ 39,9 bilhões, o valor total de precatórios que o governo federal terá de pagar no próximo ano. A ideia é estabelecer um limite anual de pagamento, corrigido pela inflação, para dar previsibilidade ao Orçamento do governo federal.

Entre outros objetivos, o governo busca, com a proposta de parcelar essas sentenças judiciais, abrir espaço para ampliar o pagamento do Bolsa Família em 2022, o que a Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada do Senado Federal, vem classificando como contabilidade criativa com objetivo de obter retorno eleitoral.

O ministro da Economia disse que o governo buscava ampliar o benefício do Bolsa Família para um valor "modesto, moderado" ao redor de R\$ 300, e não para R\$ 600 ou R\$ 700, algo que, segundo ele, poderia ser visto como "populista". Mas que o aumento dos precatórios consumiu o espaço necessário dentro do teto de gastos.

"Precisamos de compreensão e ajuda para resolvermos um problema que eu chamei de meteoro, pois vem do exterior, não foi criado dentro do Executivo. O Executivo está tentando fazer seu trabalho com respeito, colaboração e união", declarou.

O governo busca marcar uma reunião com os presidentes dos Poderes sobre o tema, após o presidente Jair Bolsonaro ter divulgado carta recuando em críticas ao Supremo Tribunal Federal.

Vídeos: Últimas notícias de economia

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Lira diz que tratar de alterações na lei do impeachment 'foge do escopo' do relatório da CPI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta quarta-feira (15) que 'foge do escopo' do relatório da CPI da Covid tratar de alterações na lei do impeachment.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI, disse à GloboNews na segunda-feira (13) que o relatório final da comissão deve conter uma proposta estabelecendo prazo para o presidente da Câmara se manifestar sobre processos de impeachment contra presidentes da República.

Hoje, há mais de 130 pedidos na fila contra o presidente Jair Bolsonaro, mas Lira não analisou nenhum.

Questionado se a sugestão de Calheiros causou constrangimento à Câmara, Lira respondeu que 'foge do escopo do relatório da CPI tratar de um assunto que é constitucional'.

'Sugestão todo parlamentar pode fazer, projetos todos os parlamentares podem fazer. Eu não ousaria querer

alterar, daqui [da Câmara], o regimento de o presidente do Senado alterar o rito de impeachment de ministro do Supremo. Tanto o rito do presidente da Câmara quanto do presidente do Senado são de instituições que representam o Poder autônomo, representativo'.

Pela Constituição, cabe aos senadores analisar o eventual cometimento de infrações pelos magistrados do STF.

Lira disse, ainda, que não acredita que uma eventual alteração no rito do impeachment seja o 'sentimento' das Casas.

'Se a maioria do plenário quiser a qualquer momento alterar, altera. Eu não acredito que seja esse o sentimento das duas Casas.'

Precatórios

Lira disse, ainda, que está decidido que a solução para o impasse dos precatórios virá pelo Legislativo.

Precatórios são dívidas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios reconhecidas em decisões judiciais definitivas, ou seja, que não são mais passíveis de recursos, e que devem ser pagas pelo governo.

Nesta terça-feira, o relator da proposta de Emenda à Constituição (PEC) que parcela o pagamento de precatórios da União, deputado Darci de Matos (PSD-SC), leu seu parecer favorável ao texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O texto, porém, ainda não foi votado.

Outra proposta, que vem sendo formulada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** pode reduzir, dos atuais R\$ 89 bilhões para cerca de R\$ 39,9 bilhões, o valor total de precatórios que o governo federal terá de pagar no próximo ano. A ideia é estabelecer um limite

anual de pagamento, corrigido pela inflação, para dar previsibilidade ao Orçamento do governo federal.

O presidente da Câmara disse que conversou nesta quarta-feira com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e que "já está precificado que a solução será pelo Legislativo".

"Os precatórios como estão, incluídos no Orçamento, inviabilizam investimento, inviabilizam as despesas discricionárias, inviabilizam o funcionamento da máquina pública", disse.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Instituição diz ser possível pagar precatórios e ampliar Bolsa Família em 2022 sem mudar regras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal, estimou que há espaço para pagar os precatórios (sentenças judiciais) em 2022 e fazer uma ampliação mais modesta do Bolsa Família sem que seja necessário alterar as regras vigentes. Os cálculos constam no Relatório de Acompanhamento Fiscal de setembro, divulgado nesta quarta-feira (15).

Os precatórios são dívidas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios reconhecidas em decisões judiciais definitivas. O Ministério da Economia foi informado pelo poder Judiciário que os precatórios vão somar R\$ 90 bilhões em 2022, ante os R\$ 55 bilhões orçados neste ano.

Por conta desse forte crescimento, o governo propõe parcelar uma parte do montante que deveria pagar em 2022 como forma de abrir espaço no teto de gastos (regra que limita a maior parte das despesas à inflação do ano anterior) para, entre outros, destinar recursos ao novo programa social.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que vê dificuldades para criar programa social "exequível" sem as mudanças de regras de precatórios e, por conta disso, fez nesta quarta-feira (15) um "pedido desesperado de socorro" aos presidentes do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux.

Guedes tem dito que, sem mudanças nas regras dos precatórios, o orçamento ficaria muito baixo, podendo "parar Brasília" para não descumprir o teto de gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Outra proposta, que vem sendo formulada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** pode reduzir, dos atuais R\$ 89 bilhões para cerca de R\$ 39,9 bilhões, o valor total de precatórios que o governo federal terá de pagar no próximo ano. A ideia é estabelecer um limite anual de pagamento, corrigido pela inflação, para dar previsibilidade ao Orçamento do governo federal.

O governo busca marcar uma reunião com os presidentes dos demais Poderes da República para discutir as mudanças nas regras dos precatórios, após o presidente Jair Bolsonaro ter divulgado carta recuando em críticas ao Supremo Tribunal Federal.

Bolsa Família

Os cálculos da Instituição Fiscal Independente consideram que, para não descumprir o teto de gastos e pagar todos os precatórios, sem mudanças em suas regras, seria necessário realizar uma ampliação mais modesta nos benefícios do Bolsa Família.

A proposta do governo é de que o benefício médio do Bolsa Família passe dos atuais R\$ 189 para cerca de R\$ 300 em 2022, e que o número de famílias beneficiadas passe 14,6 milhões de para 17 milhões. Essa proposta implicaria, segundo o Ministério da Economia, em gastos adicionais de R\$ 26 bilhões a R\$

28 bilhões.

Segundo a IFI, seria possível ampliar o benefício do Bolsa Família dos atuais R\$ 189 para cerca de R\$ 250, e aumentar o número de famílias beneficiadas de 14,6 milhões para cerca de 16 milhões de pessoas por cerca de R\$ 14 bilhões a mais. "No fundo, o valor é o que é possível dar, em razão da restrição fiscal", disse Felipe Salto, diretor-executivo da IFI.

O cálculo da IFI já considera que a inflação ficará maior neste ano (projeção de 8,2% para o INPC), em relação ao projetado anteriormente, o que levará a um aumento maior no salário mínimo em 2022. Isso consumirá parte do espaço para novas despesas.

Com isso, os chamados gastos discricionários (despesas livres do governo) ficariam em R\$ 104 bilhões em 2022, incluindo as emendas impositivas (individuais e de bancada), o menor valor já registrado e "muito próximo" do que a IFI considera como "patamar mínimo para os gastos com funcionamento da administração pública".

A Instituição Fiscal Independente informou, também, que não haveria espaço para as chamadas "emendas de relator" em 2022, que somam R\$ 18,5 bilhões neste ano. As emendas de relator são consideradas menos transparentes do que as individuais pois a destinação dos recursos é definida em acordos informais entre parlamentares aliados e o governo federal.

VÍDEOS: assista a mais notícias sobre política

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Empate no STF adia decisão sobre presença de trans em presídios femininos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Gazeta do Povo

Terminou em um empate o julgamento virtual no Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiria se transexuais e travestis femininas - homens biológicos - podem ou não escolher cumprir pena em presídios de mulheres. O julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 527, proposta pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foi encerrado com cinco votos favoráveis à tese do relator da proposta, ministro Luís Roberto Barroso, e outro cinco contrários.

> > Faça parte do canal de Vida e Cidadania no Telegram

Barroso defendeu em seu voto que detentos trans possam escolher cumprir suas penas em presídios femininos ou em masculinos em área reservada. Já o ministro Ricardo Lewandowski sustentou que a ação não deveria seguir adiante, uma vez que o problema já foi resolvido por meio de resolução do **Conselho**

Nacional de Justiça (CNJ).

O posicionamento de Lewandowski foi seguido por quatro ministros e o de Barroso por outros quatro - o que ocasionou o empate. Agora, a expectativa é de que o tema seja retomado apenas depois que o 11º ministro da Corte seja escolhido.

O STF discute o assunto desde junho de 2018. Em 2019, o ministro Barroso concedeu uma medida cautelar autorizando que detentos trans fossem transferidos para presídios de mulheres. Em 2020, o mesmo ministro alterou sua decisão anterior e determinou que transexuais e travestis que 'se identificam' como detentas femininas pudessem escolher cumprir penas em presídios destinados a mulheres ou em áreas específicas em presídios masculinos.

Também em 2020, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** publicou a Resolução 348/2020, posteriormente modificada pela Resolução 366/2021, em que estabelecer 'diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo'. Um dos itens da resolução determina que pessoas que se autodeclararem transexuais, travestis ou intersexo podem escolher se querem ser levadas a unidades penitenciárias masculinas ou femininas.

Para Lewandowski, as resoluções são suficientes para regulamentar a questão, e o julgamento no STF não tem mais razão de ser. 'A atuação desta Corte no âmbito da jurisdição constitucional deve dar-se apenas excepcionalmente, tão somente quando indispensável para a garantia dos direitos envolvidos, o que não se verifica mais no caso presente', defendeu o ministro.

Barroso foi acompanhado por Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber e Edson Fachin. A divergência de Lewandowski foi seguida por Luiz Fux, Alexandre de

Moraes, Nunes Marques e Gilmar Mendes.

Tudo igual

Na prática, a decisão do STF, caso os votos sejam desempatados no futuro, não vai alterar em nada os procedimentos adotados pela Justiça em relação a detentos trans. Caso a posição do ministro Barroso seja a vencedora, detentos trans vão continuar a poder escolher em que tipo de presídio querem cumprir pena. Já se a posição de Lewandowski prevalecer, o STF reconhecerá que o assunto já está resolvido pela resolução do **CNJ**, que também prevê o direito de escolha dos detentos.

Diversos grupos têm questionado essas medidas. O núcleo brasileiro da Women's Human Rights Campaign (Campanha pelos Direitos Humanos das Mulheres), por exemplo, entende que a presença de homens biológicos em penitenciárias femininas pode representar um risco à segurança das mulheres.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Dólar fecha em queda com exterior e captações, mas sem tirar Brasília do foco



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por José de Castro

SÃO PAULO (Reuters) - O dólar fechou em queda ante o real nesta quarta-feira, com o mercado embarcando em vendas na parte da tarde na esteira do fortalecimento do apetite por risco no exterior, em meio a um rali das commodities a picos em mais de seis anos.

O dólar à vista caiu 0,42%, a 5,237 reais.

A cotação variou de 5,273 reais (+0,27%) a 5,2304 reais (-0,54%) na sessão.

Lá fora, o índice do dólar -que mede o valor da moeda frente a uma cesta de seis rivais- ampliava a queda para 0,2% no fim da tarde. A baixa acelerou depois das 16h (de Brasília), após uma escalada nos preços do petróleo empurrar um índice de referência para as matérias-primas a uma máxima desde julho de 2015.

Moedas intrinsecamente correlacionadas às

commodities lideravam os ganhos nos mercados de câmbio nesta sessão: rublo russo (+1,3%), peso chileno (+0,8%), coroa norueguesa (+0,7%) e dólar canadense (+0,5%).

A alta dos produtos básicos beneficia o real por melhorar os termos de troca -em linhas gerais, razão entre preços de exportações e importações. Assim, a economia brasileira acaba recebendo, no líquido, mais dólares, aumentando a disponibilidade da moeda, o que pode baixar seu preço.

A nova pernada de alta nas commodities poderia interromper a queda nos termos de troca vista desde os picos do segundo trimestre (ver gráfico do Goldman Sachs abaixo). Segundo dados mais recentes da Funcex, em junho o índice de termos de troca havia batido uma máxima desde 2011. A balança comercial brasileira tem cravado recorde atrás de recorde.

Ainda na linha de ingresso de recursos, o mercado acompanhou notícias de que a Rumo lançou nesta quarta-feira captação de 500 milhões de dólares no exterior. Nesta semana, Banco do Brasil também precificou captação de 750 milhões de dólares.

O mercado de câmbio no Brasil 'se rendeu' às vendas de dólares na parte da tarde depois de uma manhã mais pressionada, em que investidores repercutiram sinais de que o governo Bolsonaro parece contar com menos apoio do Legislativo.

Na noite de terça-feira, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), rejeitou medida provisória enviada por Bolsonaro que alterava o Marco Civil da Internet.

'O espaço para mais medidas está menor', disse Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, chamando atenção para o entendimento de que, mesmo após a minirreforma ministerial recente, o governo ainda

não 'colheu frutos' no Congresso.

Falas do ministro da Economia, Paulo Guedes, na véspera e nesta quinta também ficaram no radar, num momento em que o mercado se preocupa com o risco de abalo ao teto de gastos diante do imbróglio em torno da conta de precatórios para 2022 -envolta em mais nebulosidade diante da intensificação da crise entre Poderes.

Chamou atenção nesta quarta comentário do presidente do STF e do **Conselho Nacional de Justiça**, Luiz Fux, sobre o titular da Economia: 'Guedes é tão amigo que coloca no meu colo o filho que não é meu'. A declaração fez referência à intenção de Guedes de obter aval do **CNJ** para parcelar precatórios.

O recrudescimento da contenda político-institucional e seus potenciais efeitos fiscais têm deprimido ainda mais a visão do estrangeiro sobre a taxa de câmbio brasileira, em meio a uma ampla expectativa de volatilidade adicional apesar da possibilidade de juros mais altos por causa da disparada da inflação.

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

'Respeito é bom e todos nós gostamos da democracia', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Talita Laurino

O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez uma ode à democracia, nesta quarta-feira (15/9), durante um debate com o Movimento Pessoas a Frente.

O evento estava fechado à imprensa, mas o Metrôpoles teve acesso ao conteúdo por meio de interlocutores. O ministro defendeu que o Judiciário tem lideranças sólidas.

Durante o ato pró-governo, no 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro fez ataques diretos ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Barroso. As declarações pressionaram o mercado, que derreteu no dia seguinte.

O mau humor só passou quando Bolsonaro divulgou uma carta pacificadora à nação, após encontro com o ex-presidente Michel Temer.

Observando o movimento, Guedes manteve o clima harmônico. Luiz Fux, presidente do **Conselho Nacional**

de Justiça (CNJ), também participava do debate. O chefe da Economia dirigiu elogios à ele. 'Fux tem sido tão importante nessa definição dos territórios, nesses episódios frequentes, mas que são típicos de uma democracia saudável, vigorosa e robusta', afirmou.

'Essas lideranças são sólidas e têm um compromisso enorme com as instituições democráticas. O nosso próprio presidente, em sua carta à nação, mostrou plena consciência que, no fundo, todo mundo tem que jogar dentro das quatro linhas [constituição]', disse.

'Respeito institucional acima de tudo. Respeito é bom e todos nós gostamos da democracia. É essencial', finalizou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Rio: liminar suspende decreto que obrigava vacinação de servidores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mariene Lino

Rio de Janeiro - Uma liminar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) suspendeu a decisão da prefeitura pela obrigatoriedade da vacinação de servidores municipais contra a Covid-19. Quem entrou com o pedido de representação por inconstitucionalidade foi o deputado estadual Márcio Gualberto (PSL). A decisão foi assinada pela desembargadora Marília de Castro Neves Vieira, do Órgão Especial do TJ-TJ.

A medida estabelecida pelo prefeito Eduardo Paes (PSD) foi publicada no Diário Oficial em 18 de agosto. O decreto definiu que, o servidores que não se vacinassem poderiam ser demitidos por justa-cause. Também responderiam a processo administrativo. A medida também valia para prestadores de serviços em órgãos do município. 'A recusa, sem justa-cause, em submeter-se à vacinação contra a Covid caracteriza falta disciplinar', dizia o decreto.

Na decisão, a desembargadora afirmou que a União é quem deveria, com exclusividade, se debruçar sobre o

caso, e que o decreto poderia causar 'danos de impossível reparação' aos funcionários. O TJRJ informou que a ação segue para julgamento pelo Órgão Especial.

'Embora possa o município legislar a respeito de interesse local, suplementando, inclusive, legislação federal e estadual, a eles é vedado criar sanções não previstas na Lei Federal ou Estadual de regência, legislando sobre matéria que é de exclusiva competência da União. Dessa forma, o decreto [?] cria sanções que, à primeira vista, ferem direitos fundamentais como o direito ao exercício do trabalho remunerado, ferindo de morte, igualmente, o princípio da dignidade humana, ao impor sanções financeiras incidentes sobre verba de caráter alimentar', escreveu a desembargadora na decisão.

Procurada pelo Metrôpoles, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio (SMS-Rio) ainda não respondeu sobre a liminar.

A desembargadora Marília Castro Neves já foi alvo de processo administrativo no **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** por calúnia contra a vereadora do Rio Marielle Franco, assassinada em março de 2018. A magistrada disseminou, em uma rede social, ofensas e acusações contra a parlamentar e disse que Marielle estaria 'engajada com bandidos'. Marília chegou a ser condenada pela Justiça do Rio, mas foi absolvida pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em março deste ano.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

Precatórios: Guedes diz que basta 'boa vontade' do STF para resolver



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Nathalia Kuhl

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a falar sobre a ajuda que pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) durante essa crise dos precatórios. O chefe da pasta voltou a jogar o problema no colo da Corte, ao afirmar que 'basta uma boa vontade do Supremo' para resolver a questão.

Em entrevista à rádio Jovem Pan, nesta terça-feira (15/9), Guedes disse que o 'Supremo entende isso, ele sabe, já fez com estados e municípios'. 'Há uma inconsistência jurídica, se eu pagar imediatamente esses precatórios eu vou furar o teto, levar a inflação para cima, posso desorganizar a economia. Agora, se eu não pagar, eu também estou descumprindo a lei, então há uma inconsistência', afirmou.

Guedes reforçou que foi pedir ajuda ao STF. Disse que recorreu ao presidente do STF, Luiz Fux, e ao ministro Gilmar Mendes, além de pedir o contato de Dias Toffoli. "Quando caiu esse meteoro nos estados e municípios, os senhores parcelaram, podem parcelar o nosso também", esse é o pedido que eu faço a eles', ressalta.

Guedes tem dito que o 'meteoro' de dívidas reconhecidas pela União, não passíveis de recursos, chega a R\$ 90 bilhões. De acordo com o governo, se o montante for honrado em 2022, faltarão recursos para o pagamento do salário de servidores e para a expansão do programa Bolsa Família.

O ministro da Economia e as cúpulas do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) tentam costurar uma solução que reduza o montante para R\$ 39,9 bilhões neste ano. O acordo seria selado por uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o que dispensaria a necessidade de aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Legislativo.

'Eu pedi ajuda do Legislativo e do Judiciário. Via Legislativo, eu pedi uma PEC; via Judiciário, eu pedi uma consulta. Justamente para saber o seguinte: se eu fizer todo o esforço do mundo para me conter dentro das linhas [da Constituição], e outro Poder me promover uma ruptura, o que eu faço? Socorro, ministro Fux! Socorro, presidente Pacheco!', afirmou durante bate-papo com o Movimento Pessoas à Frente.

'A independência deve ser mantida, mas eles (Poderes) têm que conversar regularmente, sobretudo quando a tomada de decisão de um impacta o resultado do outro', sugeriu.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Fux 'brinca' com Guedes sobre precatórios: 'coloca no meu colo um filho que não é meu'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fernanda Trisotto

BRASÍLIA - Ainda sem solução para o impasse dos precatórios, que vão ocupar o espaço fiscal para a ampliação do Bolsa Família no orçamento de 2022, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ressaltou que o governo segue apostando na resolução via Legislativo, onde há uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação, e pelo Judiciário, em um acordo costurado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. Fux "brincou" que o ministro estava colocando em seu colo um filho que não era seu.

- Paulo Guedes é tão amigos que coloca no meu colo um filho que não é meu - comentou Fux, aos risos, depois de ressaltar o compromisso do Judiciário com a solução dos grandes problemas nacionais.

Fux avaliava a possibilidade de criação de um subteto para os precatórios por meio de uma resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, mas a solução esfriou diante da escalada da crise institucional entre os

poderes.

Guedes entrou na brincadeira, mas justificou o pedido de intermediação:

- Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, ao presidente do Supremo é só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma depositar um filho ou a responsabilidade no seu colo. É só que quando a gente está desesperado, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos poderes, na plena confiança do amor ao Brasil de todos eles, capacidade intelectual e política.

Os dois ministros participaram do evento Pessoas em Movimento: Diálogos para um Melhor Estado, promovido pelo Movimento Pessoas à Frente na manhã desta quarta-feira.

A elevação dos gastos com precatórios virou um dilema para o governo, com reflexos sobre o Orçamento para 2022. A despesa, que neste ano foi de R\$ 54,7 bilhões, vai subir para quase R\$ 90 bilhões, tirando espaço fiscal para outras ações, como a ampliação do Bolsa Família, vitrine eleitoral do presidente Jair Bolsonaro.

Alguns parlamentares vêm defendendo uma solução extra-teto para os precatórios, o que desagradou o ministro da Economia. O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo, já falava disso quando a equipe econômica entregou a proposta de emenda à Constituição. Na última semana, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), informou que coletava assinaturas para sugerir uma PEC que retira os precatórios do teto de gastos.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Fux 'brinca' com Guedes: 'Coloca no meu colo um filho que não é meu'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Douglas Rodrigues

Para solucionar o impasse em torno do pagamento de R\$ 89 bilhões de precatórios em 2022, o ministro Paulo Guedes (Economia) segue apostando numa solução via Legislativo, onde há uma proposta de Emenda à Constituição em tramitação, e via Judiciário, em um acordo costurado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux.

A estratégia do ministro foi explicada por ele em live junto chefe da Corte e do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, nesta 4ª feira (15.set.2021). Na ocasião, Guedes pediu socorro às duas autoridades.

Fux 'brincou' que o ministro estava colocando em seu colo um filho que não era seu. 'Paulo Guedes é tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu', disse Fux, aos risos. Segundo ele, o Judiciário tem o compromisso com a solução de problemas nacionais.

Fux avaliava a possibilidade de criação de um subteto para os precatórios por meio de uma resolução do **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**. Com as críticas de

Jair Bolsonaro ao Supremo, o debate em torno dessa solução esfriou.

Segundo Guedes, uma saída para o pagamento de precatórios é essencial para dar um reajuste moderado ao programa Bolsa Família. 'Como que eu reajo? Socorro ministro Fux. Socorro presidente Pacheco. Como eu posso manter minhas obrigações, como o aumento do Bolsa Família, que é absolutamente necessário - mesmo que modesto, não R\$ 600, R\$ 700, como querem fazer. Isso poderia ser lido como populismo', afirmou.

Depois, Guedes entrou na brincadeira de Fux: 'Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, ao presidente do Supremo é só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma depositar um filho ou a responsabilidade no seu colo. É só que quando a gente está desesperado, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos Poderes, na plena confiança do amor ao Brasil de todos eles, capacidade intelectual e política'.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

PEC dos Precatórios deverá incorporar solução do CNJ, diz Lira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mariana Haubert

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta 4ª feira (15.set.2021) que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios deverá incorporar a solução elaborada pelo **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)** para o 'meteoro' de R\$ 89 bilhões no Orçamento de 2022.

De acordo com Lira, 'já está precificado que a solução será dada pelo Legislativo'. 'Aquele texto que foi tratado [pelo **CNJ**] era um texto bem oportuno para o momento, justo e dá previsibilidade do que vai acontecer com os precatórios, inclusive sobre decisões judiciais futuras', disse.

Receba a newsletter do Poder360

O governo enviou ao Congresso a PEC dos Precatórios em 9 de agosto, em que propõe o parcelamento dos R\$ 89 bilhões em dívidas judiciais que a União terá que pagar em 2022. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Casa e deve ser votada nesta 5ª feira (16.set.2021).

Segundo Lira, a CCJ analisará a constitucionalidade e admissibilidade do texto do governo, que deverá ser alterado em comissão especial para incorporar o texto do **CNJ**. 'Pelo menos essa é a intenção inicial. Daí para frente, os 513 [deputados] e os 81 [senadores] deverão decidir o rito e a forma final do mérito da matéria', disse.

A proposta que vem sendo costurada no **CNJ** pode reduzir de R\$ 89 bilhões para R\$ 39,9 bilhões o valor total de precatórios em 2022. A ideia é atualizar o montante da dívida de 2016 (R\$ 30,3 bilhões), ano de promulgação do Teto de Gastos, e aplicar a mesma lógica da regra fiscal até o momento atual com correção inflacionária. Isso daria ao governo uma sobra no Orçamento. Já se nada for feito, o governo federal fica inviabilizado em 2022.

Entenda no infográfico abaixo o que são os precatórios:

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Guedes é tão amigo que coloca no meu colo filho que não é meu, diz Fux sobre precatórios

Autor: (Reportagem de Ricardo Brito e Marcela Ayres)

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, fez nesta quarta-feira acenos ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que busca uma chancela da cúpula do Poder Judiciário na solução para o pagamento dos precatórios no próximo ano em meio às dificuldades fiscais do governo.

Guedes quer obter um aval do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, órgão responsável por gerir os precatórios e presidido por Fux, para parcelar essas dívidas reconhecidas pela União. A intenção é evitar contestações futuras de beneficiários que se sentirem lesados.

"Guedes é tão amigo que coloca no meu colo o filho que não é meu", brincou Fux, presidente do STF e do **CNJ**, durante um evento online, após dizer que o titular da Economia é "brilhante" e fonte constante de ideias.

No evento, Guedes mencionou a possibilidade de criação de um fundo para distribuir recursos aos mais pobres, assim como um fundo para antecipar o pagamento de precatórios que não fossem quitados de imediato pelo governo no âmbito das soluções aventadas para o problema dessas dívidas.
[E6N2Q200D]

O presidente do Supremo ressaltou que, mesmo diante da possibilidade de uma mediação para se evitar a judicialização do assunto, o plenário do Supremo terá de validar a solução proposta.

"É muito importante deixar claro que, salvante (sic) essa mediação, que é um novel instituto nessa era da consensualidade, não havendo uma avaliação prévia de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal precisa pelo seu colegiado chancelar a solução que venha do Legislativo por iniciativa do Executivo", observou.

O ministro da Economia afirmou que só fez um pedido "desesperado" de socorro a Fux.

"Ao nosso presidente do Supremo é só um pedido desesperado de socorro. De forma alguma depositar o filho, a responsabilidade, no seu colo. É só que quando a gente está desesperado, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos poderes, então a gente corre", afirmou.

O governo tenta encontrar uma solução para o pagamento de 89 bilhões de reais em precatórios previstos no Orçamento para o próximo ano. Uma das ideias aventadas é ter o aval do STF e do **CNJ** para parcelar esses pagamentos e incluir essas mudanças em uma proposta de emenda à Constituição que tramita na Câmara sobre o assunto.

A intenção do governo é, com um eventual pagamento menor do estoque dessas dívidas, abrir espaço orçamentário para incrementar o valor do programa social que vai substituir o Bolsa Família, o Auxílio Brasil.

O Executivo quer elevar a parcela média do benefício para 300 reais. A mudança, que entraria em vigor no ano eleitoral, pode potencialmente beneficiar o presidente Jair Bolsonaro, que tem enfrentado baixa popularidade e intenção de voto para a reeleição, conforme recentes pesquisas.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Empate trava julgamento no STF sobre direito de trans escolherem presídio



Empate trava julgamento no STF sobre direito de trans escolherem presídio



O STF (Supremo Tribunal Federal) registrou empate por 5 votos a 5 em um julgamento que define se mulheres transexuais e travestis identificadas com o gênero feminino têm direito a escolher, caso presas, se preferem cumprir pena em presídios femininos ou masculinos.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Neves

O STF (Supremo Tribunal Federal) registrou empate por 5 votos a 5 em um julgamento que define se mulheres transexuais e travestis identificadas com o gênero feminino têm direito a escolher, caso presas, se preferem cumprir pena em presídios femininos ou masculinos.

A liberdade de escolha está assegurada de forma provisória desde 2019, graças a uma decisão do ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso, que foi ajustada em março desse ano. O conjunto dos ministros, porém, ainda não havia analisado a questão.

O caso foi analisado na Corte entre os dias 3 e 13 de setembro, em plenário virtual. Nessa modalidade de julgamento, os ministros apresentam seus votos no sistema interno do STF, sem necessidade de uma sessão presencial.

O Supremo, no entanto, está desfalcado desde a

aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello, em julho. A 11ª cadeira permanece vazia enquanto o Senado não analisa o nome de André Mendonça, escolhido para a vaga pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A sabatina de Mendonça ainda não foi marcada, mais de dois meses após a indicação. Com o empate em 5 votos a 5, caberá ao presidente do STF, Luiz Fux, apontar uma definição para o caso.

Primeiro a votar, Barroso defendeu que presas transexuais e travestis com identidade de gênero feminino possam optar por cumprir penas em unidades femininas ou masculinas e, nesse último caso, devem ser mantidas em área reservada, por segurança. O ministro foi seguido nesse entendimento por Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Edson Fachin e Rosa Weber.

O ministro Ricardo Lewandowski, porém, abriu uma divergência e foi seguido por Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Nunes Marques e pelo presidente da Corte, Luiz Fux.

Segundo Lewandowski, o processo perdeu a razão de ser porque uma resolução do **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**, publicada em 2020 e editada no ano passado, já garante às pessoas trans a manifestação de preferência quanto ao local de cumprimento da pena. Para os ministros, a decisão do **CNJ** já solucionou o problema.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Pressão de Guedes sobre Fux para resolver precatórios vira ponto de atrito no STF

Autor: Luísa Martins, Murillo Camarotto e Lu Aiko Otta

A pressão que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem exercido sobre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, em relação aos precatórios se tornou um novo ponto de atrito entre o Executivo e o Judiciário.

Isso ficou evidente em um evento do qual ambos participaram nesta quarta-feira (15). e ouviu como resposta que o ministro da Economia estava "colocando em seu colo um filho que não é seu".

Leia mais: Guedes pede 'ajuda' para parcelar precatórios e elevar Bolsa Família em até 50%

A insatisfação de Fux com a postura de Guedes não é de agora. Desde o início do mês, ele tem dito a interlocutores que o Ministério da Economia, desesperado com o "meteoro" de R\$ 89,1 bilhões em dívidas judiciais a pagar em 2022, tenta "transferir responsabilidades".

Em audiência privada no STF em 1º de setembro, chegou a chamar a atenção do advogado-geral da União, ministro Bruno Bianco, quando este o questionou sobre os precatórios. Fux pediu que Bianco avisasse a Guedes que "não era bem assim".

Conforme mostrou o Valor, a crise entre o presidente Jair Bolsonaro e o STF não mudou a disposição de Fux em intermediar a questão. Porém, a auxiliares, o presidente da Corte afirmou que Guedes parece ignorar, de propósito, as condições para o início da mediação.

Em diversas falas públicas desde que o imbróglio veio à tona, Fux disse que o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** pode ajudar na busca por uma solução, desde que haja a chancela do Supremo e que se aguarde uma decisão do Congresso no âmbito da PEC dos Precatórios.

Na avaliação de Fux, neste momento, Guedes precisa concentrar seus esforços no Legislativo, e não no Supremo. Ontem, um pedido coletivo de vista adiou a discussão da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Parlamentares contrários ao parcelamento das dívidas judiciais querem mais tempo para analisar o texto, que divide opiniões no colegiado. Fux entende que, enquanto o Congresso não decidir, qualquer solução costurada no Judiciário pode vir a se tornar inócua.

Nesta quarta-feira, Guedes, em tom de brincadeira, se declarou um "passageiro da agonia" nesse tema. Ele busca parcelar as dívidas para que essas despesas obrigatórias não limitem o raio de ação do governo em 2022, especialmente em relação ao novo Bolsa Família.

Quando Fux se mostrou contrariado, Guedes se explicou: "É só um pedido desesperado de socorro, de forma alguma (a intenção é) depositar um filho ou a responsabilidade no seu colo."

O presidente do Supremo disse, ainda, que Guedes tem "ideias magníficas em tempo recorde". Ele sinalizou que a Corte não deve interferir na opção política do Congresso quanto aos precatórios e defendeu a união entre os Poderes "em prol da governabilidade".

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Guedes tenta bênção do STF para resolver precatórios

Autor: Luísa Martins e Lu Aiko Otta

A bênção do Judiciário a qualquer solução para os precatórios passou a ser item prioritário na agenda do ministro da Economia, Paulo Guedes. Para não expor o governo ao risco de responder por crime de responsabilidade, ele quer o aval do Supremo Tribunal Federal (STF) para parcelar o pagamento de R\$ 89 bilhões devidos em 2022. Mas a insistência do ministro virou novo ponto de atrito com a corte: o presidente do tribunal, ministro Luiz Fux, disse a auxiliares sentir-se pressionado e insatisfeito com a postura de Guedes.

Isso ficou claro ontem no evento 'Pessoas em Movimento: Diálogos para um Melhor Estado', do qual ambos participaram. Guedes se declarou um 'passageiro da agonia' neste tema e ouviu de Fux que o governo estava 'colocando em seu colo um filho que não é seu'. Nos bastidores, o presidente do STF tem reclamado de Guedes pela constante tentativa de 'transferir responsabilidades'.

Em audiência privada no STF em 1º de setembro, Fux chegou a chamar a atenção do advogado-geral da União, ministro Bruno Bianco, quando este o questionou sobre os precatórios, pedindo que avisasse a Guedes que 'não era bem assim' que o problema seria resolvido.

No evento de ontem, o ministro da Economia disse que uma solução para o problema dos precatórios é necessária para viabilizar um programa social mais robusto. 'Todos sabem que aumento no Bolsa Família é necessário, mesmo que modesto e moderado', disse.

Guedes afirmou que elevar o valor para R\$ 600, como defende uma ala do governo, 'poderia ser lido como populismo' - portanto, segundo ele, o ideal seria um aumento de 30% a 50%. Essa perspectiva já estava até incluída no Orçamento de 2022 quando chegou a conta de precatórios a serem pagos no ano que vem, com R\$ 40 bilhões acima do valor que Guedes disse esperar.

Ele vem repetindo em eventos públicos que a emenda

constitucional que instituiu o teto de gastos limita as despesas do governo. Para ele, se o Executivo tem limite de gastos, é 'inconsistente juridicamente' que outro Poder o obrigue a romper a lei.

Diante da despesa de quase R\$ 90 bilhões, o governo levou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para o parcelamento dos precatórios. O texto estabelece limite máximo de pagamento atrelado à receita corrente líquida e um teto para quitação à vista. As dívidas judiciais que superem esse valor seriam parceladas em dez vezes.

Em outra frente, pediu socorro a Fux para intermediar uma solução. Com auxílio do Tribunal de Contas da União, o ministro do Supremo veio com outra ideia: o pagamento dos precatórios no ano que vem ficaria restrito ao valor acumulado até 2016, ano da criação do teto de gastos, corrigido pela inflação. O restante poderia ser parcelado.

À noite, em entrevista à rádio Jovem Pan, Guedes voltou ao tema e disse que tem de pedir ajuda do Supremo. 'Nos ajudem porque há uma inconsistência jurídica com os precatórios. Se eu pagar imediatamente esse precatório, eu vou furar o teto, a lei de responsabilidade fiscal, vou levar a inflação para cima, desorganizar. Mas se eu também não pagar, estou descumprindo a lei. Então há uma inconsistência jurídica.'

A auxiliares Fux afirmou que Guedes, ao insistir diretamente para que o Judiciário balize a questão, parece ignorar as condições para o início da mediação. Em diversas falas públicas desde que o imbróglio veio à tona, o presidente do Supremo disse que o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** pode ajudar na busca por uma solução, desde que haja a chancela do Supremo e que se aguarde uma decisão do Congresso no âmbito da PEC - nada disso ocorreu até agora.

Na avaliação de Fux, neste momento, Guedes precisa concentrar seus esforços no Legislativo, não no STF. O presidente da Corte entende que, enquanto o

Congresso não decidir, qualquer solução via Judiciário pode se tornar inócua, inclusive a que ele elaborou.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que, após a admissibilidade da PEC dos Precatórios na CCJ, a comissão especial deve alterar o seu conteúdo para que a aprovação se dê nos termos inicialmente sugeridos por Fux.

'É bem importante e justo para o momento e dá previsibilidade para o que vai acontecer', disse Lira. Apesar da pressão de Guedes sobre Fux, o presidente da Câmara disse que, entre os Poderes, 'já está precificado que a solução será pelo Legislativo'.

Enquanto isso, Guedes ao buscar o aval do Judiciário, tenta se resguardar de eventuais acusações quanto à constitucionalidade do parcelamento, visto por alguns especialistas como 'pedalada fiscal'.

No evento de ontem, Fux tentou mostrar cautela. Ainda que tenha demonstrado desconforto com o apelo obstinado de Guedes, o presidente do Supremo sinalizou que a corte não deve interferir na opção política do Congresso quanto aos precatórios e defendeu a união entre os Poderes 'em prol da governabilidade'.

A PEC dos Precatórios está em análise na Câmara, antes de ser submetida ao Senado Federal. Para ser aprovada, precisa receber os votos favoráveis de três quintos dos parlamentares em ambas as casas legislativas, em dois turnos de votação.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirma que a PEC contém 20 pontos de inconstitucionalidade. E apoia outra proposta - a que retira parte dos precatórios do teto de gastos, elaborada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM).

O dilema dos precatórios também tem sido utilizado por líderes governistas no Congresso para tentar retirar de pauta, mais uma vez, a discussão sobre o projeto que cria o programa Gás para os Brasileiros. A proposta do 'vale-gás', de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-

AM), visa instituir subsídio para famílias de baixa renda na compra do botijão de GLP, o gás de cozinha. (Colaboraram Mariana Ribeiro, Murillo Camarotto, Raphael Di Cunto e Renan Truffi)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Arthur Lira diz que solução para precatórios sairá do Legislativo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira (15) que a solução para a questão dos precatórios será dada pelo Congresso Nacional.

Segundo ele, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do tema deve ter seu rito normal na Casa, mas disse que seria importante para o Brasil se, com a ajuda dos líderes e do Senado esse trâmite pudesse ser 'abreviado'.

O parecer pela admissibilidade da proposta foi apresentado na terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas ainda não foi votado por conta de um pedido de vista.

'Já está precificado que a solução (para os precatórios) será pelo Legislativo', disse o deputado a jornalistas.

Lira defendeu que o texto encaminhado originalmente pelo governo para a PEC tenha a sua admissibilidade e constitucionalidade na CCJ, mas que possa ter seu conteúdo modificado ao chegar na comissão especial que discutirá seu mérito.

Para ele, a ideia é que pudessem ser acatadas sugestões do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, do presidente do Supremo Tribunal Federal e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, Luiz Fux, e do ministro Gilmar Mendes, também do STF.

E a partir daí, deputados e senadores chegariam a um formato final para o controverso problema.

'Os precatórios, como estão no Orçamento, inviabilizam investimentos, inviabilizam as despesas discricionárias, inviabilizam o funcionamento da máquina pública', argumentou Lira.

A PEC do governo divide em dez parcelas o pagamento dos precatórios de mais de R\$ 66 milhões e impõe uma limitação provisória dos pagamentos anuais de precatórios a 2,6% da receita corrente líquida, o que também sujeitará precatórios entre R\$ 66 mil e R\$ 66 milhões a eventual parcelamento. Pelo texto, os precatórios de até R\$ 66 mil serão integralmente quitados.

Lira e a equipe econômica vinham trabalhando em uma outra frente alinhavada com o STF, a chamada solução **CNJ**, que previa limitar o crescimento dessas despesas pela regra do teto de gastos por meio de uma regulamentação do **CNJ**.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Especialista afirma que decisão do STJ pode gerar desassistência na saúde do país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decide nesta quinta-feira (16) o entendimento da Corte sobre a lista de procedimentos obrigatórios a serem cobertos pelos planos de saúde no país. De acordo com Ana Carolina Navarrete, coordenadora do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e ouvida pela CNN sobre o assunto, porém, a decisão pode gerar uma desassistência em intervenções de saúde para os consumidores das operadoras.

'A terceira turma do STJ entendia que o rol de procedimentos da ANS é exemplificativo, ou seja, que aquele é o número mínimo de operações a serem cobertos pelos operadores de saúde. Já a quarta turma entende o rol como taxativo, que significa que nenhum procedimento além dos listados têm obrigatoriedade de cobertura. O julgamento é para unificar o entendimento das duas turmas.', explicou Ana Carolina.

Caso essa unificação seja pelo entendimento taxativo, duas consequências graves podem ocorrer: uma sobrecarga no SUS, como alertou em 2019 um parecer

do Conselho Nacional de Saúde, e uma desassistência em procedimentos.

'A cobertura já tem um caráter elástico, tem que ser atualizada a cada dois anos, mas a ANS não dá conta de acompanhar a necessidade dos consumidores. Existem exames que mesmo listados na ANS, não atendem amplamente os consumidores, como aconteceu com os testes para detecção de Covid-19.', disse a coordenadora.

Ana explicou que o rol foi feito com uma diretriz extremamente restrita, e por isso as operadoras foram responsáveis só por 7% dos testes realizados no país, mas são responsáveis pela cobertura de saúde de 25% da população brasileira.

Em setembro de 2019, o STJ solicitou um parecer do **Conselho Nacional de Justiça** sobre os possíveis impactos ao SUS desse entendimento taxativo da lista da Agência Nacional de Saúde. O órgão relatou que 'se o Rol for considerado taxativo, há o risco de o SUS ser acionado no lugar dos planos de saúde para fazer esse atendimento. Isso irá impactar no aumento da carga de atendimento e tem potencial para gerar ainda mais ações judiciais contra o sistema público, já que retira do SUS o montante a ser investido no sistema. Em razão disso, o CNS entende que a possível adoção do rol taxativo pode piorar o quadro do financiamento da saúde pública no Brasil.'

De acordo com uma pesquisa do **Conselho Nacional de Justiça**, o número de demandas judiciais relativas à saúde aumentou 130% entre 2008 e 2017, enquanto o número total de processos judiciais cresceu só 50%. Ainda segundo o levantamento, dados do Ministério da Saúde mostram que em sete anos houve um crescimento de aproximadamente 13 vezes nos gastos da pasta com demandas judiciais, atingindo o valor de R\$ 1,6 bilhão em 2016.

*Sob supervisão de Isabelle Resende

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional
de Justiça

CNJ determina que TJ-SC isente emolumentos de hipossuficientes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafa Santos

Nos termos dos artigos 6º e 7º da Resolução 35, de 24 de abril de 2007, com redação dada pela Resolução 326, de 2020, as escrituras públicas relacionadas a inventário, partilha, divórcio consensual e separação consensual serão gratuitas àqueles que declarem não possuir condições de arcar com os emolumentos.

Decisão do **CNJ** manda que TJ-SC isente emolumentos cartorários de hipossuficientes sem necessidade de decisão judicial

Reprodução

Com base em sua própria resolução, o **Conselho Nacional de Justiça** determinou ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina isentar emolumentos cartorários de escritura pública do inventário, partilha, divórcio consensual a separação consensual quando os atos forem praticados em favor de pessoa que se autodeclare hipossuficiente, sem a exigência da comprovação do reconhecimento da condição por decisão judicial.

A decisão foi provocada por Procedimento de Controle Administrativo, com pedido de liminar, contra decisão do TJ-SC nos autos do Processo Administrativo 0000284-52.2016.8.24.0600, e a Circular da Corregedoria-Geral de Justiça nº 102. Neles, a corte catarinense decidiu que apenas por lei ou decisão judicial que reconheça a hipossuficiência do interessado, poderiam ocorrer isenções de emolumentos.

Na análise da matéria, o relator conselheiro **Emmanuel Pereira** julgou a demanda parcialmente procedente e votou para determinar que seja permitida a isenção de emolumentos cartorários de escritura pública de inventário, partilha, divórcio consensual e separação consensual quando os atos forem praticados em favor de pessoa que se autodeclare hipossuficiente, sem a exigência da comprovação do reconhecimento dessa condição, por decisão judicial. O entendimento prevaleceu.

O requerente foi o advogado catarinense Eduardo Baldissera Carvalho Salles, sócio do Mauricio Solano, Salles & Passos Advogados Associados.

[Clique aqui para ler a decisão](#)

0005833-62.2019.2.00.0000

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Emmanuel Pereira

Desembargadora suspende vacinação obrigatória para servidores municipais do RJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Sérgio Rodas

Município não pode criar sanções não previstas em lei federal que regula a matéria. Com esse entendimento, a desembargadora do Tribunal de Justiça fluminense Marília de Castro Neves Vieira concedeu, nesta terça-feira (14/9), liminar para suspender o Decreto municipal 48.286/2021, que torna obrigatória a vacinação contra a Covid-19 para servidores da cidade do Rio de Janeiro.

Marília de Castro Neves Vieira disse que RJ não poderia criar sanções para servidores que não quiserem se vacinar

Reprodução/Facebook

A norma estabeleceu que a vacinação contra o **coronavírus** é obrigatória para todos os servidores e empregados públicos municipais, assim como para os prestadores de serviços contratados pelos órgãos da administração pública direta e indireta. A recusa, sem justa causa, em receber o imunizante caracteriza falta

disciplinar, sujeita às sanções do Estatuto do Funcionalismo Público do município do Rio (Lei 94/1979) e da Consolidação das Leis do Trabalho - inclusive demissão.

O deputado estadual Márcio Gualberto (PSL) moveu ação direta de inconstitucionalidade contra o decreto, argumentando que a obrigatoriedade de vacinação viola direitos e garantias individuais, coletivos e sociais. Também disse que a norma despreza a capacidade de discernimento dos servidores.

Em sua decisão, a desembargadora Marília de Castro Neves Vieira apontou que a Lei federal 13.979/2020 estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19 - e teve sua constitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo que tal exigência tenha sido não recomendada pela Organização Mundial da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Municípios podem legislar a respeito de interesse local, suplementando legislação federal e estadual, destacou Marília. Porém, ela ressaltou que tais entes federativos não podem criar sanções não previstas na lei federal ou estadual que regula a matéria.

Ao prever as punições do Estatuto do Funcionalismo Público do município do Rio e da CLT aos servidores que não quiserem se vacinar, o Decreto municipal 48.286/2021 'cria sanções que, à primeira vista, ferem direitos fundamentais como o direito ao exercício do trabalho remunerado, ferindo de morte, igualmente, o princípio da dignidade humana, ao impor sanções financeiras incidentes sobre verba de caráter alimentar', disse a magistrada.

'Não é demais lembrar que a Constituição Federal não contempla os municípios com a competência legislativa concorrente, conferindo-lhes, tão somente, a competência legislativa suplementar, nos moldes do

disposto no seu artigo 30, sendo certo que em seu artigo 23, a Constituição Federal dispõe ser a competência municipal para 'cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas portadoras de deficiência' de natureza meramente colaborativa', declarou Marília de Castro Neves Vieira.

Histórico de polêmicas

Marília Castro Neves tem um histórico de declarações polêmicas nas redes sociais. Em março de 2018, escreveu que a vereadora do Rio Marielle Franco (Psol), assassinada ao sair de um evento, foi "engajada com bandidos" e eleita com apoio do Comando Vermelho.

Também atribuiu à vítima a culpa da morte: "seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro".

Nesta terça, a corregedora afirmou que "a vítima do crime de homicídio, aqui se tratando de Marielle Franco, é avaliada a partir de suas posições na arena política. O compromisso da Justiça com a apuração e resposta imparcial e proporcional ao fato criminoso parece colocado em segundo plano".

Logo depois, a desembargadora divulgou nota reconhecendo que divulgou boatos e que iria esperar as investigações serem concluídas. Ela afirmou à Folha de S. Paulo que desconhecia a vereadora do Rio de Janeiro até ler a notícia sobre o homicídio. O **Conselho Nacional de Justiça** abriu investigação sobre essas declarações.

Em entrevista ao impresso no fim de janeiro, Jean Wyllys, reeleito deputado em outubro, disse que não iria tomar posse e deixar o Brasil, diante das ameaças que vinha recebendo. Uma das pessoas que ele diz contribuir para o clima de ódio e antagonismo que encontra nas ruas é a desembargadora.

Para ela, no entanto, a esquerda não tem senso de

humor. Foi "brincadeira", disse a desembargadora à ConJur sobre seus comentários a respeito de Wyllys. Segundo o parlamentar, a magistrada disse num grupo no Facebook que ele deveria ser executado, por ser a favor de uma "execução profilática". "O problema da esquerda é o mau humor", defendeu-se Marília.

Com base em retratação feita pelas redes sociais, o Superior Tribunal de Justiça extinguiu, em março de 2021, a queixa-crime movida pela família de Marielle Franco contra Marília de Castro Neves Vieira.

Processo do **CNJ**

Em novembro de 2020, o **CNJ** abriu mais um processo administrativo disciplinar contra Marília de Castro Neves Vieira por suas manifestações em rede social.

Desta vez, os conselheiros trataram de sete expedientes disciplinares. Num deles, a magistrada postou uma imagem nas redes sociais dizendo que o integrante do Psol Guilherme Boulos será recebido "na bala" depois do decreto do presidente Jair Bolsonaro que facilitou a posse de armas.

Em outro, ela atacou o próprio **CNJ**: "O **CNJ** impede o magistrado de prestar relevante serviço dentro de sua expertise. Quem perde, evidentemente, é o jurisdicionado, o cidadão. Enfim, isso é o **CNJ**".

A defesa da magistrada alegou que ela apenas "manifestou sua opinião pessoal em tópicos de discussão relacionados a temas variados de política e de apelo social, sem adentrar na seara de atividade político-partidária".

A votação foi unânime. Os conselheiros concordaram com a corregedora **Maria Thereza de Assis Moura**, para quem as manifestações atacaram Boulos pessoalmente e, portanto, deveria haver revisão da decisão do TJ-RJ, que arquivou o processo disciplinar.

De acordo com Maria Thereza, embora os magistrados tenham direito à liberdade expressão assegurado por lei e diversas normativas internacionais, ela não é

absoluta. Para ela, as publicações tinham objetivo de "descredenciá-lo perante a opinião pública em razão das ideologias das quais discorda a magistrada e davam apoio público à corrente política do presidente da República".

Sobre as críticas ao **CNJ**, a corregedora entendeu que foram "ásperas e descortês", mas podem ser vistas como parte da liberdade da magistrada. Por isso, manteve o arquivamento.

[Clique aqui para ler a decisão](#)

Processo 0063690-66.2021.8.19.0000

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19, Judiciário - Coronavírus, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

Primeiro Secretário da Alepe, Clodoaldo Magalhães comemora prêmio Innovare



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Rodolfo Barbosa / Divulgação

A 1ª Secretaria da Assembleia Legislativa de Pernambuco - Alepe vai receber premiação do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, em Brasília, pela participação no Projeto CICA Cidadania - iniciativa que ajuda a transformar a vida de jovens em cumprimento de medida socioeducativa com oportunidade de transformação social. O projeto foi desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com diversas instituições.

O reconhecimento se dá por meio da cooperação do trabalho social realizado pelo Departamento Médico da Alepe, que passou a oferecer consultas para jovens em cumprimento de pena. Esse trabalho foi idealizado na gestão do secretário e deputado Clodoaldo Magalhães. 'Procuramos o TJPE para oferecer nossa cooperação neste importante projeto. Iniciamos o serviço bem antes da pandemia e hoje ele voltou a funcionar de forma online, em alguns casos, presenciais', explicou o secretário Clodoaldo.

A iniciativa da Alepe vem atendendo jovens que são consultados pela equipe médica e odontológica da Casa, em especialidades como nutrição, oftalmologia, odontologia, psicologia, cardio, entre outras. 'Tem sido um trabalho gratificante poder ajudar adolescentes em situação de risco e perceber que eles podem e devem ter inserção na sociedade', considerou Clodoaldo Magalhães.

O Projeto CICA Cidadania foi possível a partir do trabalho idealizado, em 2018, pela 3ª Vara Regional da Infância e Juventude junto com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e as varas de conhecimento da Infância e Juventude, juntamente com as parcerias do Ministério Público, Defensoria Pública, CREAS, secretarias municipal e estadual e outras instituições públicas e privadas.

'O prêmio Innovare chega para coroar esse trabalho e importante parceria que tem transformado vidas'. A premiação da **CNJ** é voltada a programas e ações sociais integradas para o fortalecimento do sistema de garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente na execução das medidas socioeducativas. 'É um grande orgulho poder fazer parte dessa brilhante ação. Estamos muito felizes em participar da premiação e vê que ela é fruto de todo um esforço voltado ao bem da nossa comunidade', reconheceu o secretário e deputado Clodoaldo Magalhães.

O projeto ganhou primeiro lugar no 1º Prêmio Prioridade Absoluta, do Instituto Innovare, pela prestação de serviço à comunidade, com expedição de documentos, suporte às famílias, programas de qualificação profissional e atendimento médico.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

As sombras na economia em 2022



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ano econômico de 2022 já começou. O país vai crescer pouco, os juros subirão em pleno ano eleitoral. A inflação prevista para o fim de 2021 aumentou e fechou o espaço fiscal no Orçamento, a crise hídrica deixará custos que continuarão pesando nas contas de luz de 2022. A turbulência política crônica criada por Jair Bolsonaro elevou a incerteza a níveis inéditos desde a redemocratização. Somando tudo isso, os economistas estão voltando aos seus cálculos para reduzir as projeções do PIB.

O chamado espaço fiscal é o que daria ao governo a chance de aumentar os gastos com apelo eleitoral. É dado pela diferença entre a inflação em 12 meses até junho e a de dezembro. O teto de gastos é corrigido pela IPCA até junho, mas as despesas obrigatórias são corrigidas pelo INPC do ano inteiro. Quando o IPCA em junho chegou a 8,35% o governo se animou. Calculava que a taxa do ano ficaria em 6,5%. Isso faria o teto subir mais do que as despesas. Portanto, haveria uma sobra líquida de R\$ 33 bilhões. Mas a inflação subiu mais do que se imaginava e vai desacelerar menos nestes meses finais. Nos cálculos de Luis Otávio Leal, economista-chefe do Banco Alfa, esse espaço está

praticamente zerado.

- Pelas minhas contas, a diferença entre os dois índices será de apenas 0,3 ponto percentual. O espaço é irrisório agora - diz Leal.

O problema é que o Orçamento foi para o Congresso com parâmetros completamente errados. Prevê um crescimento de 2,5% em 2022, o que não ocorrerá, e uma inflação este ano de 6,5%, que será superada. Para fechar esse Orçamento e ainda sobrar dinheiro para os gastos que Bolsonaro quer fazer no ano eleitoral só haveria uma saída: não pagar integralmente os precatórios. Por isso, o ministro Paulo Guedes foi ontem bater na porta do ministro Luiz Fux. Ele queria um aval do **Conselho Nacional de Justiça** para não pagar integralmente as dívidas judiciais. E ouviu do ministro Fux que ele tem que ir ao Congresso aprovar a PEC dos precatórios.

O governo Bolsonaro está ficando sem espaço para o seu objetivo de populismo econômico. Será um ano difícil e em grande parte isso é resultado dos erros sequenciais do presidente na condução do país. Na política, criou conflitos, na área institucional, fez ameaças, na saúde, gastou tempo e dinheiro público para sabotar as melhores práticas sanitárias. Isso aumentou o número de mortes e prejudicou a economia. Bolsonaro é inflacionário. Suas crises batem no dólar, que contamina outros preços.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, avisou que fará 'o que for necessário' para cumprir a meta de inflação. É isso que se ouve também dentro do Banco Central quando se fala sobre a possibilidade de ter que subir juros mesmo em ano eleitoral. Esse remédio amargo será inevitável porque o ano terminará com a inflação alta.

A crise hídrica deixará herança maldita para o ano que vem. A térmicas caras que estão sendo usadas agora geram um déficit que está sendo passado para as contas e continuarão no ano que vem. Houve uma

discussão dentro do governo. A Aneel queria aumentar em 100% a bandeira vermelha, mas esse acréscimo valeria só este ano. A área econômica discordou e acabou vencendo a discussão. A alta foi menor, mas a sobretaxa valerá por mais tempo, entrando inclusive em 2022. Quando as chuvas vierem elas não vão recompor os reservatórios.

A boa notícia é que tem energia nova entrando no sistema, de leilões que foram feitos no governo Temer. Serão 7 gigawatts a mais de potência instalada, principalmente eólica, solar e biomassa, segundo a consultoria PSR. Isso dá um reforço. Quanto menos energia não hidrelétrica houver no sistema, melhor. Mesmo assim é inescapável que a crise alcance o ano que vem com preços altos e o esforço de recomposição dos reservatórios.

A pior sombra que paira sobre 2022 é resultado do governo Bolsonaro. Com seu projeto retrógrado em todas as áreas, como a ambiental, com suas omissões em setores decisivos, como educação, com projetos de reforma que já chegam distorcidos no Congresso, como a reforma do IR, o governo reduziu o horizonte do país. Agora a economia está em 'modo defesa' como me disse o economista José Roberto Mendonça de Barros ao definir a atitude dos investidores neste momento. E, quando investidores da economia real congelam investimentos, o resultado é menos crescimento e menos criação de emprego.

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ cria grupo para evitar condenação indevida de inocentes por reconhecimento falho

Para evitar a condenação indevida de pessoas inocentes, **Conselho Nacional de Justiça** cria grupo de trabalho para discutir propostas para regulamentar o reconhecimento pessoal em processos criminais. O trabalho será coordenado por ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Política de cotas faz número de negros e negras quase dobrar na magistratura

Política de cotas raciais, implantada por resolução do **Conselho Nacional de Justiça**, fez o número de negros quase dobrar na magistratura em sete anos. É o que aponta a pesquisa "Negros e Negras no Poder Judiciário", estudo realizado pelo **Conselho Nacional de Justiça** a partir dos registros nos tribunais.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

STF julga inconstitucional a candidatura nata



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: DOUGLAS DE OLIVEIRA

O plenário do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, julgou recentemente uma matéria relevante para a pauta do direito eleitoral, ligada à chamada 'candidatura nata'. A denominada 'candidatura nata' está regulamentada na Lei Eleitoral, especificamente no art. 8, § 1º, com uma redação que garante aos detentores de mandato de deputado ou vereador, e os que tenham ocupado referidos cargos na legislatura em curso, o direito de registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que estejam filiados, independentemente de sua escolha pelo partido.

Essa previsão é uma exceção à regra de que a escolha e a substituição de candidatos devem obedecer às normas e deliberações do partido político. A matéria estava em discussão no **STF** desde 2002, no entanto, vinha sendo seguida e considerada válida para vários pleitos eleitorais, até o julgamento do mérito da ação que discute a constitucionalidade da referida previsão legal, o que ocorreu no último dia 18 de agosto do corrente ano.

Na ação judicial, foram questionadas matérias constitucionais, como a violação ao princípio da igualdade, aplicável entre todos os candidatos, e a autonomia dos partidos políticos, uma vez que pela redação então vigente, os mandatários teriam prioridade entre os demais pré-candidatos, e concorreriam independentemente da escolha pelo partido político. Com efeito, ante ao reconhecimento da inconstitucionalidade da norma citada, houve evidente fortalecimento dos partidos políticos, em detrimento de uma ideia de direito adquirido, ou mesmo de personalismo eleitoral do detentor de mandato, em prejuízo da vontade coletiva do partido.

Igualmente, com a procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) Nº 2.530, os partidos políticos agora possuem a prerrogativa de escolher se determinado indivíduo melhor representará os interesses e as ideologias da legenda, sendo detentor de mandato ou não, fortalecendo também a questão da fidelidade partidária. Em seu voto, o relator da ADIn, ministro Nunes Marques, destacou que 'a fidelidade partidária é o oposto do personalismo eleitoral. Cabe ao candidato submeter-se à vontade coletiva do partido, e não ao contrário. A candidatura nata contrasta profundamente com esse postulado e, por esse aspecto, esvazia toda a ideia de fidelidade partidária em favor de um suposto direito adquirido à candidatura dos detentores de mandato eletivo pelo sistema proporcional'.

A decisão do **STF** surtirá efeito nas próximas eleições, e se trata de questão extremamente importante para o processo eleitoral, na medida em que, como dito, concede maior autonomia para os partidos políticos escolherem aqueles que concorrerão no próximo pleito eleitoral, de acordo com as diretrizes partidárias, as normas internas e a vontade coletiva dos partidários.

É que, para se viabilizar como candidato a cargos eletivos, o filiado do partido deve passar por um período pré-eleitoral, em que a legenda escolhe, por meio de normas internas e de decisão colegiada, adotada na

convenção partidária, aqueles que concorrerão ao pleito eleitoral representando cada sigla. Desse modo, com o fim da chamada 'candidatura nata', os detentores de mandato de deputado e vereador também serão submetidos a essa escolha partidária, diante do reconhecimento de que a garantia prevista na Lei para reeleição pelo mesmo partido, para o mesmo cargo, pelos detentores de mandato de deputado e vereador é inconstitucional. Em um momento de grande instabilidade política, essa mudança traz sérias consequências para os próximos pleitos eleitorais, pois autoriza que os partidos políticos possam preterir na escolha de candidatos àqueles que têm mandato, caso sua atuação como parlamentar não esteja pautada nas orientações e diretrizes partidárias.

Mestre e doutorando em direito, sócio do escritório Oliveira, Vale, Securato e Abdul Ahad Advogados.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Rolos de Marconny perto dos Bolsonaro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: TAINÁ ANDRADE FABIO GRECCHI

A CPI da Covid colocou o empresário Marconny Albemaz Faria, que prestou depoimento ontem, bem perto de Jair Bolsonaro, ao expor suas relações com personagens do seu círculo mais próximo. Ele negou ser lobista, mas ficou claramente desconfortável ao ser indagado sobre o relacionamento que tem com Karina Kufa, advogada do presidente da República; com Jair Renan, o filho 04; e sua mãe, Ana Cristina Valle - que será chamada a prestar depoimento ao colegiado. A desconfiança dos senadores é de que Marconny atue como articulador de um grupo de pessoas próximas a Bolsonaro que praticam tráfico de influência em vários setores do governo federal.

Além disso, a CPI quer saber quem é o senador, citado por Marconny em uma de suas conversas, que 'destravaria' a compra de testes rápidos para a detecção da covid-19 pelo Ministério da Saúde - negociação que foi cancelada e que tornou a Precisa Medicamentos alvo da Operação Falso Negativo, que apurou fraude em vendas desses equipamentos superfaturados e de baixa qualidade. O empresário disse que não se lembrava

quem era o parlamentar, nem se era homem ou mulher. Por isso, a senadora Leila Barros (Cidadania-DF) pediu que a Polícia Legislativa levantasse o registro de todas as entradas de Marconny na Casa, quando se poderá saber o gabinete do senador visitado por ele. 'Você é um caso claro que parece, mas não é. Tem uma relação extremamente próxima na classe política, tem contato, uma empresa que faz tratativas políticas, conversa com a área empresarial, com vários políticos, tem citações de vários senadores. Você fala claramente que tem atuação junto a alguns políticos, mas você fala categoricamente que não é lobista', ironizou a senadora Eliziane Garcia (Cidadania-MA).

Atuação vaga

Dizendo vagamente que sua atividade profissional era de 'assessoramento técnico-político', que faz 'análise de estudos de viabilidade política', Marconny escudou-se todo o tempo no habeas corpus obtido no **Supremo Tribunal Federal (STF)** que permitiu que se calasse para evitar a autoincriminação. Mas os senadores estavam com todas as conexões de Marconny mapeadas, pois receberam do Ministério Público Federal do Pará uma série de conversas encontradas no celular dele, apreendido na Operação Parasita.

Foi por meio dessa ação da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União (CGU) que se descobriu a influência de Marconny, que indicou o diretor do Instituto Evandro Chagas (IEC), em Belém, vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde do ministério. Aqui veio à tona o relacionamento dele com Karina Kufa, que teria feito a ponte para que a indicação chegasse a Bolsonaro. A advogada deporia hoje, mas foi transferida para data a ser definida - no seu lugar, será ouvido o diretor-executivo da empresa Prevent Sênior, acusada de obrigar médicos a aplicarem o 'tratamento precoce' contra a covid-19.

Karina também teria atuado junto ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a pedido de Marconny, para a indicação de Leonardo Cardoso ao posto de

defensor público da União. Da mesma forma, o empresário teria feito contato com Ana Cristina Valle para que reforçasse o nome para a vaga - ela acionou o atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira. O esforço foi em vão, pois Bolsonaro escolheu Daniel Macedo para o cargo.

O contato com Ana Cristina e o filho dela também foi motivo de indagações pelos senadores. No caso do filho 04 do presidente, limitou-se a dizer que 'ele queria criar uma empresa de influencer e eu só apresentei para um colega tributarista que poderia auxiliar na abertura da empresa'. Porém, o relacionamento entre eles parece ser mais profundo, pois Marconny festejou seu aniversário no camarote de Jair Renan, no Estádio Mané Garrincha - conforme expôs o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

'A relação próxima (de Marconny) com a ex-esposa do senhor Jair Bolsonaro deve ser amplamente esclarecida, com vistas a examinar potencial atuação ilícita de ambos no contexto da pandemia', disse Alessandro.

Por conta do episódio no Instituto Evandro Chagas, o ministro da CGU, Wagner Rosário, será convocado para depor, conforme afirmou o presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM). O anúncio foi feito após o senador descobrir que a controladoria participou da operação que apreendeu o celular de Marconny - que, ao final da sessão, passou da condição de testemunha para a de investigado.

Lista de o Coordenado pelo ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Jr. , um grupo de juristas entregou, ontem, à CPI da Covid um parecer no qual lista crimes cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro durante a condução da pandemia. Entre eles, estão crimes de responsabilidade - contra a administração pública, contra a saúde pública, contra a paz pública e contra a humanidade -, advocacia administrativa, prevaricação, charlatanismo e corrupção passiva.

O grupo afirma no documento que o 'presidente prejudicou e retardou o acesso à saúde pública que é

constitucional' e que esses são 'elementos suficientes para um pedido de impeachment'. O relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), indicou que o conteúdo do parecer fará parte do relatório final, previsto para ser finalizado entre os dias 23 e 24 de setembro. A intenção é que as evidências pressionem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a abrir o impeachment contra Bolsonaro.

Em reunião online organizada no gabinete de Renan para esclarecer as dúvidas sobre o parecer, foi sinalizada a intenção de denunciar o presidente da República ao Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, na Holanda. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), perguntou aos juristas quais seriam os caminhos para a comissão executar a ação.

Segundo Helena Regina Lobo, uma das juristas que elaboraram o parecer, há três opções: a denúncia pode ser feita pelo Estado, pelo conselho de segurança e a última seria por pessoas ou grupos. (TA)

Marconny não se apresentou como lobista. Disse ser alguém que faz "análise de estudos de viabilidade política'

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Mendonça segue esperando



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: RAPHAEL FELICE

Mais de dois meses se passaram desde a aposentadoria do ministro Marco Aurélio de Mello, mas ainda não há previsão de quando o jurista André Mendonça, indicado do presidente Jair Bolsonaro para a cadeira no **Supremo Tribunal Federal (STF)**, será sabatinado. Na sessão de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadores governistas e de oposição cobraram do presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o agendamento da ida do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública para ser inquirido pelos parlamentares.

Alcolumbre, porém, permanece sem dar uma previsão de data, o que irritou vários colegas de Casa. Preocupado com possíveis empates nas votações do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o senador Álvaro Dias (Podemos-PR) afirmou que a avaliação de Mendonça deve ser pautada. 'Não podemos ser responsabilizados por situações de impasse no Supremo, com empate em 5 a 5. É evidente que é um dever constitucional do Senado a sabatina e a deliberação em plenário. Os que são contrários, votem

contrariamente, mas a gaveta não é o melhor lugar'. A posição de Álvaro Dias foi endossada por senadores governistas, como Esperidião Amin (PP-SC) e Soraya Thronicke (PSL-MS).

Outro que cobrou do presidente da CCJ uma data para a sabatina foi Alessandro Vieira (Cidadania-SE). O líder do Cidadania apresentou questão de ordem exigindo de Alcolumbre uma justificativa formal para o fato de a sabatina ainda não ter sido pautada. 'Quais são as razões republicanas para o maior retardo da história na sabatina de indicados? Não cabe ao Senado interferir na indicação, negociar nomes para indicação. Quais são os elementos que vossa excelência se nega a fazer o agendamento da sabatina', questionou.

Tranquilidade

Apesar da irritação dos senadores, até agora Bolsonaro não deixou transparecer qualquer indignação com o episódio. Em evento na última terça-feira, no Palácio do Planalto, o presidente esteve com Alcolumbre e chegou a dizer que estava com 'saudades' do ex-presidente do Senado, que teve uma atuação pró Palácio do Planalto, algo bem distante da postura adotada pelo atual comandante da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Para o cientista político e especialista em psicologia política, André Rosa, a demora de Alcolumbre ainda não ter definido a data da sabatina de Mendonça seria a grande possibilidade de o indicado por Bolsonaro ser rejeitado pelos senadores que compõem a COJ. E a insistência de parlamentares de oposição seria um indicativo disso - e justamente num momento em que o Palácio do Planalto vem colhendo seguidas derrotas no Senado, como a rejeição do impeachment do ministro Luís Roberto Barroso, do **STF** a pedido do presidente, e a devolução da MP que pretendia dificultar a remoção de conteúdos falsos e desinformativos da internet.

'O Alcolumbre tem medo de pautar uma sabatina e acontecer algo inédito. Não me recordo de um indicado que tenha caído numa votação tão simples', salientou.

Alcolumbre vem sendo cobrado por seus pares de oposição e governistas

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ex-presidentes: diálogo é a saída



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em seminário realizado ontem, os ex-presidentes Michel Temer, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney defenderam o diálogo como o melhor caminho para a preservação da democracia. Durante o evento, Temer - mentor da 'Declaração à Nação', na qual o presidente Jair Bolsonaro recuou das ameaças que fez ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** durante os atos do 7 de Setembro - afirmou que, na vida pública, 'só não recua quem é ditador'. Já FHC disse não acreditar que, um dia, Bolsonaro venha a ter uma postura de respeito à Constituição. "Não dá para negar o fato de que o presidente tem arroubos que não são condizentes com o futuro democrático. Cabe a nós reavivar a necessidade de estarmos juntos em defesa da liberdade e da democracia", disse. Sarney ressaltou a importância de o Brasil manter a tradição de ser um país que preza pela paz e pela conciliação. 'Algumas vezes não chegamos a ser tão pacíficos, mas, na realidade, foi esse o desejo que nós sempre tivemos'.

Ministro da Saúde diz que há excesso de vacinas contra a Covid-19 no país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com a antecipação da aplicação da segunda dose travada em ao menos seis estados do país, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, comemorou a logística de distribuição do v?rno federal e disse que há 'excesso de vacinas' no país.

Além dos estados que não têm imunizante para antecipar a segunda dose, há ainda aqueles que tiveram de atrasar o intervalo entre aplicações por falta de vacina. Ainda assim, Queiroga negou nesta quarta (15) que haja problemas de distribuição.

'Há excesso de vacina na realidade, o Brasil já distribuiu 260 milhões de doses, 210 milhões já aplicadas', disse o ministro, sem explicar por que há unidades da Federação sem doses disponíveis.

Queiroga esteve no Aeroporto Internacional de Guarulhos na manhã desta quarta para um evento de entrega de novo lote de vacinas da Pfizer que serão enviadas aos estados. Questionado sobre os problemas enfrentados em algumas regiões do país, ele negou que

haja problema de entrega da AstraZeneca.

'Precisa acabar com essas narrativas de falta de vacina. Isso não é procedente, o Brasil vai muito bem. O Brasil já é dos países que mais vacinam no mundo', disse Queiroga.

Com o lote que chegou nesta quarta, o ministro comemorou ter concluído a entrega de 260 milhões de doses aos estados, o que garante, segundo a pasta, a vacinação de todos os brasileiros acima de 18 anos. A entrega ocorre quase nove meses após o início da vacinação no país.

Ainda assim, o ministro afirmou que a velocidade de entrega do país é um sucesso. Ele também elogiou o trabalho de seu antecessor, Eduardo Pazuello, por ter firmado a maior parte dos contratos de compra de vacina.

Apesar de ter dito que há 'excesso de vacina' no Brasil, Queiroga diz que estados que não seguirem o Plano Nacional de Imunização, ou seja, anteciparem a aplicação em alguns grupos, poderão ter dificuldade de seguir o cronograma vacinal.

Ainda que tenha negado o problema de entrega, Queiroga disse que, se houver 'eventual carência' de AstraZeneca para a segunda aplicação, os estados podem recorrer à utilização da Pfizer. Secretários de Saúde já tomaram essa decisão e pediram para que o Ministério da Saúde apoiasse tecnicamente a combinação de vacinas, o que não foi feito até agora.

'Se não houver AstraZeneca, a intercambialidade pode ocorrer, ainda que não haja recomendação do PNI, que acontecerá no momento adequado', disse o ministro. Estudos mostram que não há problemas em misturar vacinas.

Ele ainda admitiu que pode 'haver algum retardo' na

entrega de Astrazeneca por seguir a regulação da Anvisa.

'Nós obedecemos a regulação, não damos carteira da na Anvisa. As vacinas com o IFA nacional ainda precisam da validação da Anvisa. Mas, enquanto isso, as vacinas são produzidas na Fiocruz com o IFA originário da China. Em algum momento, pode haver algum retardo. Mas com a Pfizer, ainda vamos receber 150 milhões de doses até o fim do ano'

Ao menos seis estados descartaram antecipar a segunda aplicação da vacina a partir desta quarta, por falta de doses. São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Norte afirmaram à Folha que a medida é inviável enquanto não receberem mais imunizantes do governo federal, especialmente da Astrazeneca.

A prefeitura de São Paulo, por exemplo, começou a usar na segunda (13) imunizante da Pfizer para completar a vacinação iniciada com a AstraZeneca. Trata-se da chamada intercambialidade ou vacinação heteróloga, uma prática que, de acordo com estudos, não oferece riscos e pode até trazer vantagens.

Há uma disputa deflagrada entre o estado de São Paulo, governado por João Doria (PSDB), e a gestão Jair Bolsonaro. O tucano ameaçou ir ao **STF (Supremo Tribunal Federal)**, de novo, para garantir mais doses.

A Secretaria de Saúde de São Paulo negou a possibilidade de qualquer antecipação.

'A redução do intervalo de tempo entre primeira e segunda dose depende primordialmente do envio Lfc)a doses pelo Ministério da Saúde, cabendo também a pasta federal garantir remessas em momento oportuno para aplicação da segunda dose', afirmou.

O cenário se repete em Santa Catarina. 'Por enquanto, com as vacinas fornecidas, não há a possibilidade da redução deste período', afirmou, em nota, a Secretaria Estadual de Saúde.

Já no Rio Grande do Norte, na segunda-feira a Secretaria Estadual de Saúde chegou a recomendar a redução de intervalo da AstraZeneca. Mas, no mesmo dia, o governo teve de recuar por falta de doses.

'A Sesap [secretaria de saúde] emitiu uma nota informativa para todos os municípios orientando que seja retomado o prazo estipulado anteriormente de goddias para aplicação da D2 [segunda dose] do imunizante de Oxford/AstraZeneca, para que seja possível conseguir dar vazão a demanda de pessoas a serem vacinadas com a segunda dose', afirmou o órgão.

A Folha estados e o Distrito Federal disseram que ainda aguardam pela orientação do Ministério da Saúde para fazer alterações nos programas de imunização. Amapá, Goiás, Piauí, Rondônia e Sergipe não responderam.

Ao menos sete estados já reduziram o intervalo de um dos imunizantes - Pfizer ou AstraZeneca. Foram definidos prazos que variam de quatro a dez semanas.

Esse cenário é registrado no Acre, no Amazonas, em Mato Grosso do Sul, em Pernambuco, no Ceará, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. O Espírito Santo informou que reduziu o intervalo para dez semanas, mas não conseguirá encurtá-lo para oito, como prometido pelo governo federal.

A informação de que haveria a redução do intervalo a partir desta quarta-feira foi reforçada por Queiroga em entrevista na segunda na frente do Ministério da Saúde, em Brasília.

'A partir do dia 15, há como assegurar vacinas para isso [redução do intervalo]. Se porventura a AstraZeneca, por conta de questões operacionais, faltar, eventualmente se usa a intercambialidade'

O Ministério da Saúde disse, em nota, que a redução do intervalo entre as doses de Pfizer e AstraZeneca está prevista para ocorrer na segunda quinzena de setembro, sem especificar uma data.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de

intercambialidade entre doses por causa da escassez de vacinas em alguns estados, o Ministério da Saúde disse que não há falta de nenhum imunizante contra a Covid-19 no país.

'O Ministério da Saúde recomenda a intercambialidade de vacinas Covid-19 apenas para grávidas e tomaram a primeira dose da AstraZeneca e devem completar o esquema vacinal com a vacina que não tiver o vetor viral, como Pfizer ou Coronavac', afirmou a pasta em nota.

Não é o que ocorre no Maranhão, por exemplo. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, 29 dos 217 municípios maranhenses interromperam a vacinação com AstraZeneca por falta do imunizante.

'O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 foi atualizado nesta segunda-feira (13) pelo Ministério da Saúde, mas não consta a redução do intervalo entre as doses, como foi anunciado pelo próprio ministério', afirmou em nota o Ministério da Saúde.

Vice-presidente do Conass (conselho de secretários estaduais de Saúde) na região Sudeste, Nésio Fernandes disse que mais importante do que a redução do intervalo da segunda dose é garantir a dose de reforço para pessoas com mais de 60 anos.

'Estamos aguardando um posicionamento do Ministério da Saúde. Pelo cronograma de doses publicado até hoje acreditamos não ser possível atender a D1 [primeira dose], antecipar a D2 [segunda dose] e aplicar a dose de reforço', afirmou.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Congresso ignora apelos de Bolsonaro e deixa de lado agenda ideológica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Danielle Brant e Renato Machado

Eleito com o apoio do presidente Jair Bolsonaro, o novo comando do Congresso aprovou em cerca de sete meses 46% das propostas prioritárias no campo econômico, mas pautas que alimentam a base bolsonarista, como a flexibilização de porte e posse de armas, continuam sem perspectiva de sair do papel.

Um dia após a posse de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no comando do Senado, eles foram recebidos por Bolsonaro em audiência no Palácio do Planalto.

Ao fim, receberam uma lista com 35 projetos prioritários para o governo -o que foi interpretado por integrantes da oposição como uma espécie de fatura pelo apoio público à eleição de ambos.

Além das reformas tributária e administrativa, a lista de projetos prioritários incluía a proposta de autonomia do Banco Central e outros itens da agenda do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ao mesmo tempo, havia no material entregue pelo presidente projetos para agradar à base ideológica bolsonarista, como o que amplia a posse e o porte de armas, um excludente de ilicitude para militares em operações de garantia da lei e da ordem -proposta de abrandamento das penas de agentes que cometerem excessos em ações- e outro que aumenta a penalidade para abusos de menores.

Líderes partidários nas duas Casas apontam que parte da resistência às propostas até aqui foi resultado da relação conflituosa que Bolsonaro vem mantendo com os demais Poderes.

O auge da crise se deu no feriado do 7 de Setembro, quando Bolsonaro elevou a tensão a níveis estratosféricos ao ameaçar ministros do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, afirmar que não iria cumprir decisões e Alexandre de Moraes e blefar que iria convocar reunião do Conselho da República.

Após o feriado, no entanto, divulgou nota retórica afirmando que não teve intenção de agredir os outros Poderes e abriu caminho para uma relação mais colaborativa.

Por conta dessa situação de tensão ao longo dos meses, houve avanços apenas nas medidas em que os interesses do governo já eram externados pelo Congresso.

No campo econômico, por exemplo, houve poucos contratempos. O governo contou com um Congresso que se diz reformista, com um histórico de aprovação de medidas impopulares, como a reforma da Previdência, em 2019.

Em cerca de sete meses, foram sancionadas ou promulgadas 11 das 24 pautas prioritárias da área econômica. Um dos grandes feitos nesse período foi a promulgação da PEC Emergencial, proposta de emenda à Constituição que criou mecanismos de ajuste fiscal para a União.

O texto, que incorporou parte de outra pauta prioritária, a PEC dos Fundos, contou com o apoio aberto de Pacheco, que atuou diretamente para que a proposta nascida no Senado avançasse.

Grande parte do apoio recebido também estava no que a oposição considerou uma chantagem: no momento em que o país inteiro pressionava por uma nova rodada do auxílio emergencial, a equipe de Guedes condicionou a concessão do benefício à aprovação da PEC.

Em outra grande vitória para a gestão Bolsonaro, o governo conseguiu aprovar a medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras, rompendo a forte resistência no Congresso em relação ao tema. Também viraram lei a autonomia do Banco Central, um marco para as startups e a nova Lei do Gás.

Por outro lado, resta pouco tempo hábil para aprovar os outros dois projetos econômicos de relevo do governo: as reformas tributária e administrativa.

Tanto Lira quanto Pacheco reconhecem publicamente que a janela para votar pautas estruturantes se fecha em novembro por causa da antecipação das discussões eleitorais.

Logo no início de seus mandatos, Pacheco e Lira chegaram a estabelecer um crono-grama que incluía a aprovação da PEC da reforma tributária nas duas Casas até outubro.

'É um amadurecimento que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, e temos uma previsão de que podemos concluir a reforma tributária no Congresso Nacional em seis a oito meses', afirmou Pacheco no início de fevereiro, após uma reunião com o deputado na residência oficial do Senado.

A proposta de votar uma PEC que simplificasse o arcabouço tributário do país naufragou, e o governo

optou por fatiar as mudanças.

No início de setembro, a Câmara aprovou a primeira fase da tributária, que prevê modificações no Imposto de Renda e a taxação de dividendos. No Senado, porém, a proposta enfrenta resistência. O próprio Pacheco e líderes insistem em votar uma PEC com alterações mais substanciais.

Já a reforma administrativa deve sair da comissão especial na Câmara nesta semana, mas sem perspectiva ainda de votação pelo plenário.

No Senado, o governo federal apostava na aprovação de quatro propostas até o fim de setembro -três delas constam nas prioridades enviadas em fevereiro: BR do Mar, marco das ferrovias e marco legal do câmbio.

'Os projetos que são vitais para a retomada do crescimento econômico serão certamente apreciados no Congresso Nacional', disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE).

No entanto, mesmo essas propostas enfrentam resistência na Casa. O projeto de lei que cria a BR do Mar, estimulando a navegação de cabotagem, não conta com consenso. Após diversas idas e vindas e alterações no texto, Nelsinho Trad (PSD-MS) apresentou seu relatório na Comissão de Assuntos Econômicos nesta terça-feira (14), mas houve pedido de vista e a medida não foi votada na comissão.

O marco das ferrovias está em fase mais adiantada, mas uma ação do próprio governo acabou travando o avanço da proposta no Senado.

O Planalto encaminhou sua própria MP com seus principais pontos de interesse, mas houve reação com a Comissão de Assuntos Econômicos aprovando um requerimento solicitando a Pacheco a devolução do texto para priorizar a matéria do Senado.

A expectativa era de um acordo na próxima semana, para que o Senado votasse sua própria proposta, mas incorporando algumas demandas apresentadas pelo

Ministério da Infraestrutura.

O relator Jean Paul Prates (PT-RN) já entregou quatro versões de seu texto, a primeira delas em outubro de 2019. Agora, deve apresentar novo parecer na próxima semana e há a expectativa de que entre na pauta do plenário ainda neste mês.

Continua na pág. A8

PRINCIPAIS PRIORIDADES DO GOVERNO Saíram do papel

Privatização da Eletrobras

Marco legal das startups

Eficiência administrativa

Fiagro

PEC

Emergeneial + PEC dos Fundos

Cobrança de pedágio

Superendividamento

Autonomia do BC

Lei do Gás

Depósitos voluntários

Não saíram do papel

Reforma tributária

Reforma administrativa

Mineração em terras indígenas

Modernização do setor elétrico

Flexibilização da comercialização de armas

Normas para militares em GLO

Aumento de pena para abuso sexual em menores

Pedofilia como crime hediondo

Ensino em domicílio

Debêntures de infraestrutura

Marco legal do câmbio

Documento Unicode transportes

Licenciamento ambiental

Regularização fundiária

BR do Mar

Partilha petróleo e gás

Ferrovias

Pacto federativo

Uso dos fundos para pandemia

Revisão da lei de drogas

Teto

remuneratório

Jair Bolsonaro durante cerimônia do programa Casa Verde e Amarela, no Palácio do Planalto
mcioTavora/xinhua

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Teto já tem potencial estouro de R\$ 72 bi, diz pesquisador da FGV



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fábio Pupo

BRASÍLIA - Formulada pelo governo com previsão de despesas no limite do teto de gastos, a proposta de Orçamento de 2022 sofre pressões por mais recursos em razão de demandas da classe política e do avanço da inflação.

Considerando esses dois fatores, há um potencial estouro de R\$ 72 bilhões na regra constitucional que impede o crescimento das despesas federais acima da inflação.

Os números foram compilados por Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, com base em cálculos do economista Marcos Mendes -ambos colunistas da Folha.

A pressão por recursos está no centro das discussões para flexibilizar o pagamento de R\$ 89,1 bilhões em precatórios em 2022 e, assim, abrir espaço para outras medidas.

A lista de demandas listadas por Pessôa foi publicada

em artigo na revista Conjuntura Econômica, da FGV, e considera até R\$ 20 bilhões extras para expandir o Bolsa Família em 2022. Essa é a principal aposta do governo para tentar aumentar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta orçamentária prevê R\$ 34,7 bilhões para o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família), sem aumento em relação a 2021. A prioridade da equipe econômica é viabilizar mais recursos para o programa.

Pessôa também contabilizou as emendas de relator do Orçamento (chamadas RP9), não previstas atualmente no texto e usadas para que a base aliada direcione recursos da União a destinações de interesse de cada congressista.

O pesquisador prevê que parlamentares demandem cerca de R\$ 20 bilhões para esses instrumentos, contestados por especialistas por serem pouco transparentes (tendo um acompanhamento de execução dificultado) e terem eficiência questionável na avaliação sobre a correta alocação dos recursos públicos.

Outra demanda lembrada é a desoneração da folha de salários de 17 setores. O Congresso pressiona pela renovação do benefício, que acabaria em 2021, por mais cinco anos, com custo de R\$ 10 bilhões.

A lista também inclui o fundo eleitoral, que teve R\$ 2 bilhões reservados no Orçamento e que é alvo de negociações para dobrar os recursos.

Mas as demandas dos políticos competem com o avanço da inflação -que corrige várias despesas obrigatórias.

O projeto de Orçamento de 2022 foi enviado com estimativa de 6,2% para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2022, mas os preços seguem em alta e o fechamento ao fim do ano é que vai determinar o reajuste de despesas obrigatórias.

A equipe econômica prevê que cada ponto percentual acima do projetado eleva os gastos em 2022 em aproximadamente R\$ 8 bilhões, e já se fala no governo em uma despesa de R\$ 16 bilhões a R\$ 18 bilhões acima da prevista na proposta de Orçamento.

Para Pessoa, a inflação será ainda maior e provavelmente o INPC fechará em 9%, o que deve adicionar quase R\$ 20 bilhões ao gasto público.

Ele considera haver meios de abrir espaço fiscal, desde retirar precatórios do teto de gastos (gerando espaço fiscal de R\$ 89, 1 bilhões), até tirar do teto só os precatórios referentes ao Fundef (antigo fundo de educação usado para a União transferir recursos, e pelo qual o governo federal foi condenado a pagar R\$ 16 bilhões aos estados em 2022 após repasses abaixo do devido ao longo dos anos).

O problema do debate é encontrar uma saída que, entre outras consequências, não assuste demais o mercado, que teme um descarrilamento da política fiscal, e já está sendo afetado pela discussão.

'Há enorme pressão para quebrar o teto e aumentar o gasto', diz Pessoa no artigo.

'O grande problema é que a quebra do teto desancora completamente a política fiscal. Sem ele, não temos nenhuma garantia de que a dívida será paga sem necessidade da receita do imposto inflacionário, isto é, por meio de inflação'

Para tentar resolver o problema, o Executivo enviou ao Congresso uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para parcelar os grandes precatórios e economizar R\$ 33, 5 bilhões em 2022. Mas há temores de que ela pode não conquistar votos suficientes.

Diante das resistências, uma nova PEC passou a ser sugerida pelo vice-Ji: residente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM). A ideia é tirar precatórios do teto de gastos, mas a Economia resiste à solução.

Em paralelo, o governo tenta ainda negociar uma saída

via **Judiciário**, para criar um limite sobre os pagamentos. Mas a solução, que já não era um consenso na Corte, ficou ainda mais prejudicada pelas ameaças de Bolsonaro ao **STF** no 7 de Setembro - embora o governo não tenha desistido.

O tema continua sendo acompanhado pelo mercado. 'A dificuldade é encontrar uma forma de estabelecer um gasto extrateto para 2022 sem que haja a percepção de desancoragem da política fiscal. Em 'fariolimês', o quebra-cabeça é encontrar uma forma positiva de construir o Orçamento', afirma Pessoa no artigo, em referência à avenida paulistana Faria Lima (sede de diferentes instituições financeiras).

'Quando há a desconfiança em relação à solvência pública, o câmbio deprecia, a curva de juros inclina -pois as pessoas cobram prêmio maior pela elevação do prazo do vencimento de um título público', diz.

O texto enviado pelo governo pode ser alterado pelos parlamentares e costuma ser votado pelo Congresso até o fim do ano, embora não seja incomum o ano começar sem a aprovação da peça.

'O que sabemos é que até o texto final [do Orçamento] teremos chuvas e trovoadas', afirma Pessoa.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

MP das fake news do presidente, derrubada por Senado e STF, trouxe perigos e lança desafios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ricardo Campos

A dupla derrota para o presidente Jair Bolsonaro com o sepultamento pelo Senado e pelo **STF** da medida provisória das fake news nesta terça-feira (14) reacendeu o debate em torno da moderação de conteúdo por plataformas digitais.

Entretanto o debate em torno do tema revelou-se, de forma clara, centrado numa polaridade discursiva sobre o assunto.

Por um lado, os objetivos abjetos do presidente em buscar colocar embaixo de suas próprias asas o fluxo comunicacional da sociedade e, por outro, uma (quase) cega defesa da administração puramente privada e intransparente da liberdade de expressão da população com uma capilaridade quase que impenetrável.

O assunto não é simples, não obstante não incapaz de reflexão. O cenário nacional entretanto é mais peculiar quando comparado com o ambiente de discussão

global.

No âmbito global, importantes atores têm se distanciado e procurado reformular as principais regulações que fundaram o primeiro momento da internet nos anos 90 e 2000.

Atualmente está em debate no Congresso dos Estados Unidos a reforma da principal legislação da internet americana, que criou uma responsabilidade por imunidade para provedores.

Na Europa, a diretiva do comércio eletrônico de 2000 está sendo reformulada com o debate em torno da diretiva 'Digital Services Act' e 'Digital Markets Act'.

E a Alemanha deu passos concretos no combate a ilícitos digitais (NetzDG) e também com a incorporação dos serviços digitais no novo marco regulatório para os meios de comunicação de massa (Medienstaatsvertrag) influenciando todo debate europeu. Eo Brasil, onde se encontra?

Atualmente em discussão da Câmara dos Deputados, o PL 2.630 é a chance de o Brasil refletir sobre o novo ambiente digital em que vivemos, seus riscos e chances.

Essa reflexão entretanto se esbarra, diferentemente de outros países, num bloqueio discursivo imposto por uma quase sacralidade imputada ao Marco Civil da Internet de 2014.

Escrever leis para internet em pedra vai de encontro com a própria dinâmica digital, em que a proteção de direitos fundamentais dos indivíduos e coletivos exige uma constante obrigação de avaliação, correção e melhora tanto pelo legislador quanto por tribunais superiores.

A MP L068/21, por sua vez, é a antípoda dessa

anacrônica sacralidade, posto que visa, por um lado, estabelecer o Executivo como guardião do fluxo comunicacional da sociedade e, por outro, dificultar a moderação de conteúdo privada de questões ligadas à desinformação.

Como estão escapar desse binarismo?

Primeiramente é necessário se perguntar o que legitima uma onda global de reformulação das legislações da internet.

A chave para essa resposta encontra-se em dois pontos fundamentais: um primeiro, ligado às transformações fáticas do ambiente digital nas últimas duas décadas, e o segundo ponto fundamental, decorrente da própria semântica constitucional dos Estados democráticos modernos.

O momento da internet atual difere-se do primeiro momento, no qual as primeiras legislações foram erigidas visando fomentar unicamente a inovação em campo novo e incerto.

Já o ambiente digital atual é muito mais marcado pela forte concentração em poucas aplicações, movimento esse chamado de plataformação da internet.

Até mesmo o inventor da World Wide Web, Tim Berners-Lee, tem clamado por iniciativas, as quais, em suas próprias palavras, devem restaurar 'os valores de empoderamento individual e de grupos que a Internet costumava ter e parece ter perdido'.

Justamente essa transformação fática turvou o objeto das primeiras legislações sobre a internet exigindo uma atualização para melhor proteção de instituições e direitos individuais. E aqui entra o segundo ponto fundamental que legitima a onda global de reformulação.

Para o tema concreto da moderação de conteúdo, por exemplo, em Estados democráticos, o regime jurídico em torno da comunicação, sempre encontrou um tratamento distinto para suas distintas formas: a

comunicação privada sempre foi revestida de uma maior proteção pelo sigilo e privacidade enquanto que a pública ou coletiva sempre seguiu um regime diferenciado, dado o impacto na formação da opinião pública e democracia.

Aqui vê-se a ligação entre as recentes transformações fáticas e o direito.

Com poucas aplicações de internet como verdadeiras infraestruturas da comunicação cotidiana da população, o direito deve assumir um papel não somente de fomentador ilimitado da autonomia privada, mas também de protetor de direitos individuais e coletivos nesse novo cenário.

Nesse ponto, há que se diferenciar entre a liberdade de expressão do indivíduo e um plano estrutural que administra, monetiza e gere a liberdade de expressão em larga escala desses indivíduos.

Aqui deve-se questionar quais as obrigações e deveres devem ser criados para esse plano estrutural que administra a liberdade de expressão da população visto sua posição central como infraestrutura da comunicação tendo influência direta na limitação de direitos e garantias individuais e na democracia.

Nesse contexto, o PL 2.630 tem justamente dois desafios na moderação de conteúdo: um no plano estrutural e outro no plano individual.

No estrutural, precisa oferecer uma resposta legal e adequada para a questão da criação de uma 'economia da desinformação e de ataques institucionais', enfrentado pelo **STF** no inquérito das fake news.

Aqui há que se mirar no plano estrutural (e não somente individual) pois caso contrário corre-se o risco similar ao da mitologia grega da Hidra de Lerna, no qual, a cada cabeça cortada, surgem várias outras no lugar.

Uma saída simples, eficaz e estrutural seria remeter toda forma de monetização (que ocorre por publicidade e impulsionamento) para o regime jurídico nacional de

publicidade, que já regula o setor de forma eficaz há décadas, visando assim o acúmulo de experiência para futuras avaliações, correções e regulações.

Já no plano individual, o grande desafio encontra-se na questão do acesso à Justiça e implementação de deveres procedimentais.

Para fins de proteção do indivíduo, a primeira defesa do usuário deve ocorrer de forma simplificada e gratuita na própria plataforma, a qual deve fundamentar e oferecer um devido processo informacional aos usuários diante de remoção de conteúdo com relatórios constantes ao poder público.

Nesse contexto, o **Judiciário** atuaria como um observador de segunda ordem, examinando se os padrões seguidos estão em conformidade com ditames públicos, mas também podendo decidir a qualquer momento.

A MP 1.068/21 trouxe consigo o perigo do obscurantismo em torno da moderação de conteúdo, pois captura o debate para uma polarização discursiva de um modelo despota-pessoal e um outro essencialmente orientado por interesses econômicos. O desafio é justamente romper essa polaridade.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Alcolumbre condiciona sabatina de Mendonça à certeza de derrota



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Julia Chaib, Renato Machado e Marianna Holanda

Brasília Escanteado da articulação política do Palácio do Planalto, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) indicou a aliados que segue disposto a só iniciar a análise da indicação de André Mendonça ao **STF (Supremo Tribunal Federal)** quando tiver a certeza de que o nome do ex-ministro de Jair Bolsonaro será derrotado.

Nos cálculos de pessoas próximas de Alcolumbre e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a Casa, com 81 integrantes, está hoje praticamente dividida ao meio sobre o tema. Mendonça foi indicado por Bolsonaro em 13 de julho.

Governistas buscam convencer Alcolumbre a pautar a sabatina e a votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que preside.

Um motivo de resistência do ex-presidente do Senado é a perda de poder. Quando comandou a Casa (2019-2021), Alcolumbre ficou responsável por coordenar a

distribuição de emendas parlamentares. Agora, perdeu a tarefa, que ainda não foi designada a outro senador.

Bolsonaro recebeu lideranças evangélicas e parlamentares no Planalto nesta quarta (15) para discutir a indicação. Após o encontro, o pastor Silas Malafaia disse que o presidente mantém o apoio a Mendonça e que não há 'segunda opção' para a vaga no **STF**. Mendonça também participou do encontro, convidado por Bolsonaro, segundo os evangélicos. Mais cedo, o grupo esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Ainda de acordo com Malafaia, Pacheco teria dito que iria ajudar o ex-advogado-geral da União. 'Vai falar com o Alcolumbre, vai pautar para resolver logo essa história'.

Apesar dos acenos tanto de Bolsonaro quanto do presidente do Senado, não há qualquer previsão ainda para a sabatina de Mendonça, que já bate recorde de espera na Casa.

O pastor disse não ter discutido prazo de sabatina com Bolsonaro, mas disse acreditar que em 'uma semana, quatro dias, cinco dias', Alcolumbre pautar a indicação de Mendonça na CCJ.

Estiveram no encontro o presidente da bancada evangélica, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), o bispo Abner Ferreira, da Assembléia de Deus (Madureira), pastor Samuel Camara, da Assembléia de Deus (Geral), o apóstolo Re-nê Terra Nova, do Ministério Internacional da Restauração, entre outros. O senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) também acompanhou a conversa.

Se quando foi indicado Mendonça buscou se afastar da pecha de evangélico, hoje ele se agarra aos religiosos como última forma de pressionar o Congresso por sua indicação.

Os dois movimentos dos evangélicos nesta quarta

revelam que eles entraram no circuito para tentar garantir a realização da sabatina. A resistência no Senado, contudo, não é só de Alcolumbre, segundo ministros de Bolsonaro.

Ainda que o presidente insista no nome de Mendonça para a vaga, o governo não fez uso até o momento das formas de pressão mais fortes que tem: emendas e cargos. Uma das principais missões do senador licenciado Ciro Nogueira ao assumir a Casa Civil foi tentar pacificar a indicação de Mendonça no Senado.

Para aprovação de Mendonça, é necessária a maioria simples na comissão. Mesmo se forem rejeitadas na CCJ, as indicações são submetidas ao plenário do Senado, onde dependem de maioria absoluta (41 dos 81 senadores). A votação também será secreta.

Kassio Nunes Marques, o último indicado ao **STF**, foi aprovado por 22 votos a 5 na CCJ. No plenário, o placar ficou em 57 a 10.

Hoje, segundo pessoas próximas de Alcolumbre, governistas veem poucas chances de o clima melhorar para destravar a sabatina de Mendonça na CCJ. Até mesmo ministros reconhecem que a situação desfavorável não mudou.

O governo chegou a colocar na mesa a possibilidade de Alcolumbre voltar a ter ingerência na distribuição de emendas. O Planalto desistiu da ideia, porém, depois de o senador ajudar na articulação da rejeição da minirreforma trabalhista no Senado, configurando uma das maiores derrotas para Bolsonaro na Casa.

De acordo com aliados, a estratégia do senador é postergar a sabatina e tentar emplacar no seu lugar o procurador-geral da República, Augusto Aras. O atual procurador-geral tem trânsito maior no Senado - prova disso foi a aprovação da sua recondução com certa facilidade. Aras teria o apoio de grande parte da oposição em razão da posição contrária à Operação Lava Jato.

Mendonça, por sua vez, é um nome fortemente ligado a

Bolsonaro e sua indicação cumpre a promessa de terno **STF** um nome 'terrivelmente evangélico'. A situação do ex-AGU não deu sinais de melhora mesmo após a diminuição da tensão entre os Poderes, na semana passada.

Logo após a divulgação da nota retórica de Bolsonaro, na qual muda o tom das ameaças aos ministros do **STF**, líderes governistas buscaram aproveitar o bom momento para tentar destravar a pauta de interesse do governo, em particular as medidas econômicas.

O objetivo seria criar uma agenda de votações até o fim deste ano, dando inicialmente preferência para a proposta que altera regras de Imposto de Renda e em seguida destravar pautas que há muito patinam na Casa, como a navegação de cabotagem, a privatização dos Correios e do novo mercado de câmbio.

Senadores apontam que os líderes do governo pouco articulam para angariar apoio em torno da aprovação de Mendonça ou mesmo para aumentar a pressão sobre Alcolumbre para colocar a indicação em pauta na CCJ.

Em um possível novo gesto em busca de aproximação, Alcolumbre foi um dos 54 agraciados nesta terça (14) pelo prêmio Marechal Rondon, do Ministério das Comunicações. A cerimônia no Planalto contou com a presença de Bolsonaro.

O prêmio foi entregue a praticamente todos os ministros do governo, a ministros do Supremo, aos presidentes das duas Casas legislativas, Pacheco e o deputado Arthur Lira (PP-AL), e a outros congressistas.

Entre os senadores, receberam, além de Pacheco e Alcolumbre, o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), e Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ).

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

'Por amor ao meu filho, quero justiça pelo meu neguinho, por Miguel'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mirtes Souza

Um ano e três meses de muita dor. Saudade da voz, do cheiro, do calor do seu corpinho. Revolta e indignação. Perdi meu filho para o racismo. Dentro desse período de luta, o caso de Miguel ficou conhecido internacionalmente e virou um caso emblemático de racismo estrutural. Os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, a população do Brasil e do exterior se juntaram a mim nessa luta.

Mesmo assim, a morosidade da Justiça brasileira prevaleceu porque foi o corpo de uma criança negra que tombou, e todos os casos de crianças negras são tratados de forma diferente. Miguel Otávio Santana da Silva, 5, foi abandonado no elevador por minha ex-patroa enquanto eu havia saído para levar a cadela da família para fazer suas necessidades. Quando retornei, o zelador me disse que alguém tinha caído do prédio. Encontrei meu filho no chão.

No dia 3 de dezembro de 2020, depois de muita pressão e passados seis meses do crime que Sarí Corte Real cometeu contra meu filho, ocorreu a primeira

audiência do caso. Foram ouvidas as testemunhas de acusação, restando três testemunhas de defesa e a acusada. Penso que foi uma estratégia da defesa, que estão fazendo de tudo para defendê-la ao ponto de informarem um endereço errado dentro do processo para atrasar.

O **Judiciário** foi conivente com tal situação ao ponto de enviar nota à imprensa dizendo que as testemunhas que seriam ouvidas por carta precatória já tinham sido ouvidas. Conivente em ouvir uma testemunha em sigilo dentro de um processo que não tramita sob segredo de Justiça. Isso me revolta.

Sobre a nota à imprensa, nenhuma justificativa foi dada. Sobre o pedido de anulação do absurdo depoimento dessa testemunha, foram feitas várias cobranças. O Ministério Público Estadual aceitou a anulação, mas o juiz, não, alegando ser uma testemunha de conduta e que isso não interferiria no andamento do processo. Justificativa essa que não me convence, mas o **Judiciário** manda seguir o processo.

Nesta quarta-feira (15), 9 meses e 12 dias depois da primeira audiência, Sarí Corte Real e outras duas testemunhas serão ouvidas. A acusada teve tempo suficiente para ensaiar seu texto e encenar na frente do juiz. Mesmo diante de tudo isso que estão fazendo, me machucar ao ponto de tentar demonizar o meu filho, não vou desistir dessa luta. Estou de pé pela permissão de Deus e não vou desistir. Por amor ao meu filho, quero justiça pelo meu neguinho, quero justiça por Miguel Otávio, meu amor.

Sarí Corte Real prestou depoimento nesta quarta-feira (15), no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, no Recife.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Conrado Hubner Mendes - Constitucionalismo new age' e seu coach'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Conrado Hubner Mendes

Elegemos um delinquente político na esperança de que sua delinquência fosse mal menor e na confiança de que teríamos aptidão para moderá-lo. Bastaria lhe aplicar um choque de freios e contrapesos.

Apostamos em moderadores diversos: militares comprometidos com a democracia; ministro cheerleader da Faria Lima; ministro cruzado anticorrupção; notas de repúdio de Maia; centrão, Lira, Pacheco, fracasso do voto impresso na Câmara etc.

Moderadores foram tão exitosos que no 7 de Setembro, depois de tantas interferências e a cossos presidenciais, depois de todo o negacionismo mortífero, depois de rotinizar agressão a mulheres jornalistas, depois de chamar ministro do **STF** de 'pedófilo', 'idiota' e 'filho da puta'; Bolsonaro disse basta e prometeu desobedecer ao tribunal. Respostas verbais vieram de presidente do **STF** do TSE, da Câmara, do Senado. Os tons variaram entre o protocolar e o quase protocolar.

Horas mais tarde, Bolsonaro revelou em carta que

nunca teve 'intenção de agredir quaisquer dos Poderes' e 'harmonia' é determinação constitucional; reiterou 'respeito pelas instituições' e declarou estar disposto a manter 'diálogo'. Muitos observadores notaram 'recuo estratégico'. Se estratégico, o recuo é fake. Melhor ignorar o recuo e investigar a estratégia.

Soube-se que o texto saiu das penastristes de Michel Temer, coach maior do constitucionalismo new age, também conhecido como constitucionalismo do arreglo e do arreglo, da negociação e do acordo, das notas de repúdio e das cartas de recuo. Abraçar slogans, desprezar ideias e entregar o seu contrário compõem nossa tradição ilusionista.

O constitucionalismo oferece anteparo à democracia. Impõe limites ao poder e aos desejos das maiorias por meio da separação de Poderes e da proteção de direitos. O constitucionalismo new age virou a mesa e vende três iscas sedutoras: harmonia, pacificação e diálogo. E substitui separação de Poderes por ciranda dos Poderes.

O coach formou discípulos que ocuparam a presidência do **STF**. Cármen Lúcia sempre entoava ambição pacificadora. Toffoli pedia diálogo, 'clássica' separação de Poderes, pacto por reformas e recebia visitas surpresa do presidente. Fux submeteu legalidade do auxílio -moradia de juízes à mediação e tem opinado contra a judicialização da política, sem definir o que entende por isso. 'Temos de acreditar na boa-fé de Bolsonaro' sugeriu Gilmar Mendes.

O espetáculo cirandeiro é incompatível com o exercício da jurisdição. Jurisdição não tem responsabilidade de pacificar. Juízes sabem que não é essa sua tarefa primária nem métrica de sucesso. Entre aplicar a lei e promover a paz há uma distinção categórica. A relação entre uma e outra é acidental e contingente, não necessária. Tarefas diferentes, por instituições diversas.

O princípio da 'divisão e harmonia dos Poderes' estava nas constituições ditatoriais de 1967 e 1969. A

Constituição de 1988 prevê Poderes 'independentes e harmônicos': Não é da harmonia cirandeira que estão falando.

No constitucionalismo new age, constitucionalidade se negocia, legalidade se permuta e interesse público de qualquer tipo se transaciona. Indigência judicial disfarça violência. Urgência constitucional se posterga com pedido de vista. Quem roda na ciranda podem ser indígenas, mulheres, negros, os mortos por Covid-19 ou pela polícia. Rodam também a civilidade e a própria democracia. Quem se dá bem é o centrão magistocrático e o autoritarismo.

Nessa nova era, juiz constitucional janta e canta para empresários, palestra para banqueiros e oferece acesso à justiça por WhatsApp. Também barganha precatórios com ministro da Economia, poisa reeleição do autocrata que prometeu fechar a corte precisa renovar auxílio aos pobres. Podia-se pagar essa conta reduzindo orçamento paralelo do centrão ou vetando anistia a devedores do Estado (como igrejas e criminosos ambientais). Mas melhor evitar esse 'conflito'.

Diante de um criminoso serial, o constitucionalismo responde com sanção jurídica (como cassação e prisão). O constitucionalismo new age suprime a jurisdição e reage com rodas de conversa, constelação milico-familiar, mantras meditativos e cânticos infantis. Não é corrupção funcional, é pacificação. Repita.

'Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar, vamos dar a meia volta, à colônia retornar" Namastêê.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Lewandowski suspende duas ações da Lava Jato contra Lula



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro Ricardo Lewandowski, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, suspendeu nesta terça-feira (14) o andamento de duas ações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no âmbito da Operação Lava Jato.

Os processos correm na Justiça Federal do Distrito Federal e dizem respeito a supostas doações da Odebrecht ao Instituto Lula, bem como à compra de um terreno para sediá-lo e de um apartamento na cidade de São Bernardo do Campo (SP), berço político do ex-presidente.

A decisão liminar -provisória- atende a um pedido feito pela defesa de Lula e, na prática, impede que os dois processos sejam retomados agora, depois de o Supremo reconhecer a suspeição (parcialidade) do ex-juiz Sérgio Moro e a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar o ex-presidente, anulando suas condenações.

Embora a denúncia sobre a sede do Instituto Lula ainda não tenha sido ratificada, Lewandowski argumentou que, quando o **STF** declarou Moro parcial, também ficou

implícita a incompetência dos demais integrantes da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba para investigar e acusar Lula.

Por isso, o ministro optou pela suspensão das ações, alegando 'perigo de iminente dano processual irreparável'.

A suspensão é válida até que o **STF** decida definitivamente se encerra ou não as investigações contra Lula.

No fim de junho, Lewandowski já havia anulado as provas produzidas contra Lula no âmbito do acordo de leniência firmado entre a Odebrecht e o MPF (Ministério Público Federal), enfatizando que as ações sobre a suspeição de Moro e a incompetência de Curitiba para julgar Lula caracterizam 'causa de nulidade absoluta'.

Na ocasião, o ministro do Supremo não poupou críticas à atuação do ex-juiz.

'Verifico que o ex-juiz Sérgio Moro foi o responsável pela prática de diversos atos instrutórios e decisórios, também tismados ['queimados'] -consideradas as razões já exaustivamente apontadas pelo **STF**- pela mácula de incompetência e parcialidade, inclusive no que toca à recepção do acordo de leniência (?), celebrado pela Odebrecht, como prova de acusação', disse, em despacho de 28 de junho.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Evangélicos encaram 'batalha final' por Mendonça ao STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Líderes evangélicos escutaram do presidente Jair Bolsonaro que, ao menos por ora, ele não está disposto a retirar sua indicação 'terrivelmente evangélica' para o **STF (Supremo Tribunal Federal)**.

Seu ex-ministro da Justiça e ex-advogado-Geral da União, André Mendonça, continua sendo a aposta do presidente para a vaga desocupada em julho na corte, ainda que Davi Alcolumbre (DEM-AP) esteja adiando indefinidamente a sabatina do nomeado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), sob sua guarda.

Mendonça foi inclusive convidado por Bolsonaro a se juntar à reunião que ele teve com pastores nesta quarta (15), no Palácio do Planalto.

A chamada contava com Silas Malafaia, Estevam Hernandes e César Augusto, trio que esteve ao lado do presidente no ato do 7 de Setembro em São Paulo polvilhado com ameaças ao **STF**. Foram unânimes em dizer que 'não existe outro nome' que não o do ex-AGU, que é pastor presbiteriano.

A peregrinação de evangélicos por Brasília, num

momento em que a nomeação de Mendonça se segura por um fio, foi encarada como a 'batalha final', nas palavras de um pastor que esteve lá.

Já passaram mais de dois meses desde que Bolsonaro apontou o nome dele para a cadeira de Marco Aurélio Mello, e está na hora de resolver essa situação, dizem. Até para pensarem num plano B, também evangélico - hipótese que só admitem nos bastidores, caso a tentativa de emplacar Mendonça vá a pique.

'O presidente [prometeu um evangélico no **STF**] na campanha eleitoral e depois dela. Nós não botamos faca no pescoço, foi a palavra dele', disse Malafaia.

'Não temos outro nome, todos estão fechados com o André', afirmou o apóstolo Estevam Hernandes, idealizador da Marcha para Jesus, que em 2019 recebeu pela primeira vez um presidente da República - Bolsonaro.

César Augusto, da igreja Fonte da Vida, seguiu o script: 'O presidente reafirmou que não tem outra opção, a opção é o André, só o André'. Anna Virgínia Balloussicr, Bru no Boghossian e MH

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

CPI da Covid convoca ex-mulher de Bolsonaro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Renato Machado

O lobista Marconny Albernaz de Faria reconheceu em depoimento na CPI da Covid nesta quarta-feira (15) que mantém uma relação muito próxima e de amizade com Jair Renan, filho do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido).

Marconny, apontado pela comissão parlamentar como lobista da empresa Precisa Medicamentos -que intermediou a negociação da vacina indiana Covaxin com o governo federal-, afirmou que chegou a comemorar o seu aniversário em um camarote que pertence ao filho do presidente e que o ajudou na abertura de sua empresa.

Nesta quarta, os senadores aprovaram ainda requerimento de convocação de Ana Cristina Valle, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de Jair Renan.

Mensagens trocadas entre Marconny e Valle mostrariam que ela seria responsável por fazer indicações para cargos no governo federal.

Em um depoimento marca -do por momentos de tensão, Marconny irritou diversas vezes os senadores da comissão parlamentar ao dar respostas confusas e atrapalhadas.

Reportagem da Folha mostrou mensagens trocadas entre Marconny e Jair Renan em que o lobista oferece auxílio para a abertura da empresa do filho do presidente.

As informações constam de conversas no WhatsApp obtidas pela Folha após quebra judicial de sigilo do lobista a pedido do Ministério Público Federal no Pará e de análise de documentos da Receita Federal. Os dados foram compartilhados com a CPI da Covid.

Marconny confirmou em seu depoimento a proximidade com Jair Renan, amizade que teve início assim que o filho do presidente chegou a Brasília. 'Ele [Jair Renan] queria criar uma empresa de influencer, e aí eu só apresentei ele para um colega tributarista que poderia auxiliar na abertura dessa empresa.'

O lobista também reconheceu que comemorou o seu aniversário em um camarote de Jair Renan, localizado no estádio Mané Garrincha, em Brasília. Em sua defesa, Marconny afirmou que a festa que ele realizou no estádio não infringiu regras sanitárias do Distrito Federal na pandemia.

'Mas não estou dizendo que o seu evento foi realizado de forma ilegal, não. A ilegalidade não está na festa, a ilegalidade está no que se consegue nas festas, porque se elucida, com muita clareza, por que vale a pena contratar um Marconny', reagiu o senador Alessandra Vieira (Cidadania-SE).

'Porque o Marconny diz que não conhece senador, o Marconny não é advogado, o Marconny não entende de contrato, o Marconny não entende da administração pública, mas o Marconny é um cara que vai para o churrasco com a advogada do presidente [Bolsonaro] e que faz sua festa de aniversário no camarote de

propriedade ou de aluguel, não sei, do filho do presidente da República', completou.

O vice-presidente da CPI da Covid, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ressaltou a proximidade do lobista com pessoas do núcleo duro de Bolsonaro, incluindo a advogada Karina Kufa, e disse na sequência que não seria necessária a resposta do depoente, uma vez que a comissão já detém mensagens que comprovam a sua atuação.

'A senhora Ana Cristina Bolsonaro, que acredito que tem que ser trazida à CPI, encaminha currículos de pessoas indicadas pelo senhor Marconny para ocupar cargos no governo federal', disse Randolfe.

O requerimento para que a mãe de Jair Renan preste depoimento na comissão parlamentar é de autoria de Vieira. O pedido não estava na pauta e foi incluído de última hora. A medida provocou protestos de senadores governistas.

Questionado sobre se a ex-mulher de Bolsonaro fez indicações para cargos no governo, Marconny exerceu seu direito ao silêncio, por contar com um habeas corpus do **STF (Supremo Tribunal Federal)**.

Marconny teria atuado na intermediação da venda de testes de detecção da Covid-19 para o Ministério da Saúde, o que ele nega. Disse que foi apenas sondado pela empresa para prestar assessoramento político, mas que não chegou a haver tratativas e nem mesmo foi pago pelo serviço. Disse que a relação durou aproximadamente 30 dias e se resumiu a conversas por aplicativos de mensagem.

'Como a concorrência já estava em andamento, não participei da análise do edital, habilitação ou apresentação de proposta da Precisa', afirmou, acrescentando que a compra acabou cancelada pelo ministério.

'Não fui contatado para nenhum outro serviço relacionado à Precisa ou ao Ministério da Saúde e muito menos à vacina', completou.

O relator Renan Calheiros (MDB-AL) então rebateu e disse que Marconny fazia parte de um grupo que atuava para fraudar as licitações no Ministério da Saúde. Acrescentou que ele, o sócio-diretor da Precisa, Francisco Maximiano, o diretor da empresa Danilo Trento e o ex-diretor de logística do ministério Roberto Ferreira Dias atuavam de maneira conjunta, para prejudicar concorrentes no processo.

'Essa arquitetura [para fraudar licitação] é da sua cabeça, da cabeça do Maximiano ou da cabeça do Roberto Dias?', questionou Renan.

'Isso foi enviado pela parte técnica da Precisa, senhor senador', respondeu Marconny.

Marconny foi questionado diversas vezes sobre quem seria um parlamentar a quem ele se referiu em uma conversa por WhatsApp obtida pela CPI. O lobista trata da venda de testes de Covid e teria afirmado que um senador 'desataria o nó' da contratação.

Ele afirmou não se lembrar quem era o parlamentar. A resposta irritou os senadores, que chegaram a aprovar um requerimento para que a Polícia Legislativa levantasse todas as idas do lobista ao Senado. O presidente da comissão parlamentar, Ornar Aziz (PSD-AM), afirmou que poderia consultar o **STF** para ver quais procedimentos poderiam ser adotados.

'Entre o senhor omitir e faltar com a verdade, está muito longe [uma coisa da outra]', afirmou Aziz.

Marconny também teve dificuldades para descrever a sua atuação profissional. Disse que não era um lobista e que não havia contradição 'na figura de agente privado promover tratativas privadas, análise de cenário político e eventualmente interlocuções institucionais com agentes públicos desde que não esteja configurado nenhum ato de corrupção ativa'.

Reale Júnior vê crime de responsabilidade de Bolsonaro

O ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior afirmou

nesta quarta (15) que está claramente configurado o crime de responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e que ele se tornou um "cúmplice do vírus". Reale coordenou um grupo de juristas que apresentou um parecer com sugestões de tipificações para os crimes que foram apurados pela CPI. Em sua feia inicial, ele afirmou que o enfrentamento da pandemia evidenciou um "desrespeito afrontoso aos direitos individuais e sociais" e que isso configura crime de responsabilidade.

O lobista Marconny Albernaz de Faria prestou depoimento marcado por momentos de tensão na CPI
Pedro Laòeira/Fdhapress

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ministro da Saúde diz que há excesso de vacinas contra a Covid-19 no país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Isabela Palhares e Raquel Lopes

Com a antecipação da aplicação da segunda dose travada em ao menos seis estados do país, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, comemorou a logística de distribuição do governo federal e disse que há 'excesso de vacinas' no país.

Além dos estados que não têm imunizante para antecipar a segunda dose, há ainda aqueles que tiveram de atrasar o intervalo entre aplicações por falta de vacina. Ainda assim, Queiroga negou nesta quarta (15) que haja problemas de distribuição.

'Há excesso de vacina na realidade, o Brasil já distribuiu 260 milhões de doses, 210 milhões já aplicadas', disse o ministro, sem explicar por que há unidades da Federação sem doses disponíveis.

Queiroga esteve no Aeroporto Internacional de Guarulhos na manhã desta quarta para um evento de entrega de novo lote de vacinas da Pfizer que serão

enviadas aos estados. Questionado sobre os problemas enfrentados em algumas regiões do país, ele negou que haja problema de entrega da AstraZeneca.

'Precisa acabar com essas narrativas de falta de vacina. Isso não é procedente, o Brasil vai muito bem. O Brasil já é dos países que mais vacinam no mundo', disse Queiroga.

Com o lote que chegou nesta quarta, o ministro comemorou ter concluído a entrega de 260 milhões de doses aos estados, o que garante, segundo a pasta, a vacinação de todos os brasileiros acima de 18 anos. A entrega ocorre quase nove meses após o início da vacinação no país.

Ainda assim, o ministro afirmou que a velocidade de entrega do país é um sucesso. Ele também elogiou o trabalho de seu antecessor, Eduardo Pazuello, por ter firmado a maior parte dos contratos de compra de vacina.

Apesar de ter dito que há 'excesso de vacina' no Brasil, Queiroga diz que estados que não seguirem o Plano Nacional de Imunização, ou seja, anteciparem a aplicação em alguns grupos, poderão ter dificuldade de seguir o cronograma vacinal.

Ainda que tenha negado o problema de entrega, Queiroga disse que, se houver 'eventual carência' de AstraZeneca para a segunda aplicação, os estados podem recorrer à utilização da Pfizer. Secretários de Saúde já tomaram essa decisão e pediram para que o Ministério da Saúde apoiasse tecnicamente a combinação de vacinas, o que não foi feito até agora.

'Se não houver AstraZeneca, a intercambialidade pode ocorrer, ainda que não haja recomendação do PNI, que acontecerá no momento adequado', disse o ministro. Estudos mostram que não há problemas em misturar vacinas.

Ele ainda admitiu que pode 'haver algum retardo' na entrega de Astrazeneca por seguir a regulação da Anvisa.

'Nós obedecemos a regulação, não damos carteira da na Anvisa. As vacinas com o IFA nacional ainda precisam da validação da Anvisa. Mas, enquanto isso, as vacinas são produzidas na Fiocruz com o IFA originário da China. Em algum momento, pode haver algum retardo. Mas com a Pfizer, ainda vamos receber 150 milhões de doses até o fim do ano'

Ao menos seis estados descartaram antecipar a segunda aplicação da vacina a partir desta quarta, por falta de doses. São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Norte afirmaram à Folha que a medida é inviável enquanto não receberem mais imunizantes do governo federal, especialmente da AstraZeneca.

A prefeitura de São Paulo, por exemplo, começou a usar na segunda (13) imunizante da Pfizer para completar a vacinação iniciada com a AstraZeneca. Trata-se da chamada intercambialidade ou vacinação heteróloga, uma prática que, de acordo com estudos, não oferece riscos e pode até trazer vantagens.

Há uma disputa deflagrada entre o estado de São Paulo, governado por João Doria (PSDB), e a gestão Jair Bolsonaro. O tucano ameaçou ir ao **STF (Supremo Tribunal Federal)**, de novo, para garantir mais doses.

A Secretaria de Saúde de São Paulo negou a possibilidade de qualquer antecipação.

'A redução do intervalo de tempo entre primeira e segunda dose depende primordialmente do envio Lfc)a doses pelo Ministério da Saúde, cabendo também a pasta federal garantir remessas em momento oportuno para aplicação da segunda dose', afirmou.

O cenário se repete em Santa Catarina. 'Por enquanto, com as vacinas fornecidas, não há a possibilidade da redução deste período', afirmou, em nota, a Secretaria

Estadual de Saúde.

Já no Rio Grande do Norte, na segunda-feira a Secretaria Estadual de Saúde chegou a recomendar a redução de intervalo da AstraZeneca. Mas, no mesmo dia, o governo teve de recuar por falta de doses.

'A Sesap [secretaria de saúde] emitiu uma nota informativa para todos os municípios orientando que seja retomado o prazo estipulado anteriormente de godias para aplicação da D2 [segunda dose] do imunizante de Oxford/AstraZeneca, para que seja possível conseguir dar vazão a demanda de pessoas a serem vacinadas com a segunda dose', afirmou o órgão.

A Folha estados e o Distrito Federal disseram que ainda aguardam pela orientação do Ministério da Saúde para fazer alterações nos programas de imunização. Amapá, Goiás, Piauí, Rondônia e Sergipe não responderam.

Ao menos sete estados já reduziram o intervalo de um dos imunizantes - Pfizer ou AstraZeneca. Foram definidos prazos que variam de quatro a dez semanas.

Esse cenário é registrado no Acre, no Amazonas, em Mato Grosso do Sul, em Pernambuco, no Ceará, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. O Espírito Santo informou que reduziu o intervalo para dez semanas, mas não conseguirá encurtá-lo para oito, como prometido pelo governo federal.

A informação de que haveria a redução do intervalo a partir desta quarta-feira foi reforçada por Queiroga em entrevista na segunda na frente do Ministério da Saúde, em Brasília.

'A partir do dia 15, há como assegurar vacinas para isso [redução do intervalo]. Se porventura a AstraZeneca, por conta de questões operacionais, faltar, eventualmente se usa a intercambialidade'

O Ministério da Saúde disse, em nota, que a redução do intervalo entre as doses de Pfizer e AstraZeneca está prevista para ocorrer na segunda quinzena de setembro, sem especificar uma data.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de intercambialidade entre doses por causa da escassez de vacinas em alguns estados, o Ministério da Saúde disse que não há falta de nenhum imunizante contra a Covid-19 no país.

'O Ministério da Saúde recomenda a intercambialidade de vacinas Covid-19 apenas para grávidas e tomaram a primeira dose da AstraZeneca e devem completar o esquema vacinal com a vacina que não tiver o vetor viral, como Pfizer ou Coronavac', afirmou a pasta em nota.

Não é o que ocorre no Maranhão, por exemplo. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, 29 dos 217 municípios maranhenses interromperam a vacinação com AstraZeneca por falta do imunizante.

'O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 foi atualizado nesta segunda-feira (13) pelo Ministério da Saúde, mas não consta a redução do intervalo entre as doses, como foi anunciado pelo próprio ministério', afirmou em nota o Ministério da Saúde.

Vice-presidente do Conass (conselho de secretários estaduais de Saúde) na região Sudeste, Nésio Fernandes disse que mais importante do que a redução do intervalo da segunda dose é garantir a dose de reforço para pessoas com mais de 60 anos.

'Estamos aguardando um posicionamento do Ministério da Saúde. Pelo cronograma de doses publicado até hoje acreditamos não ser possível atender a D1 [primeira dose], antecipar a D2 [segunda dose] e aplicar a dose de reforço', afirmou.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

MÔNICA BERGAMO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MÔNICA BERGAMO , Bruno B. Soraggi, Bianka Vieira e Victoria Azevedo

PEDE PARA SAIR

A expectativa entre senadores e ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** é a de que André Mendonça tome a iniciativa de desistir de sua candidatura à corte.

tábua

Mesmo políticos governistas acreditam que essa seria a melhor solução, poupando o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) do desgaste de ver o nome de Mendonça rejeitado no Senado.

tábua 2

Bolsonaro indicou o nome do ex-advogado-geral da União para o Supremo em julho. Ele precisa ser aprovado pelos senadores para o cargo, mas até hoje não foi sabatinado.

parede

A resistência dos parlamentares a Mendonça tem várias razões: uma parte deles quer evitar que Bolsonaro consiga emplacar mais um magistrado na corte - a instituição tem sido um foco de resistência às ameaças golpistas do presidente.

em linha

O ex-advogado-geral da União é considerado também ideologicamente alinhado com o lavajatismo, que a maioria do universo político abomina.

autoridade

O fato de ser 'terrivelmente evangélico' também atrapalha - não pela opção religiosa, mas pela submissão que André Mendonça declara ter a bispos de agremiações religiosas.

autoridade 2

No domingo (12), ele foi a um culto na Assembléia de Deus e afirmou aos bispos que a palavra deles 'sobre a minha vida é uma palavra com um peso de autoridade de Deus na Terra'. Disse que é 'um discípulo' e 'um servo'. E afirmou ainda reconhecer a sua 'submissão'.

talher

Pré-candidato ao governo do Rio de Janeiro, o deputado federal Marcelo Freixo (PSB-RJ) juntou com empresários em São Paulo na segunda-feira (13).

e agora?

Um dos presentes ao encontro, organizado pelo grupo Esfera, perguntou a ele o que acontecerá caso ele vença as eleições - e Jair Bolsonaro consiga se reeleger para a Presidência.

palavra final

Freixo disse que as urnas 'são sagradas' e que agirá como estadista, relacionando-se de forma republicana com Bolsonaro e defendendo o Rio de Janeiro 'em qualquer pauta'.

um de nós

Freixo afirmou, porém, achar difícil que os dois ganhem as eleições: caso ele vença para o governo, numa onda de esquerda, dificilmente Bolsonaro conseguiria ganhar no Rio. E, derrotado no estado, onde teve ampla maioria em 2018, seria quase impossível se reeleger presidente.

sinal verde

Depois de privatizar as gestões do parque da Cantareira e do Horto Florestal, o Governo de São Paulo promoverá uma audiência pública para debater as concessões dos parques da Água Branca, Cândido Portinari e Villa-Lobos, situados na capital paulista.

O evento ocorre nesta quinta-feira (16) em sessão online.

pare

A Defensoria Pública de SP acionou o Tribunal de Contas da capital paulista solicitando que a corte suspenda o decreto que destinará R\$ 400 mil para a compra de dez fuzis e 25 carabinas pela prefeitura. Os armamentos serão usados pela Guarda Civil Metropolitana (GCM).

temor

O órgão, que assina a representação com as entidades Conectas e Instituto Igarapé, afirma que as tratativas para o decreto não foram transparentes. Diz, ainda, que o uso de fuzis é incompatível com a ameaça da GCM e que pode acirrar violações de direitos humanos na região da Cracolândia, no centro de SP

linha... O Brasil produziu 2.900 obras audiovisuais, sendo 1.500 séries e filmes, em 2020, o que representa uma redução de 16% na média anual de produções

realizadas entre 2015 e 2019. Dessas 1.500, 311 foram financiadas por recursos públicos - uma queda de 9% na média anual do período.

... de produção

Os dados foram apresentados pela Ancine em reunião do Conselho Superior de Cinema neste mês - o grupo já tem encontros mensais marcados até o fim do ano.

páginas

O filósofo Slavoj Žižek, o ex-deputado Aldo Rebelo e a ex-deputada Manuela D'Ávila participarão do 6.º Salão do Livro Político, que ocorre virtualmente entre os dias 24 de setembro e 3 de outubro.

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

É corrupção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Não se deixe enganar pelo diminutivo. A rachadinha -a apropriação, por parlamentares, de parte do salário de seus assessores nomeados- 'é uma clara e ostensiva modalidade de corrupção'.

A definição é do ministro Alexandre de Moraes e consta do voto de relator que ele proferiu num julgamento em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a inelegibilidade da ex-vereadora paulistana Maria Helena Pereira Fontes. Ela acabou condenada por 7 votos a 0, e o acórdão foi publicado na sexta-feira (10).

Esse poderia parecer um caso menor, envolvendo uma quase anônima ex-parlamentar municipal, mas duas ordens de razões fazem com que ganhe importância.

A primeira é jurídica. Apesar de a prática das rachadinhas ser antiga e ostensiva, não há um precedente sólido do **Supremo Tribunal Federal** para esse gênero de processo. A corte pretendia estabelecê-lo no julgamento do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), acusado de reter parcela dos salários dos servidores de seu gabinete.

O juízo teve início em novembro passado, mas, depois de dois ministros terem votado pela condenação, entendendo que a rachadinha constitui peculato, o ministro Kassio Nunes Marques pediu vista e o processo repousa em seus es-caninhos desde então.

Evidentemente, o TSE não é o **STF**, mas as cortes coincidem parcialmente. Como a Justiça Eleitoral não tem quadros próprios, seu tribunal superior é composto por três ministros do Supremo, dois do STJ e dois advogados apontados pelo presidente (a partir de lista sêxtupla elaborada pelo Supremo).

Assim, o placar de 7 a 0 se torna particularmente eloquente.

A segunda ordem de razões é política. Há numerosas suspeitas de que a família Bolsonaro foi praticante entusiasmada das rachadinhas. Já há um caso contra o primeiro filho, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), que, entretanto, tem conseguido retardar os trâmites com base em questiúnculas processuais.

Por força de uma decisão de Nunes Marques, que preside a Segunda Turma do **STF**, um julgamento que poderia definir se Flávio tem ou não direito a foro especial foi retirado da pauta nesta semana.

O segundo filho, o vereador Carlos (Republicanos-RJ), acaba de ter quebrados seus sigilos fiscal e bancário no âmbito de uma investigação sobre seu gabinete. Há indícios consideráveis de que o próprio presidente era adepto da prática quando deputado federal. É algo que poderá persegui-lo depois de deixar a Presidência e as imunidades que ela lhe confere.

Ao definir a rachadinha como corrupção clara e ostensiva, Moraes mostra que não há disposição de sua parte de aliviar para os Bolsonaros. Que a Justiça siga seu curso.

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Alan Bousso - A liberdade como regra



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Alan Bousso

Volta novamente à discussão pública a proposta de condenação em segunda instância, desta vez com alteração no Código de Processo Penal (CPP), em texto apresentado na Câmara pelo deputado João Campos (Republicanos-GO). Pela proposta, seria suprimido o trecho do artigo 283 do CPP que prevê que ninguém pode ser preso antes do trânsito em julgado do processo -ou seja, até que estejam esgotados todos os recursos legalmente previstos.

Antes de mais nada, ressalte-se a importância dos debates que envolvem a reforma de nosso anacrônico Código de Processo Penal, de caráter inquisitório. Praticamente todos os países das Américas se empenharam nas últimas décadas em compatibilizar seus sistemas processuais penais com os princípios da democracia.

A proposta específica de alterar o artigo 283 do CPR contudo, não é salutar para a sociedade. Tanto pelo teor em si, principal crítica a ser feita à proposição, quanto pela recorrência de seu debate, que nos faz andar

círculos, voltando sempre às mesmas questões, com os dispêndios que tais repetições geram.

Discussões, por óbvio, são saudáveis e estão no cerne da democracia. Mas precisam guardar respeito a todos os princípios da boa administração pública. Para além de morais, legais, impessoais e amplamente divulgadas, devem atender ao critério da eficiência. Não é o que se vê com a reincidência dos questionamentos acerca do tema.

Mas voltemos ao âmago da questão. A presunção de inocência e a ampla defesa, garantindo que a prisão de um condenado só ocorra após o trânsito em julgado da sentença, são pilares fixados no nosso ordenamento jurídico pela Constituição Federal. São relevantes garantias para todos os cidadãos. Re-lativizar tais princípios é fragilizar a segurança jurídica e restringir a liberdade assegurada aos brasileiros.

Lembremos que o **Supremo Tribunal Federal (STF)** pacificou, em 2009, o entendimento de que a regra constitucional exigia o trânsito em julgado para a execução de pena. Depois, em 2011, o Congresso aprovou o artigo 283 do CPP. A mudança de entendimento por parte do **STF**, em 2016, jogou por terra a discussão travada até então. Por isso, a OAB propôs, em maio de 2016, a ação declaratória de constitucionalidade (ADC) 44, sustentando que a presunção de inocência é cláusula pétrea na Constituição. Só em novembro de 2019, a ADC 44 e suas correlatas (ADCS 43 e 54) foram a julgamento. Em vitória apertada, por 6 a 5, os ministros decidiram que a pena não deve ser executada após a sentença condenatória confirmada em segunda instância. Ou seja, decidiram que a pena não pode ser antecipada.

Como se vê, o tema já foi amplamente discutido. O momento em que vivemos -marcado pela crise econômico-sanitária- pede sensatez, empenho em garantir segurança jurídica e respeito àquilo que está consagrado na Constituição e ratificado pela instância máxima da Justiça. Que a reforma do CPP prossiga

com todos os direitos e garantias basilares
coerentemente protegidos e que a liberdade seja a
regra até o trânsito em julgado.

A proposta de alterar o artigo 283 do Código de
Processo Penal não é salutar para a sociedade. (...) A
presunção de inocência e a ampla defesa, garantindo
que a prisão de um condenado só ocorra após o trânsito
em julgado da sentença, são pilares fixados no nosso
ordenamento jurídico pela Constituição Federal

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Bruno Boghossian - Encruzilhada evangélica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Bruno Boghossian

Duas semanas antes de formalizar a indicação de seu segundo ministro para o **STF**, Jair Bolsonaro recebeu o diagnóstico de que aquela era uma escolha arriscada. A relação do governo com o Senado andava estremecida, e havia resistências ao nome de André Mendonça até dentro da base aliada. Mesmo assim, o presidente decidiu seguir adiante.

O que se passou depois foram quase 80 dias de humilhação. Articuladores trabalharam por semanas para destravar a votação, Mendonça fez e refez o beija-mão atrás de apoio dos senadores, e aliados chegaram a sugerir que Bolsonaro desistisse de ter um ministro terrivelmente evangélico no tribunal. Mas o presidente viu que é tarde para recuar

O futuro político de Bolsonaro depende em larga medida do eleitor evangélico. O segmento representa 9 dos 24 pontos percentuais que o presidente marca nas pesquisas, neste que é seu pior momento. Sem resultados significativos no governo, ele insiste nessa vitória simbólica para manter o grupo a seu lado.

O caso se aproxima de uma encruzilhada. Na terça (14), o senador Davi Alcolumbre avisou novamente ao governo que não marcaria a sabatina de Mendonça e recomendou que a indicação dele fosse retirada. No dia seguinte, líderes evangélicos disseram a Bolsonaro que não abrem mão do nome. O presidente manteve seu compromisso com o grupo.

Todos os jogadores sabem que Bolsonaro não tem força política para desistir da indicação. Alguns deles, porém, apostam que Mendonça poderia desistir da vaga para conter o vexame. O próprio indicado tem dito a aliados que não cogita esse caminho, ainda que pudesse poupar o presidente de uma quebra de acordo com uma fatia crucial do eleitorado.

Líderes políticos e religiosos insistem em exercer influência na escolha do ministro porque sabem que, sem apoio em massa de evangélicos, Bolsonaro corre perigo de ficar fora do segundo turno em 2022. Se Mendonça fracassar, esses grupos vão batalhar para que o nome alternativo seja tão terrível quanto o original.

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ex-presidentes defendem democracia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marcelo de Moraes

Numa defesa firme da democracia e da liberdade, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e José Sarney pregaram a necessidade de um amplo diálogo entre os Poderes para a superação da crise política no País. Na abertura do debate 'Um Novo Rumo Para o Brasil', organizado pelo MDB, PSDB, DeM e Cidadania, os três reconheceram, entretanto, que muitas vezes os limites constitucionais são ultrapassados pelos próprios Poderes da República.

'Eu percebo, com muita frequência, que as instituições saem do seu quadrado constitucional', disse Temer. 'Eu chamo de quadrado constitucional as competências e as funções que foram dadas pela soberania popular', acrescentou.

O ex-presidente participou na semana passada de uma articulação para garantir a moderação nas ameaças de Jair Bolsonaro contra o **Supremo Tribunal Federal** e alguns de seus ministros. Temer foi responsável pela confecção de uma 'Declaração à Nação', na qual Bolsonaro sinaliza um recuo de seus ataques mais

fortes ao **STF**. Na Corte, porém, o movimento foi visto apenas como um gesto estratégico, sem confiabilidade.

Temer não foi o único a reconhecer os excessos no exercício dos papéis dos Poderes. 'Judicializaram a política e politizaram a Justiça', afirmou Sarney, atribuindo a frase ao ex-presidente do Supremo Nelson Jobim, que fez a exposição de abertura do debate. Na sua apresentação, Jobim demonstrou preocupação com o clima político do País e também com o que definiu como 'disfuncionalidade' das instituições.

'Se querem chamar toda essa disfuncionalidade de crise, precisamos apresentar soluções. Vamos procurar a verdade nos fatos e não em palavras', propôs. E citou o caso específico do que viu ocorrer no **Judiciário**. 'A disfuncionalidade no Poder **Judiciário** foi agravada pela TV Justiça. O que deveria ser um mecanismo de transparência foi apropriado como instrumento de visibilidade individual', lamentou.

Ruptura. A preocupação com um risco de ruptura institucional também foi discutida. Sem citar o nome do presidente Jair Bolsonaro e fazendo forte defesa da democracia, Fernando Henrique Cardoso disse confiar que não haverá rompimento entre as instituições, apesar do clima hostil. 'Acho que a estabilidade não está a perigo no momento. O povo gostou de votar. Dia de eleição é dia de festa no Brasil. Isso entranhou na alma brasileira', afirmou.

E o ex-presidente lembrou da transitoriedade do posto à frente do Planalto. 'Mesmo que um presidente não queira, ele vai passar. Como nós passamos. Porque a consciência nacional não permite que seja diferente. Ser militar ou não, não importa', disse. 'Reitero o que já disse: o fato de estarmos juntos aqui, como uma família, mostra que isso não nos deformou. A liberdade e a democracia são valores maiores para todos nós', disse Fernando Henrique.

Entre os dirigentes partidários que participaram do debate, ficou claro o alinhamento com a defesa da

democracia, mas também com a preocupação em torno de uma agenda que atenda a população em relação ao emprego e combate à inflação, por exemplo.

'Vamos conversar com todos os partidos que defendem a democracia. É triste ter que discutir se há risco de ruptura institucional, quando tantos problemas concretos afligem nosso povo', defendeu ACM Neto, presidente do DEM.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Evangélicos tentam 'salvar' indicação de André Mendonça



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lauriberto Pompeu

Sem defensores empenhados e diante da falta de interlocução do governo com o Senado, o ex-ministro da Justiça e ex-advogado-geral da União André Mendonça conta apenas com o apoio dos evangélicos para se viabilizar como a segunda indicação do presidente Jair Bolsonaro para o **Supremo Tribunal Federal (STF)**. O líder da bancada evangélica, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), procurou ontem o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para tentar destravar a indicação.

'Pacheco vai ajustar a pauta com Alcolumbre. Vai pautar rápido', disse o deputado, em tom otimista, ao citar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). Logo após o encontro com o presidente do Senado, Cezinha e líderes evangélicos foram até o Palácio do Planalto cobrar empenho de Bolsonaro. Em seguida, o próprio Mendonça foi até a sede do Executivo se reunir com o presidente.

Num movimento incomum e que expõe a crise na

articulação política do governo, Alcolumbre tem se recusado a colocar a indicação de Mendonça na pauta desde o dia 13 de julho. Sem a sabatina e a votação na CCJ, o processo não anda na Casa. E ontem, apesar das pressões, avisou que não tem data definida.

Alcolumbre justifica a interlocutores que não há votos para aprovar o nome do ex-ministro da Justiça e sugere ao Planalto que troque Mendonça pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. Mas, nos bastidores, a interpretação é de que o ex-presidente do Senado tem usado essa agenda para 'dar um troco' no governo após ser preterido em indicação para ministérios e ver seu irmão perder a eleição em Macapá com a demora do governo em resolver uma crise energética no Amapá, no fim do ano passado.

O Estadão apurou que, entre ministros do Supremo, o nome do procurador-geral da República também é considerado 'mais robusto' para ocupar uma cadeira na mais alta Corte do País. Integrantes do tribunal têm ainda estranhado a falta de apoio do governo Bolsonaro a Mendonça depois da indicação, o que é bastante incomum.

Em rodas de conversas em Brasília, o presidente da Câmara, Arthur Lira (ProgressistasAL), também já se colocou contra a indicação do ex-advogado geral da União. Nos encontros reservados, Lira costuma dizer que Mendonça seria 'o Fachin de Bolsonaro', numa referência ao ministro Edson Fachin, indicado para a Corte pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e relator da Operação Lava Jato no tribunal.

Além de Aras, nomes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como o presidente da corte, Humberto Martins, e o ministro Luis Felipe Salomão, são mais bem aceitos no meio político do que o de Mendonça.

Bolsonaro optou por Mendonça depois de prometer indicar para uma vaga no Supremo um nome 'terrivelmente evangélico'. Segundo interlocutores do Planalto, o presidente prefere que o Senado faça o

papel de 'derrubar' a indicação. Dessa forma, ele pode dizer que tentou 'pagar a conta', mas, 'politicamente', o nome não se viabilizou. 'O presidente se obrigou a indicar um evangélico. Se quiserem fazer safadeza com o André, isso não desobriga o presidente, vai ter que indicar outro evangélico', disse o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Na reunião com os evangélicos ontem, Bolsonaro teria afirmado que 'não tem plano B'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Cobrança. Ontem, os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Alvaro Dias (Podemos-PR), Esperidião Amin (Progressistas-SC) e Soraya Thronicke (PSL-MS) fizeram um apelo público para que Alcolumbre pautasse a indicação. Como resposta, ouviram do presidente da CCJ que ainda não há previsão para essa agenda. Nenhum dos atuais ministros do Supremo teve de esperar tanto tempo para a sabatina.

'Quais as razões republicanas para que se tenha o maior retardo numa sabatina na história do Senado?', cobrou Vieira. 'Fica registrado seu questionamento', esquivou-se Alcolumbre.

Após as cobranças, os líderes do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), se viram obrigados a pedir a Pacheco uma sinalização de data. O presidente do Senado respondeu, contudo, que não pode interferir numa decisão de Alcolumbre.

Mendonça tem apoio declarado do PSD e PL. O placar do Estadão mostrou que 25 senadores se dizem favoráveis à indicação. Ele precisa de 41 votos.

Agenda '(Rodrigo) Pacheco vai ajustar a pauta com (Davi) Alcolumbre.

Vai pautar rápido.'

Cezinha de Madureira (PSD-SP) DEPUTADO E LÍDER
DA BANCADA EVANGÉLICA, SOBRE A SABATINA DE
ANDRÉ MENDONÇA NO SENADO

Julgamento do marco temporal é suspenso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Wesley Galzo / Ravyssa Motta

O ministro do **Supremo Tribunal Federal** Alexandre de Moraes pediu ontem a suspensão do julgamento sobre a tese de marco temporal para demarcação das terras indígenas por tempo indeterminado. O placar está empatado.

O marco temporal funciona como um referencial para contestações na Justiça ao sugerir que uma terra só pode ser demarcada se ficar comprovado que os indígenas estavam no território na data da promulgação da Constituição, ou seja, em 5 de outubro de 1988.

O Supremo já dedicou seis sessões consecutivas exclusivas ao marco temporal. Ao pedir a suspensão do julgamento, Moraes justificou que o voto do ministro Kassio Nunes Marques, divergente do entendimento do relator, Edson Fachin, abriu margem para interpretações que precisam ser analisadas de forma criteriosa.

Antes da interrupção, Nunes Marques votou a favor do marco temporal. Ele disse que o entendimento tem sido reiterado pela Corte nos últimos anos e que sua

derrubada favoreceria conflitos fundiários. 'A revisão da jurisprudência deste tribunal representaria grave risco à segurança jurídica', afirmou.

Indicado para o cargo pelo presidente Jair Bolsonaro, Nunes Marques adotou posicionamento semelhante ao da Advocacia-Geral da União (AGU). A pasta também argumentou que a falta de uma data para estabelecer as demarcações pode gerar insegurança jurídica e 'atentar contra a paz social'.

'Insegurança'. Nunes Marques disse ainda que o reconhecimento de pedidos de posse posteriores à data de promulgação da Constituição 'implicaria o direito de expandi-las ilimitadamente para novas áreas já definitivamente incorporadas ao mercado imobiliário'. 'A propriedade privada é elemento fundamental das sociedades capitalistas, como é a brasileira atual. A insegurança sobre esse direito é sempre causa de grande desassossego e de retração de investimentos.'

Além de Nunes Marques, apenas Fachin votou - ele se manifestou contra a tese na semana passada por risco de 'progressivo etnocídio'. O procurador-geral da República, Augusto Aras, também foi contra o marco temporal. Ele lembrou que a Constituição registrou a importância do reconhecimento dos indígenas como os primeiros ocupantes das terras e que o status garantido constitucionalmente a eles dispensa a necessidade da demarcação - que, em sua avaliação, funciona mais como um instrumento jurídico para facilitar a reivindicação das terras.

A interrupção do julgamento frustrou milhares de indígenas que aguardam uma decisão grupos montaram acampamentos em Brasília para acompanhar a análise do caso pelo **STF**.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Pérsio critica a constante expansão da Constituição'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: STEPHANIE TONDO

Um dos idealizadores do Plano Real, o economista Pérsio Arida acredita que, entre as diversas reformas necessárias no país está também uma atualização da Constituição. Para ele, as políticas econômicas deveriam ser implementadas por leis complementares, e não por emendas constitucionais.

A Constituição brasileira é como o Universo, está em constante expansão. Chegamos ao absurdo de ter que aprovar na Constituição um auxílio emergencial para os mais pobres na pandemia disse ele ontem, durante um webinar realizado pelo Meio e pelo portal Jota.

Segundo o economista, isso acontece porque apesar de a Constituição ter nascido como parte de um pacto social em defesa dos direitos fundamentais e da democracia, houve também diversos lobbies na ocasião que mantiveram o que Arida caracteriza como 'privilégios' e efeitos anacrônicos no texto.

Além disso, diz ele, muitas mudanças que poderiam ser questionadas no **Supremo Tribunal Federal (STF)**

acabam sendo incluídas na Constituição para evitar que isso ocorra. Para resolver o problema, o economista sugere uma emenda transferindo as políticas econômicas para leis complementares: - Precisamos desconstitucionalizar para dar mais velocidade. Ninguém está falando de mudar princípios, mas de tirar as amarras de políticas econômicas da Constituição.

Segundo ele, também é preciso atualizar as prioridades da Constituição, incluindo temas como o meio ambiente, educação tecnológica e rede de proteção social, que estão presentes no documento, mas ganharam uma importância maior atualmente.

O economista destacou a importância das reformas tributária e administrativa e disse que para haver reformas, é preciso um presidente da República que, de fato, queira reformar: - A primeira iniciativa é nós conseguirmos eleger como presidente da República alguém que de fato queira reformar o Estado e que tenha clareza quanto à importância de reformar o Estado.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

O segredo da pax bolsonariana



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MALU GASPAR

A bolha digital brasileira se impressionou como fato de a pax bolsonariana ter sido celebrada num jantar com alguns dos mais icônicos exemplares da elite nacional. O vídeo que viralizou nas redes sociais, no dia seguinte, mostrava uma confraternização de personagens como Naji Nahas, Gilberto Kassab e, claro, Michel Temer, vindos diretamente de outros enredos da nossa história para dar o fecho talvez mais insólito, e ao mesmo tempo mais representativo, à crise provocada pelos atos golpistas de Jair Bolsonaro no dia 7 de setembro.

Não deveria haver motivo para espanto. Em torno daquela mesa paulistana, rica, branca e masculina, estavam figuras que se envolveram em algumas das principais crises políticas da Nova República, tanto para fomentá-las como para desfazê-las. Dada a escassez de solucionadores de problemas nesta quadra recente, não chega a ser surpreendente que se precisasse recorrer a uma raposa política como Michel Temer para desatar o nó de 7 de setembro.

O que espantou foi a rapidez com que Temer fez

Bolsonaro ir do pré-golpe ao quase absoluto silêncio em 48 horas. E, apesar das inúmeras entrevistas que já deu sobre o episódio, o ex-presidente ainda não respondeu, afinal, o que de fato se acertou entre ele, Bolsonaro e o ministro do **Supremo Tribunal Federal** Alexandre de Moraes entre os dias 8 e 9 de setembro.

Está claro é que, agora, Temer, Bolsonaro e Moraes compartilham um segredo. E que esse segredo é capaz de fazer Bolsonaro se calar, tanto a respeito das imitações e piadas sobre ele no jantar, como também sobre a confraternização de Temer com alguns de seus desafetos, como o próprio Kassab e o suplente de Flávio Bolsonaro, Paulo Marinho, que rompeu com o presidente da República logo depois da eleição.

Pelo nível de tensão não só no entorno de Bolsonaro, como também no de Moraes naqueles dias, é possível que se estivesse chegando a um ponto em que não só o presidente da República, mas também o ministro, tivessem mais a perder com o avanço da crise do que com um recuo. Não esqueçamos que o amigo de décadas de Michel Temer não é Bolsonaro, e sim Moraes, ex-ministro da Justiça de seu governo, nomeado por ele para a vaga no Supremo. E que Temer entrou em ação como aval do ministro, o que indica que também ele tinha interesse numa pacificação. Amigos de Moraes têm dito, em conversas privadas, que ele não queria mais ser hostilizado nas ruas pelo inquérito das fake news e temia pela própria segurança, mas ninguém garante que não tenha havido mais elementos a influir na formação dessa trégua.

Independentemente do que venha a se revelar, a pax bolsonariana (ou seria pax temerista?) produziu um novo equilíbrio de forças, em que o entorno do ex-presidente e a ala do Supremo representada por Moraes adquiriram papel fundamental. A partir de agora, Temer entra para o rol de credores de Bolsonaro. Não deixa de ser simbólico que o ex-presidente -logo ele - tenha repetido várias vezes à mesa de jantar que um impeachment não faria bem ao país. Temer sabe mais do que ninguém que um governo fraco faz a alegria de

muita gente em Brasília. E sabe, também, que talvez não seja agora o momento de jogar Bolsonaro às cobras, uma vez que ainda restam poucos meses para o início da campanha eleitoral.

Além disso, um impeachment tem custo não só para quem perde o cargo, mas também para todo o ecossistema parasitário da lógica política reinante. No momento em que os dois principais candidatos à Presidência em 2022 trabalham para manter essa lógica funcionando até o final, talvez seja mais adequado ver a articulação de Temer como uma espécie de coringa, que tanto serve a Bolsonaro como a seu principal oponente, Lula. Não são poucos os participantes do convescote paulista que poderão estar num palanque petista em 2022, se for esse o movimento mais conveniente.

Daí por que fica difícil ver o espanto de algumas correntes com as cenas registradas em São Paulo sem uma ponta de incredulidade ou cinismo. A pacificação promovida por Temer serve a muita gente, não só a Bolsonaro. Por essa régua, as risadas em torno das imitações de André Marinho talvez tenham sido as mais ingênuas da noite.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Mesmo com decisão do STF, Cunha ainda está inelegível



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: CAMILA ZARUR

Com a decisão do **Supremo Tribunal Federal (STF)** de mandar para a Justiça Eleitoral a acusação da Operação Lava Jato contra o ex-deputado federal Eduardo Cunha, o ex-presidente da Câmara teve sua condenação em segunda instância anulada. O veredito da Corte abriu caminho para que ele se aproxime de seu objetivo de se candidatar à Casa nas eleições de 2022. Com a anulação, Cunha agora tem duas condenações em primeira instância e não está mais enquadrado na Lei da Ficha Limpa. Mas, continua inelegível por ter perdido seus direitos políticos ao ser cassado em 2016.

Nos últimos meses, desde que teve sua prisão domiciliar revogada, o ex-deputado tem trabalhado para conseguir voltar à cena política. Os esforços incluem encontros frequentes com advogados afim de recuperar seus direitos políticos e poder se candidatar a uma vaga na Câmara por São Paulo. A decisão do **STF** é um resultado positivo desses esforços.

O julgamento do **STF** de anteontem era referente à

condenação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que penalizou Cunha a 4 anos e 6 meses de prisão. Ao ordenar que o caso vá para Justiça Eleitoral, a Corte acolheu a tese da defesa de que o ex-juiz Sergio Moro não tinha competência para julgar o ex-deputado. Isso porque entre as denúncias de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, havia também a acusação de crime eleitoral, o que obrigava o caso a ser transferido para a Justiça Eleitoral.

A estratégia da defesa do ex-presidente da Câmara é alegar que Moro foi suspeito ao julgar Cunha e manipulou o processo. A tática se assemelha a do ex-presidente Lula, que recuperou seus direitos políticos este ano após o **STF** anular suas condenações e, depois, julgar a suspeição do ex-juiz nos casos envolvendo o petista. Porém, há uma grande diferença entre o caso de Lula e o de Cunha: o petista era inelegível por ter condenação em segunda instância, enquanto Cunha também perdeu seus direitos políticos ao ser cassado. Para reverter o cenário, Cunha se baseia nos casos dos ex-senadores Demóstenes Torres e Delcídio do Amaral, que também foram cassados, mas conseguiram anular suas condenações na Justiça.

- Estamos questionando em várias ações ainda sem decisão. Mas existem precedentes como a situação de Demóstenes e Delcídio. Haverá tempo ainda para decidir isso. As teses estão sendo colocadas em ações próprias e não tenho mais detalhes no momento para passar - disse Cunha, que tem ainda duas condenações em primeira instância.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Evangélicos e senadores pressionam por sabatina ao STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: EVANDRO ÉBOLI

Após quase dois meses de espera para que a indicação de André Mendonça ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** seja analisada no Senado, lideranças evangélicas e integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa pressionaram ontem pela marcação da sabatina. Pastores que representam algumas das principais denominações do país, como Silas Malafaia, reuniram-se como o presidente Jair Bolsonaro para cobrar maior empenho tanto dele quanto do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEMMG), para resolver o impasse. Em sessão da CCJ, senadores questionaram a demora do presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), em sabatarinar Mendonça. Contrário à indicação do exadvogado-geral da União, Alcolumbre vem evitando agendar a sabatina, gerando um tempo de espera recorde se comparado ao prazo de apreciação dos atuais ministros da Corte, que nunca ultrapassou um mês na CCJ. Líderes evangélicos saíram da reunião com Bolsonaro com a garantia de que não há outro nome cogitado para a vaga de Marco Aurélio Mello, que se aposentou do **STF** em julho.

- O presidente garantiu aos líderes evangélicos que o candidato dele é o André Mendonça, que não tem segunda opção. E que se alguém pensa que desestabilizando o André vai conseguir outro nome. . . Ele (Bolsonaro) tem compromisso assumido antes de ser presidente. Não vai ter outro a não ser um terrivelmente evangélico - disse Malafaia. **RESPOSTAS PROTOCOLARES** O próprio Mendonça participou da conversa, que reuniu também pastores, senadores e deputados ligados à bancada evangélica. Esse mesmo grupo havia se reunido horas antes com Pacheco, que, de acordo com o líder da bancada, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), comprometeu-se a cobrar de Alcolumbre que pautasse a sabatina na CCJ. Segundo participantes da reunião, Pacheco teria até ligado para Bolsonaro reafirmando o compromisso.

- Pacheco nos garantiu que irá falar com o Alcolumbre para, no máximo, até semana que vem pautar a sabatina -disse Cezinha.

No entanto, conforme informou a colunista do GLOBO Bela Megale, Pacheco reiterou que falará com Alcolumbre, mas que a decisão de marcar a sabatina cabe apenas ao presidente da CCJ.

Por ser o presidente da CCJ, cabe a Alcolumbre agendar a sabatina, que não tem prazo delimitado para ocorrer. Nos bastidores, o senador defendeu o nome do atual procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, para a vaga no **STF** em vez de Mendonça.

Ao ser cobrado por senadores de diferentes partidos na sessão de ontem da CCJ, Alcolumbre deu respostas protocolares de que havia 'registrado' as manifestações, mas disse que 'ainda não há uma data definida para a sabatina do indicado'.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que tem criticado o governo federal na CPI da Covid, questionou a Alcolumbre as 'razões republicanas' para o atraso e lembrou que cabe ao Senado apreciar a indicação do presidente da República. O pedido para a marcação da

sabatina foi reforçado por Carlos Portinho (PL-RJ), cujo partido integra a base do governo.

- Sei que Vossa Excelência saberá conduzir da melhor maneira, mas peço que conduza como espírito dessa comissão e da união de todos os senadores -disse Portinho.

O senador Álvaro Dias (Podemos-PR) destacou que o impasse entre Alcolumbre e Mendonça pode gerar problemas em decisões no **STF**. Como só há dez ministros na Corte, é possível que julgamentos terminem empatados em 5 a 5, atrasando as decisões.

- Não podemos ser responsabilizados por um eventual empate no Supremo em determinadas circunstâncias. Acho que (a sabatina) é do nosso dever, independentemente da posição de cada um - afirmou.

Espera recorde. André Mendonça: demora para nome indicado ao **STF** ser apreciado pelo Senado já chega a dois meses

'O presidente garantiu que o candidato dele é o Mendonça, não tem segunda opção. Ele tem compromisso assumido' Silas Malafaia, líder evangélico

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Atos da oposição superaram engajamento de bolsonaristas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: PÂMELA DIAS

Manifestações organizadas por grupos da esquerda no último dia 29 de maio contra o governo de Jair Bolsonaro geraram maior volume de interações no Twitter do que todos os atos bolsonaristas de rua neste ano, inclusive o protesto antidemocrático no feriado de 7 de Setembro. Levantamento realizado pelo sistema analítico Bites a pedido do GLOBO mostra que o t29MForaBolsonaro registrou cerca de 1,7 milhão de tuítes com críticas à gestão federal, contra 1,2 milhão de postagens em apoio ao Planalto no ato da semana passada.

Fora das redes, o movimento da oposição em maio registrou manifestações pacíficas em todos os estados e no Distrito Federal, com estimativa de dezenas de milhares de pessoas nas ruas. Segundo o levantamento, a oposição também obteve maior engajamento virtual no Dia da Independência, com 1,5 milhão de tuítes apoiando manifestações contrárias ao governo no mesmo dia em que bolsonaristas foram às ruas. Entre as dez postagens mais replicadas na rede nesta data, seis faziam críticas ao governo.

A diretora da consultoria Bites, Fabiana Parajara, pondera que, apesar de a oposição ter superado apoiadores do governo no Twitter, houve participação extensa nas ruas em atos bolsonaristas no 7 de Setembro.

-E sempre preciso olhar sob duas perspectivas: digital e nas ruas. No campo das redes sociais, o bolsonarismo não teve um bom desempenho no Twitter, o que é uma perda significativa, uma vez que essa rede social serve de vitrine para as demais - explica Parajara.

O engajamento virtual do bolsonarismo durante atos de rua também é inferior neste ano em comparação à manifestação denominada 'Bolsonaro Day', em 15 de março de 2020, já em meio à pandemia da Covid-19. À época, apoiadores do presidente desrespeitaram pedidos para adiamento dos atos, ignorando questões sanitárias, e registraram cerca de dois milhões de menções no Twitter, em um ato com ataques ao Congresso e ao **Judiciário**. Pesquisadores da UFRJ e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSP) identificaram indícios de contas automatizadas e robôs em 55% de uma amostra de 1,2 milhão de posts com a hashtag da manifestação.

TERCEIRA VIA 'MINGUADA'

O levantamento da Bites aponta ainda que, embora atos da oposição realizados depois de maio tenham perdido fôlego nas redes - em que pese terem atraído mais manifestantes às ruas -, ainda assim superaram o engajamento virtual de motociatas e carreatas bolsonaristas neste ano, anteriores ao protesto de 7 de setembro.

Em comparação a manifestações da esquerda e do bolsonarismo, os atos do último domingo convocados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Livres, reunindo partidos como PSDB, PDT, Cidadania e DEM, tiveram menor força nas redes. Segundo o levantamento, houve 121 mil publicações no Twitter. A

hashtag que anunciava a ida do presidenciável do PDT, **Ciro Gomes**, à manifestação em São Paulo somou 42, 9 mil citações.

'O que se viu no dia 12 foi o retrato da polarização nacional, com os polos fortes e um centro minguado', aponta a análise da consultoria.

REPERCUSSÃO NO TWITTER DAS
MANIFESTAÇÕES BOLSONARISTAS E DA
OPOSIÇÃO EM 2021

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Ex-presidentes descartam ruptura e golpe

Autor: Cristiane Agostine De São Paulo

Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Michel Temer (MDB) e José Sarney (MDB) descartaram ontem a possibilidade de ruptura democrática e o risco de um golpe de Estado dado pelo presidente Jair Bolsonaro. Em discursos alinhados, os três ex-presidentes deixaram de lado também a possibilidade de impeachment de Bolsonaro e defenderam o 'diálogo' para pacificar as sucessivas crises políticas enfrentadas pelo país como o atual presidente.

O tom de pacificação de FHC, Temer e Sarney destoou das declarações feitas por Bolsonaro na semana passada, no 7 de setembro, quando o presidente fez ameaças à democracia, ao **Supremo Tribunal Federal** e disse que só sairá do cargo 'preso ou morto'. Mas estava em sintonia com o pedido de 'entendimento' redigido por Temer em uma carta, divulgada por Bolsonaro no dia 9, dois dias depois das declarações inflamadas.

Ao participarem de um debate sobre crise institucional e democracia, com a presença dos presidentes do PSDB, DEM, MDB e Cidadania e dos ex-ministros Nelson Jobim e Moreira Franco, os três ex-presidentes defenderam a resolução da crise por meio das conversas e das próximas eleições.

Fernando Henrique disse que a 'situação é de relativa tranquilidade' apesar das declarações de Bolsonaro. 'Os que viveram mais tempo temos experiência no passado. E sabemos que quando a situação está difícil, é muito diferente do que acontece hoje', afirmou. O ex-presidente ponderou que a estabilidade política 'nunca está garantida' e disse que é preciso que políticos influentes ajudem a reafirmar a 'crença democrática'. 'Agora não creio que [a estabilidade democrática] está a perigo neste momento. E não está a perigo porque o povo gostou de votar', disse.

'Não há tanto risco à democracia. Disse 'tanto' de propósito, porque sempre necessário reavivar

necessidade de conversar. Mesmo que um presidente não queria, não se importe, ele vai passar, como todos passam. À consciência nacional nos leva à necessidade do diálogo. É assim que vais e construindo a democracia', reforçou o tucano.

Michel Temer, que foi chamado por Bolsonaro a Brasília para ajudá-lo a minimizar o embate com o **STF**, disse o país tem 'aparentemente crises e mais crises, nos mais variados momentos', mas minimizou o problema.

'Basta que ajamos no sentido de pacificar o país e fazer o relacionamento adequado entre os Poderes, e darmos ao povo esta visão de que todos estamos trabalhando pela paz interna do país. '

Na mesma linha, Sarney defendeu a 'pacificação', a resolução dos problemas pelo 'diálogo' e pregou a adoção do parlamentarismo como forma de o país superar as crises políticas.

Em nenhum momento os três ex-presidentes falaram sobre a possibilidade de um golpe de Bolsonaro. Nem mencionaram o impeachment do presidente.

O tema de um eventual afastamento de Bolsonaro também passou ao largo dos discursos do presidente do DEM, ACM Neto, do PSDB, Bruno Araújo, e do MDB, Baleia Rossi. Apenas o presidente do Cidadania, Roberto Freire, criticou de forma enfática o presidente e citou o impeachment. 'Temos graves problemas e não são por disfuncionalidades das instituições. Temos um disfuncional na Presidência', afirmou Freire.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Supremo nega inclusão de contador em execução fiscal

Autor: Joice Bacelo

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** decidiu, por unanimidade de votos, que os contadores não podem ser incluídos nas execuções fiscais movidas contra os seus clientes. O julgamento sobre esse tema se estendia desde o dia 3 e vinha causando tensão no meio jurídico. Decisão em sentido contrário poderia abrir caminho para que outros profissionais fossem afetados - auditores, economistas e a própria advocacia, por exemplo.

O impacto financeiro seria enorme. Se permitida a inclusão nos autos de infração, na condição de responsável solidário, o profissional ficaria obrigado a arcar com a dívida caso o seu cliente deixasse de pagar o que deve ao Fisco.

Esse julgamento ocorreu no Plenário Virtual da Corte. Os ministros analisaram o tema por meio de uma ação envolvendo o Estado de Goiás (ADI 6284).

O Código Tributário Estadual foi alterado no ano de 2011 e, desde então, permitia a inclusão do contador nos autos de infração dos clientes. A regra valia para os casos em que houvesse dolo ou fraude.

Só que, na prática, afirmam advogados, essa especificidade não vinha sendo observada. A fiscalização incluía os contadores de forma automática - sem apurar nem demonstrar que o profissional agiu com a intenção de infringir a lei e que se beneficiou pessoalmente daquele ato.

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de Goiás, os primeiros anos de vigência da lei foram os mais difíceis para a categoria. Os casos que chegavam no Conselho Administrativo Tributário do Estado e no **Judiciário** eram validados mesmo sem a observação na lei de que a solidariedade só seria possível com a demonstração do dolo.

Um único profissional, diz a entidade, foi incluído em um

auto de infração de mais de R\$ 100 milhões. Há registros, além disso, de contadores que tiveram veículos penhorados e contas bloqueadas por causa das dívidas dos clientes.

A partir de 2018, depois de forte atuação da categoria junto aos Julgadores, a jurisprudência começou a virar. Hoje praticamente todos os casos que chegam para julgamento têm decisão favorável aos contadores.

Agora, com o posicionamento do **STF**, a jurisprudência se consolida. A tendência é de que os juízes considerem a inconstitucionalidade da lei e os casos nem sigam adiante.

A advogada Eléia Alvim, presidente da Comissão de Direito Tributário da seccional de Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil (OABGO), chama a atenção que, no Conselho Administrativo Tributário, esses casos sequer poderão ser analisados a partir de agora. 'É automático. Consta no Código de Defesa do Contribuinte de Goiás', afirma.

O relator do caso, no **STF**, é o ministro Luís Roberto Barroso. Ele afirmou, ao proferir o voto, que as hipóteses de responsabilidade de terceiros constam no Código Tributário Nacional (CTN) e que o Estado não poderia, por meio de uma legislação própria, ampliar esse rol.

'Essa regra [de Goiás] avança ao dispor diversamente sobre (1) quem pode ser o responsável tributário e (2) em quais circunstâncias pode ser o responsável tributário', disse.

O entendimento de Barroso foi acompanhado integralmente pelos demais ministros da Corte. Eles fixaram a tese de que 'é inconstitucional lei estadual que disciplina a responsabilidade de terceiros por infrações de forma diversa das regras gerais estabelecidas no CTN'.

Afixação da tese, dizem advogados, serve como recado

para outros Estados que tenham leis semelhantes. Além disso, afirmam, deve desestimular a edição de novas regras nesse mesmo sentido.

O caso envolvendo o Estado de Goiás chegou ao Supremo por meio de uma ação movida pelo Partido Progressista (PP). O pedido era para que os ministros invalidassem o trecho do Código Tributário Estadual que permite responsabilizar o contador - tal qual foi feito. Trata-se do inciso XII-A, parágrafo 2º, do artigo 45 da Lei nº 11.651, de 1991, com redação dada pela Lei nº 17.519, de 2011.

O Estado de Goiás ainda pode apresentar embargos de declaração contra a decisão. Esse recurso, no entanto, não serve para reverter o mérito. É usado somente para esclarecimentos de pontos obscuros ou omissos da decisão. A Procuradoria-Geral do Estado foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

Luís Roberto Barroso: hipóteses de responsabilidade de terceiros constam no CTN

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Maia retira proposta de redução de salário e jornada

De Brasília

O relator da reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA), retirou da proposta de emenda constitucional (PEC) a possibilidade de redução dos salários dos servidores em 25%, com diminuição proporcional da jornada de trabalho, e limitou a ampliação dos contratos temporários dos servidores públicos.

As mudanças, antecipadas pelo Valor PRO, constariam do novo parecer, que ainda não tinha sido divulgado até o fechamento desta edição. A intenção do governo é que o projeto seja votado hoje na comissão especial e, na próxima semana, pelo plenário.

No parecer divulgado há duas semanas, Maia estabeleceu que os contratos temporários não seriam mais exceção e que as únicas carreiras em que o vínculo com a administração pública seria obrigatoriamente permanente, com ingresso mediante concurso público, seriam as exclusivas de Estado, como policiais, diplomacia, fiscalização e administração tributária.

No novo parecer, Maia definirá que os contratos temporários serão permitidos, mas em situações excepcionais e transitórias, segundo apurou o Valor. Dessa forma, um prefeito não poderia montar escolas inteiras com professores temporários, mas fazer contratações pontuais. 'Fizemos claras restrições. Não pode ser contratação em caráter permanente', disse o relator.

O prazo de vínculo dos temporários com a administração pública seria mantido, no parecer, em dez anos, mas o relator afirmou que 'não se opõe' à redução para seis anos. Nos bastidores, a manutenção foi vista por governistas como uma 'gordura' para a hora das negociações. O prazo de dez anos foi considerado muito grande por parlamentares para um servidor contratado por 'processo seletivo simplificado', que será regulamentado por leis municipais, estaduais e federal.

Outra mudança é em relação ao corte de salários e jornada. O parecer permitia que os servidores que ingressarem na administração pública após a entrada em vigor da PEC tivessem o salário cortado para redução de gastos e, para os atuais, seria opcional. À medida acabou excluída por resistência entre os partidos.

O parecer também terá uma série de mudanças por pressão da 'bancada da bala' e para atender a demanda do governo Bolsonaro para conceder tratamento diferenciado aos policiais. A principal será dar integralidade e paridade para as aposentadorias dos policiais civis e federais que entraram na carreira até a data da reforma da Previdência. Na época, a manutenção desses benefícios ficou condicionada a uma decisão judicial que ainda não ocorreu. Com a mudança, esses policiais terão, na aposentadoria, os mesmos reajustes e salários daqueles em atividade.

Além disso, a Polícia Federal passará de órgão de segurança pública para órgão jurisdicional, de apoio ao **Judiciário**, o que ocorrerá com um remanejamento no artigo que trata da corporação na Constituição. Já a pressão dos guardas municipais para serem tratados como força de segurança pública, e não meramente de proteção patrimonial, não foi acatada pelo relator - há emendas disso do PL e PSC.

Maia também detalhará, no parecer, quais carreiras policiais são exclusivas de Estado e, portanto, não poderão ter contratos temporários - ou seja, serão sempre servidores com vínculo efetivo com a administração pública. As emendas para contemplar a bancada da bala foram negociadas ao longo do dia de ontem e levaram ao atraso na divulgação do novo parecer, que ainda era ajustado na noite de ontem.

Hoje, Maia fará a leitura do parecer e será concedido prazo de 30 minutos para os partidos decidirem as emendas que serão feitas ao texto. A comissão, então, votará a reforma administrativa. No colegiado basta

maioria simples para aprovar o texto, mas, no plenário, é preciso o voto favorável de 308 dos 513 deputados. Servidores tentaram entrar na comissão para acompanhar as discussões, mas foram proibidos e protestaram contra a PEC no corredor. (RDC)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Evangélicos pressionam por sabatina de Mendonça

Autor: Fabio Murakawa, Renan Truffi e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Líderes evangélicos fizeram ontem uma peregrinação por Brasília para pressionar pela realização da sabatina do ex-ministro da Justiça André Mendonça na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Ele foi indicado em julho por Bolsonaro para ocupar uma cadeira no **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Mas o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tem se recusado a marcar a oitiva, diante do forte rechaço ao candidato entre os senadores.

Um grupo de pastores, bispos e apóstolos se reuniu no início da tarde com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Em seguida, estiveram com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto. Mendonça participou desse último encontro, a convite do presidente.

Segundo relatos, os religiosos arrancaram de Pacheco a promessa de que conversará com Alcolumbre para que marque a sabatina. Ontem, o senador sinalizou a interlocutores que pretende realizá-la até outubro.

No Planalto, os evangélicos ouviram de Bolsonaro que ele não retirará a indicação de Mendonça e que não tem um plano B. Na reunião, Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho do presidente, se comprometeu a defender a indicação do ex-ministro na tribuna do Senado, algo que ainda não havia feito. Assim como ele, outros senadores evangélicos, como Vanderlan Cardoso (PSD-GO) e Carlos Viana (PSD-MG), também presentes, passarão a defender Mendonça de maneira pública e enfática.

'O presidente da República teve uma reunião com líderes evangélicos para reafirmar que o candidato dele é André Mendonça, que não tem nenhuma segunda opção. É o André. E que, se alguém pensa que desestabilizando o André vai conseguir um outro nome, ele [Bolsonaro] tem um compromisso assumido antes de ser presidente', afirmou o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, a jornalistas no Planalto.

A fala de Malafaia reflete o pensamento dos líderes evangélicos de que o presidente da CCJ está retaliando o governo. O motivo seriam compromissos descumpridos pelo Planalto relacionados a emendas parlamentares negociadas por ele com outros senadores, alguns de fora da base do governo.

'O Davi está dificultando as coisas para retaliar o governo, por demandas não atendidas. Mas o segmento não tem nada a ver com isso. É um movimento equivocado', afirmou uma importante liderança evangélica, sob a condição de anonimato.

Malafaia disse acreditar que Alcolumbre pautará a sabatina de Mendonça na CCJ 'daqui a uma semana, quatro dias, cinco dias'. Mas admitiu que 'não tem prazo definido' quanto isso.

Outras fontes relataram ao Valor que Pacheco reconheceu as dificuldades para o agendamento da sabatina e que 'vê com bons olhos' a quantidade de lideranças e senadores que vem cobrando uma solução para o impasse.

Segundo interlocutores do presidente do Senado, ele assegurou que a Casa não tem nada contra Mendonça. Mas não indicou que interferirá no andamento da indicação por avaliar que a CCJ tem autonomia.

Ao Valor, o bispo Robson Rodovalho, da igreja Sara Nossa Terra, se disse otimista quanto às chances de aprovação de Mendonça: 'Acreditamos q ele tenha votos suficientes na CCJ e no plenário'.

A indicação de Mendonça parte de uma promessa de campanha de Bolsonaro, que afirmou que indicaria um ministro 'terrivelmente evangélico' para ocupar uma cadeira no **STF**.

Entretanto, no Senado há dúvidas quanto às possibilidades de aprovação do ex-ministro para a cadeira deixada por Marco Aurélio Mello em julho.

O rechaço ao seu nome cresceu no ano passado, quando ele era ministro da Justiça e Segurança Pública. À época, a pasta criou um dossiê sobre funcionários públicos identificados como antifascistas.

Mendonça alegou desconhecer que o documento estava sendo elaborado.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

'Guerra política perturba economia', afirma ministro

Autor: Marsílea Gombata

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a falar sobre a necessidade de conter o 'barulho político' para melhorar o quadro econômico. 'Temos de reduzir alíquotas de importação, conseguir tranquilidade no front político [para baixar inflação]. Já deveria [estar baixando], porque estamos com superávit comercial muito forte e fundamentos consolidados', disse. 'Essa guerra política perturba o funcionamento da economia. '

Guedes reafirmou que o 'barulho político' pressiona a taxa de câmbio e eleva a inflação. Segundo ele, a cotação da moeda americana já poderia ter baixado, mas o 'barulho político está muito grande'.

As afirmações foram feitas ao programa 'Pingos nos Is' da rádio Jovem Pan, na noite de ontem, em resposta ao questionamento sobre a inflação. Guedes afirmou que 'a meta é que no fim do ano que vem ela [a inflação] esteja por volta de 4%'.

O ministro voltou a dizer que a economia brasileira 'está decolando de novo' com a vacinação em massa, mas reclamou de 'narrativas do negativismo' que, segundo ele, trocam de eixo.

'Quando se vacina em massa, falam que a inflação subiu. Eu reconheço que a inflação está subindo. Mas quando a economia estava se recuperando, ninguém falava, falavam da vacina', disse. 'Brasil está recebendo investimentos estrangeiros, retomando crescimento econômico, essa é a verdade. '

Questionado se o governo ainda espera uma recuperação da economia em forma de V, o ministro disse que essa retomada acelerada já aconteceu.

'A volta em V já aconteceu', disse ao rebater críticas de 'negacionistas dos fundamentos econômicos' que previam relação dívida/

PIB em 100%, quando deve terminar o ano em cerca de

80%, 'Volta em V não é taxa de crescimento continuar crescendo, é uma economia que estava no fundo do poço voltar. Nunca falei que a taxa de crescimento já continuar em V'

Na entrevista ainda, Guedes comparou os precatórios a um 'meteoro' e disse que o novo programa Bolsa Família poderia ser maior se não fosse a dívida de US\$ 90 bilhões da União com precatórios, com vencimento em 2022.

'De repente vieram R\$ 90 bilhões [de precatórios], R\$ 40 bilhões acima do previsto. E quando você vai ver, são meteoros emitidos em 2002', disse Guedes.

Guedes afirmou que há inconsistência jurídica com os precatórios, já que pagá-los extrapolará o teto de gastos. 'O teto foi criado para não deixar o governo exorbitar, daí recebo uma ordem de fora dizendo 'gaste demais', disse.

O ministro argumentou que o pagamento dos precatórios ameaça a concretização do novo Bolsa Família, que se chamará Auxílio Brasil. 'O Bolsa Família podia passar de R\$ 300 para R\$ 600 [se não fossem os precatórios]', afirmou. 'Queremos um Bolsa Família moderado, mas nem isso será possível se não encontrarmos respaldo do

Judiciário e do Legislativo. " Ele reafirmou a disposição do governo em pagar precatórios abaixo de R\$ 66 mil, mas o que chamou de 'superprecatórios' terão de esperar.

'Temos de pagar os pequenos precatórios, mas não o do governo da Bahia, por exemplo, que está há quase vinte anos esperando e de repente tenho que pagar tudo neste ano, a ponto de não mandar um Bolsa Família', afirmou. 'Amanhã vamos fazer um auxílio emergencial [que deixe o gasto] fora do teto. Vamos acabar com o teto, então' A dívida da União com a Bahia em precatórios é de mais de R\$ 8,7 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Pena maior por ser mãe



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Joana Suarez

Inscreva-se grátis em nossa newsletter

Assinar newsletter

Compartilhe

(Colaborou Pedro Miranda) - Antes de entrarem na sala da audiência, a defensora pública da união avisou a Sandra*, 34 anos, que a juíza encarregada do caso era das mais rígidas, gostava de dar prisão e, por isso, seria melhor ela falar o mínimo possível, limitando-se a responder às perguntas. A acusada, mãe de sete filhos, não achou justo. Tudo que a magistrada apontava, Sandra devolvia uma resposta sincera.

- Eu estou falando com uma excelência, eu sei, mas tenho que me defender também. A senhora não sabe o que é você ter um filho, ele quer uma coisa e você não poder dar.

- Você acha que essa foi uma forma de ajudar seu filho?

- Foi. Era um dinheiro rápido. E agora a senhora está aqui para me dar cadeia, e eu não posso fazer nada.

- Em nenhum momento, você pensou no seu filho.

- É por ele que eu estou aqui na sua frente. Sabe porque a senhora está falando assim? Eu tenho que lhe respeitar, mas a senhora não sabe as condições de quem não senta numa cadeira dessa igual a sua. A senhora tem estudo, tem posição. Para nós, que vivemos lá fora, no mundo, não existe isso, até conseguir um emprego é difícil.

Leu essa? Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia

A audiência de instrução e julgamento foi em 2016. Três anos depois, Sandra ainda narrava esse dia em detalhes. 'Eu quase desmaiei quando vi que a juíza me deu 12 anos de cadeia', lembrou, em sua primeira entrevista à reportagem do #Colabora.

Sandra foi presa no aeroporto de Recife, durante a conexão de seu voo que tinha partido de São Paulo, com destino final em Cabo Verde, arquipélago na costa da África. Levava 965 gramas de cocaína na mala despachada, disfarçadas de produtos cosméticos. Saiu do aeroporto pernambucano direto para uma penitenciária. Não viu seu bebê de 3 meses falar as primeiras palavras e começar a andar. O menino havia ficado em Belém, com a avó materna.

Pegou uma pena alta no julgamento de primeira instância e não teve direito a responder ao processo em liberdade, com medidas cautelares, conforme previsto em lei para mulheres com filhos pequenos.

Leia mais

Desigualdade Mulheres afegãs voltam para o passado

Desigualdade Volta do Talibã significa retrocesso de 20 anos para mulheres no Afeganistão

Diversidade Skate e surfe: Jogos Olímpicos em busca do público mais jovem

O fato de ela ser mãe de sete filhos não serviu para obter o benefício. E também foi considerado como agravante pela juíza para além do crime cometido, no julgamento do caso. Na sentença, a magistrada fez 14 menções aos filhos de Sandra: 'Nem o filho a impediu de ir para São Paulo buscar drogas para transporte internacional. Demonstra, portanto, não ser uma pessoa disposta a trabalhar e estudar para garantir o sustento da sua família, optando pelo caminho do lucro fácil, sem esforço'.

Os filhos foram mais protagonistas na sentença do que o próprio crime. 'Mas não se pensou na consequência da prisão (de Sandra) para essas crianças, que acabaram sendo prejudicadas', avalia a advogada Marcela Borba. Em artigo publicado em 2018, Marcela, então estagiária da Defensoria Pública da União (DPU), juntamente com a defensora federal Tarcila Maia Lopes e o também estagiário Júlio Paschoal, comparou o caso de Sandra com outro semelhante, em que o réu era um homem; os dois processos foram acompanhados pela DPU.

A maternidade na dosimetria

A mesma juíza proferiu a sentença dos dois casos - de Sandra e do homem - em um intervalo de 15 dias. Para ele, determinou 8 anos de reclusão, quatro a menos que para Sandra, mãe de sete filhos. O homem também tentava embarcar para a África com drogas, transportando 1.797 gramas de cocaína (o dobro da carga dela), distribuídas em 149 cápsulas que havia engolido.

Esse homem era pai de dois filhos, um dos quais não viu nascer e sequer registrou. Mas nada foi falado sobre a paternidade dele pela juíza. No artigo, os defensores percebem que a diferença fundamental entre as duas sentenças foi a 'valoração da personalidade e conduta social' de Sandra, consideradas desfavoráveis, enquanto as do homem foram avaliadas de forma

neutra.

Concepções pessoais baseadas em estereótipos estão presentes nos discursos jurídicos, 'revelando a incoerência e parcialidade do sistema de Justiça e seus atores', aponta o artigo da defensoria. Os autores relatam que foram feitos juízos de valor sobre a maternidade da acusada, sobre sua ' vaidade' ou sobre seus relacionamentos, questões que 'não integram categorias jurídicas aptas a quantificar a pena'.

'A juíza não estava preocupada em punir Sandra pelo seu crime', destacou a advogada Marcela Borba, 'mas de demarcar o lugar daquela mulher, que deveria ter ficado em casa com os filhos'. Para Marcela, Sandra foi punida como se integrasse a organização criminosa por um transporte que ela sequer chegou a consumir. A pena de 12 anos aplicada corresponde ao dobro da pena base de homicídio, que é de 6 anos; e a pena por tráfico varia de 5 a 15 anos.

No julgamento de alguns homens ainda se percebe que há uma consideração 'pelo fato de eles transportarem a droga para sustentar a família', acrescentou a defensora Tarcila Lopes, em entrevista mais recente para esta reportagem, após coordenar a pesquisa de campo Tráfico Internacional de Entorpecentes - com casos patrocinados pela DPU no Recife de 2016 a 2019. A defensora lembra de uma outra situação de uma estrangeira que alegou que estava a passeio no Brasil e teve a liberdade negada. 'Ela disse que era casada e mãe de filhos, mas viajou sem eles; então a história dela não é verossímil', afirmava a decisão judicial.

Juízas no papel opressor

O machismo no Judiciário não é só atributo de juízes homens ou da magistrada do caso de Sandra. A pesquisa de mestrado de Luciana Costa Fernandes, no Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), analisou 'como juízas julgam mulheres acusadas de tráfico'. A conclusão foi de que as diferenças de raça e classe social, bem como as situações de privilégios, não permitiam que houvesse empatia por parte das

magistradas nos julgamentos, e elas são ainda mais opressoras.

'A maioria das juízas não chegavam a entender aquelas mulheres (acusadas de tráfico) como humanas, nem a perceber que existia uma questão de gênero', afirmou a pesquisadora e professora de Direito Penal, Processo Penal e Criminologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Luciana fez entrevistas e assistiu às audiências por dois meses.

'O que você acha que tem em comum com uma mulher criminalizada?', perguntava a pesquisadora. A maioria das juízas entrevistadas dizia: 'nada'.

Parte das magistradas nunca tinha ido a um presídio. 'Elas não sabem o que uma pena de dez anos representa na vida dessas pessoas', avaliou Luciana. Mas o discurso da meritocracia se apresentou quando juízas alegaram ter lutado muito para chegar naquele posto. 'Não entendo porque elas (as acusadas) não fizeram o mesmo; por isso sou mais dura com mulher', justificou uma delas à pesquisa.

Desde o primeiro contato com o sistema de Justiça, mulheres são julgadas não só pela ação ilegal, mas por romper com o papel a elas socialmente atribuído e a partir de juízos morais sobre a maternidade. Esse entendimento também aparece no estudo Mulheres Sem Prisão, do Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITCC), que cita a fala de uma promotora durante **audiência de custódia** de uma mãe envolvida com o comércio de drogas: 'Peço que não seja substituída a preventiva pela domiciliar, pois ela estava traficando ao invés de cuidar dos filhos'.

Filhos eram a motivação

Ré primária, Sandra contou que aceitou ser mula do tráfico de drogas porque queria o dinheiro para voltar ao Suriname, país vizinho do Brasil, onde ficaram quatro de seus filhos. Ela tinha vindo para Belém do Pará, sua terra natal, porque precisava atualizar o passaporte e para ter o sétimo filho que carregava na barriga.

Pretendia fazer o parto cesáreo e a ligação das trompas. Na capital surinamesa, Paramaribo, o acesso à saúde era precário. 'Eu tinha medo de fazer cirurgia lá. O Suriname é bom pra trabalhar, ter dinheiro, mas a medicina é muito difícil', contou.

Nascida em Belém, Sandra teve dois filhos quando ainda era menor de idade e eles foram criados pela avó. Com 18 anos, partiu para Paramaribo (a menos de duas horas de voo da capital paraense) em busca de uma vida melhor. As crianças ficaram com a avó. No Suriname, teve mais quatro filhos.

O planejamento reprodutivo não funcionava para Sandra. 'Eu não sabia tomar o remédio direito; às vezes faltava (o anticoncepcional) no posto de saúde e eu não tinha dinheiro pra comprar, aí ficava um dia sem tomar e já engravidava'.

O pai da sexta filha e do sétimo (o bebê que nasceu no Brasil), um surinamês, não esperou Sandra voltar e arrumou outra mulher. Ela se viu sem recursos e com um recém-nascido em Belém. A menina estava com a avó paterna no Suriname. 'O trabalho que eu arrumei pagava R\$ 800 por mês, eu ia demorar para conseguir comprar a passagem para Paramaribo', explicou.

Sandra ainda estava preocupada com os três filhos do primeiro marido, já falecido, no Suriname. Os meninos de 6, 11 e 12 anos também tinham ficado no país vizinho com a irmã de Sandra e a avó paterna. Um deles precisava fazer uma cirurgia na perna.

O desespero de Sandra por conseguir dinheiro para viajar chegou aos homens que lhe ofereceram uma boa quantia em euros para levar a droga, passar uns dias em Cabo Verde, voltar a Belém, pegar o bebê e partir para o Suriname. Ela se animou ao saber que uma amiga tinha ido nesse esquema para Portugal e tudo havia dado certo. 'Mas eu fiquei muito nervosa, no dia vi uma menina rodar na minha frente no aeroporto de São Paulo com droga no corpo, porque um cachorro sentiu o cheiro', disse Sandra, que conseguiu embarcar no aeroporto paulista, mas, em Recife, foi chamada até a sala da Polícia Federal.

'Quando o policial abriu a minha mala, começou a cair a lágrima sem eu querer: tô lascada. Já sabia que ia ficar presa', narrou Sandra. Na primeira entrevista que fizemos com ela, após a saída da prisão em 2019, ela acreditava que foi pega como isca, pois um outro rapaz perto dela teria passado com uma quantidade maior de cocaína. 'Vim saber que funcionava assim depois que eu estava na cadeia'.

Vulneráveis, mulas e frágeis

Os homens que contrataram Sandra para o serviço de mula só conversavam por mensagens de texto; eram vários, não deixavam rastro. 'Como eu ia entregar para ajudar na investigação se não fazia ideia de quem eles eram'. Não teve redução na pena.

Desde 2016, o entendimento do Superior Tribunal Federal (STF) é de que as 'mulas' são aquelas que apenas transportam a droga para terceiros em troca de alguma vantagem econômica. A definição afasta o caráter hediondo do chamado 'tráfico privilegiado' e pode diminuir a pena.

Três em cada cinco mulheres no sistema prisional brasileiro respondem por crimes de tráfico. Estudiosos apontam que a guerra às drogas é uma guerra contra as mulheres. O número de presas no país aumentou 700% entre 2000 e 2016 - passou de 5.600 para 40.970 mil, conforme o último Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade, o Infopen Mulheres, publicado em junho de 2017 pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Na pesquisa coordenada pela defensora Tarcila Maia Lopes, foram relatados os casos dos 36 réus atendidos pela DPU de 2016 a 2019, todos acusados de tráfico internacional de drogas, sendo 53% mulheres. As penas impostas a elas eram superiores às dos homens, mesmo em circunstâncias parecidas, como no caso de Sandra. O maior tempo de prisão pego entre as mulheres foi de 5.535 dias. Entre homens, 3.190 dias.

Muitas das acusadas buscaram ou foram levadas a este

tipo de crime por meio de uma figura masculina. 'O processo de feminização da pobreza, aliado à hierarquização do trabalho, influenciam um modelo de gerência do tráfico que delega aos corpos femininos papéis de pouca importância', pontua a pesquisa.

A maior presença de mulheres entre os pobres no Brasil, fenômeno chamado de 'feminização da pobreza', vem sendo estudada desde a década de 70. A parcela de lares que tinham mulheres como referência no Brasil, em 1995, era de 23%. Vinte anos depois, 40% das famílias eram chefiadas por elas. Os dados estão no documento Retratos das Desigualdades (2017), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A pandemia já impacta mais fortemente esse cenário com o aumento de 17 milhões de pessoas pobres em apenas seis meses, revelam pesquisas da Fundação Getúlio Vargas.

Na prisão e muito longe da família

A dupla penalização da mulher infratora foi um dos argumentos usados na apelação da DPU que conseguiu a redução da pena de Sandra de 12 para seis anos no julgamento em segunda instância do Tribunal Regional Federal em 2017. Mas ela não conseguiu liberdade condicional nem o pedido de transferência para Belém, onde estava sua família. Ficou 30 meses na penitenciária em Recife sem receber uma única visita, sem ver seus pais e filhos. 'A solidão batia dia de domingo, só tinha Deus comigo', disse Sandra ao #Colabora.

Dentro da cadeia, ela afirmou para si que não queria continuar na 'vida do crime', apesar das 'ofertas de dinheiro fácil' que continuava a receber em meio a venda de drogas no sistema. Ao presenciar uma rebelião traumatizante, decidiu que não se envolveria com nada errado novamente.

Vinte dias após dar entrada no sistema, conta que já buscou trabalho e conseguiu ir para outra área da penitenciária, ficando livre de continuar a dormir no chão de uma cela com 14 detentas e quatro camas. Em 2017,

34% da população prisional feminina estava trabalhando, de acordo com o Infopen Mulheres.

Apenas 26,5% das presas estavam envolvidas em algum tipo de atividade educacional naquele ano. Entre elas, Sandra, que aproveitou todas as oportunidades de capacitação, inclusive concluiu o Ensino Médio. Ela fez seis cursos na unidade, entre eles crochê, leitura e escola bíblica. Como aluna, ganhava material de higiene, e, com o dinheiro do trabalho, podia comprar alimentos através de familiares de outras detentas.

Liberdade mas só até a periferia

Quando conseguiu liberdade condicional, após passar dois anos e meio na cadeia, Sandra se sentiu perdida. Por ordem judicial, ela devia ficar em Recife, uma capital completamente desconhecida. Não tinha para onde ir; estava sem dinheiro, sem nem um parente na cidade. 'Lá dentro, você tem que ficar de olho no seu processo porque eles te esquecem. E, depois que a gente sai, não nos ajudam em nada', disse, em entrevista, já fora da cadeia.

Deram-lhe 10 minutos para juntar as coisas e sair. Foi graças a uma colega que fez no presídio que Sandra teve abrigo em uma favela na periferia de Recife. Ficou lá um mês e meio ajudando a cuidar dos filhos da amiga, enquanto aguardava autorização para mudar para Belém. 'Tenho medo de ela estar fazendo coisa errada e eu rodar junto só por estar na casa dela: já pensou, depois de tudo isso?', contou à época, aflita.

Na favela recifense, Sandra recebeu mais algumas propostas para praticar delitos. 'Leva isso ali no centro da cidade, eu te dou 100, 50 reais', ouvia. Mas ela diz que aprendeu que 'as coisas mais fáceis se tornam mais difíceis'.

Ainda foi contatada novamente pela quadrilha que a contratou como mula para transporte internacional de drogas. 'Dessa vez vai dar tudo certo; vamos pagar mais', tentaram. Ela negou e mudou de celular para não ser mais encontrada.

O apoio financeiro da irmã, no Suriname, e do pai, em Belém, assegurou a sobrevivência de Sandra durante o período em Recife sem conseguir trabalho fora da penitenciária, embora tenha feito vários cursos. Ela não conseguia autorização para viajar, mesmo estando com o pai doente no Pará e com a mãe tendo descoberto um câncer no período - ambos precisando dos cuidados de Sandra.

Teste de fogo na Justiça

No Dia das Mães de 2018, o então presidente do Brasil, Michel Temer, estabeleceu o indulto (perdão da pena) para as presas, mães de crianças de até 12 anos, que não tivessem cometido crimes violentos nem cometidos faltas graves na prisão. Em abril de 2019, Sandra ainda aguardava a decisão do seu processo. Enfrentou o julgamento de mais uma mulher de toga, e rememorou o diálogo com a juíza:

- Eu não te liberei antes porque eu queria ver se você ia aguentar ficar aqui um tempo sem mexer com coisa errada.

- Isso que você está fazendo é me incentivar a fazer coisa que não presta, o povo volta pra cadeia por causa disso, minha doutora.

- Como você fala isso perante uma autoridade?

- Eu falo porque a senhora não sabe o que eu passo pensando no meu pai, no meu filho, na minha mãe, que estão longe, esperando por mim. Eu preciso de roupas, de trabalho, eu não tenho nada aqui, não conheço ninguém. Graças a Deus, arranjei uma amiga na cadeia.

- Eu vou assinar (o indulto) mas não tente fazer coisa errada, porque se cair comigo de novo, não vou dar mais chance.

- Eu errei, paguei pelos meus erros, agora quero mudança. Aqui já apareceu muita coisa errada pra mim e eu que não quis mais.

Nesse dia, com a extinção da pena, Sandra recebeu

sua liberdade de fato. Em abril de 2019, fomos até o Marco Zero, ponto turístico de Recife que ela ainda não conhecia. Pediu para tirar uma foto no letreiro com o nome da cidade. 'Vou botar no meu Facebook e escrever: Adeus, Recife!'. Antes de partir, tomaria um banho de mar para deixar lá tudo de ruim que viveu na cidade. Mas seria um mergulho rápido porque ouviu falar dos tubarões na praia de Boa Viagem.

Retornos

Em maio de 2019, Sandra viajou para Belém de ônibus - um dia e meio de viagem - e encontrou seu filho caçula, já com 3 anos de idade, falante, andando, chamando a avó de mãe. 'Não pude criar o meu bebê, me arrependo disso'.

No começo de 2020, Sandra retornou ao Suriname sozinha. Perdoou o companheiro surinamês que a abandonara em 2016, mas logo depois ele adoeceu gravemente com uma úlcera no estômago. Morreu. 'Eu peço muito pra Deus colocar a alma dele num bom lugar', disse.

A pandemia piorou nos últimos meses em Paramaribo. 'Todo dia tem morrido muita gente', contou em entrevista por mensagens de celular ao #Colabora em julho. Ela está trabalhando de cozinheira numa área de garimpo, onde muitos imigrantes encontram sobrevivência.

Desde que chegou ao Suriname em 2000, Sandra chegou a ficar lá por 10 anos direto sem ver a família no Brasil. 'Minha mãe sempre foi muito dura, às vezes eu precisava de uma conversa e ela me batia'.

Vai fazer 1 ano e meio que ela está longe, sentindo saudades do caçula e dos pais. Ainda guarda o trauma da última vez que acabou prisioneira na terra natal. Mas está juntando dinheiro para voltar.

*Nome fictício

Joana Suarez

Joana Suarez é pernambucana mineira, viveu metade da vida em cada Estado e, atualmente, como jornalista freelancer, decidiu habitar os dois lugares para se sentir completa. É formada há 11 anos e sempre atuou dentro de redações. Como repórter já recebeu quatro prêmios (regionais e internacionais) pelos trabalhos aprofundados na área de saúde. Desde 2018, vem se dedicando de maneira independente a cobrir também pautas de gênero, direitos humanos e meio ambiente. Publica em veículos brasileiros e estrangeiros reportagens feitas no Nordeste e Sudeste do país. Agora é também podcaster, produz e apresenta o Cirandeiros Podcast - sobre mulheres e suas lutas em cada canto do Brasil

Relacionadas

Desigualdade

Mulheres afegãs voltam para o passado

Desigualdade

Volta do Talibã significa retrocesso de 20 anos para mulheres no Afeganistão

Diversidade

Skate e surfe: Jogos Olímpicos em busca do público mais jovem

Desigualdade

Rebeca Andrade, Daiane dos Santos e a falta de cultura esportiva do Brasil

Diversidade

Empresas lançam programa para preparar pessoas trans para mercado de trabalho

Diversidade

Muito maior que o medo, é o orgulho que tenho dos meus filhos LGBT+

Inscreva-se grátis em nossa newsletter

Assinar newsletter

Newsletter do Colabora

Nossa newsletter é enviada de segunda a sexta pela manhã, com uma análise do que está acontecendo no Brasil e no mundo, com conteúdo publicado no #Colabora e em outros sites.

Nome

Email

Leave this field empty if you're human:

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Lei do superendividamento e seus impactos na rotina das empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: *Roberto Poli Rayel Filho

Foi sancionada e promulgada, em 01 de Julho do corrente ano, a Lei Federal 14.181, que alterou o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078/1990) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e especialmente dispor sobre a prevenção e o tratamento a situações qualificadas como de SUPERENDIVIDAMENTO.

Tal ato normativo, que possivelmente possuiu sua tramitação e edição aceleradas em razão das más condições macro econômicas do país e de seu agravamento em razão da pandemia global, num primeiro momento, conforme razoavelmente veiculado na imprensa, trouxe uma impressão de que o legislador buscava assegurar e adicionar ao código de consumo um conjunto de novas medidas e disposições preventivas para que se evitasse ou mitigasse constante e progressiva situação de endividamento do consumidor brasileiro, problema cada vez mais persistente na vida nacional, mas a leitura e reflexão de seu texto revela que aquele foi bem mais ousado do que inicialmente se supunha, já que introduz, no Direito Brasileiro,

instrumentos jurídicos que vão muito além da prevenção, implicando na efetiva possibilidade de intervenção coativa do Poder Público, especialmente o Poder **Judiciário**, em relações contratuais de fornecimento de produtos e serviços já consolidadas.

É certo que não é de hoje que o direito nacional admite a possibilidade de revisão de contratos de consumo ou de outra natureza quando presentes situações de abuso de direito, hipossuficiência, dentre outras, mas salta os olhos o notório impacto que mencionada nova lei poderá causar a esfera das empresas fornecedoras, o que, de certo, ensejará a adoção imediata de cautelas e medidas preventivas, operacionais e jurídicas.

Conforme esse novo regramento, o superendividamento passa a ser qualificado como a impossibilidade manifesta do consumidor, pessoa física, com base num parâmetro de boa fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, vencidas ou vincendas, sem que haja comprometimento a um mínimo existencial a ser ainda definido em regulamentação infra legal. Dívidas, para tais fins, envolve quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrente de relação de consumo, inclusive operações de créditos, compras a prazo e serviços de prestação continuada, sendo, porém, expressamente excluídas as situações de fraude ou má fé e contratação de produtos e serviços de luxo ou alto valor.

Dentre os dispositivos que admitem a possibilidade de intervenção judicial, o primeiro deles é aquele contido no parágrafo único do novo artigo 54-D do Código do Consumidor, que estatui que o descumprimento a uma série de novas regras de conduta e comportamento quanto a oferta de bens e serviços poderá acarretar, possivelmente em sede de ações individuais ou coletivas, a 'redução dos juros, dos encargos ou de qualquer acréscimo ao principal e a dilação do prazo de pagamento previsto no contrato original, conforme a gravidade da conduta do fornecedor e as possibilidades financeiras do consumidor, sem prejuízo de outras sanções e de indenização por perdas e danos, patrimoniais e morais, ao consumidor.'

Mas o dispositivo que certamente demandará mais atenção é aquele previsto no novo artigo 104-A daquele mesmo código, que introduz a figura da CONCILIAÇÃO NO SUPERENDIVIDAMENTO, PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS E PLANO JUDICIAL COMPULSÓRIO.

Sem possuir pretensão, através desse artigo, de se ingressar na constitucionalidade de tais dispositivos, que possivelmente será reconhecida tendo em vista os inúmeros outros instrumentos semelhantes previstos no Direito Brasileiro como forma de assegurar proteção a sujeitos de direito dotados de condições peculiares, tais como a Lei de Recuperação Judicial, as inúmeras leis de concessão de benefícios tributários, dentre muitas outras, e sem prejuízo dos possíveis vários entendimentos jurisprudenciais ainda a serem emitidos sobre o tema, surpreende a dinâmica e extensão de tais mecanismos.

No tocante ao aludido procedimento de CONCILIAÇÃO, qualquer consumidor, desde que obviamente revestido das condições legais de superendividado, poderá requerer a instauração de PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS, cuja finalidade será a designação de uma audiência conciliatória que necessariamente contará com a presença de TODOS os credores, no qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 05 anos, preservando-se o mínimo existencial (que ainda será definido em regulamento) e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.

Primeiro ponto cuja atenção ora se destaca é a obrigatoriedade quanto a participação de todos os credores naquele ato, cujo não comparecimento injustificado, seu ou de procurador com poderes especiais e plenos de transação, acarretará (i) SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO DÉBITO, (ii) INTERRUPTÃO DOS ENCARGOS DA MORA e (iii) SUJEIÇÃO COMPULSÓRIA AO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA que vier a ser acordado ou coativamente imposto pelo juiz conforme situações que se explanará mais adiante, se o montante devido ao

credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a aquele credor ausente ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presente na audiência.

Aqui já se vislumbra a necessária e extrema atenção que as empresas deverão possuir, uma vez intimadas, para efeito de programação operacional de comparecimento a tais atos e para efeito de preparação de um corpo de representação técnico com instrução, autonomia e capacidade para efetivamente transigir, algo que certamente não será simples para aqueles prestadores de bens e serviços e larga escala, que precisarão se estruturar para atender em tese tais situações em qualquer comarca do país.

Aquele mesmo artigo 104-A prossegue discorrendo que, em caso de obtenção de **conciliação** COM QUALQUER UM DOS CREDORES, a sentença judicial que homologá-la terá eficácia de título executivo e coisa julgada (imutabilidade) e descreverá o plano de pagamento da dívida.

O seguinte artigo 104-B, por sua vez, regra a situação em que não há êxito na **conciliação** em relação a qualquer outro credor. Aqui, o juiz, a pedido do consumidor, instaurará um novo tipo de processo judicial, denominado PROCESSO POR SUPERENDIVIDAMENTO, em que todos os credores que não tenham integrado ao acordo serão citados para que, em 15 dias, apresentem as suas razões e documentos pelos quais negam a aderir ao plano proposto, sendo que, na sequência, poderá nomear um administrador que, em prazo de até 30 dias, apresentará um plano de pagamento que apresente medidas de temporização ou de atenuação de encargos.

Com nomeação de administrador ou não, na sequência, o magistrado emitirá um PLANO DE PAGAMENTO COMPULSÓRIO, que propiciará a revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes e assegurará aos credores, no mínimo, o valor do principal devido, corrigido monetariamente por índices oficiais de preço, e preverá a liquidação total da dívida,

após a quitação do plano de pagamento consensual, em, no máximo, 5 (cinco) anos, sendo que a primeira parcela será devida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado de sua homologação judicial, e o restante do saldo será devido em parcelas mensais iguais e sucessivas.

Como se vê, referido novo procedimento incorporado no direito brasileiro, admitirá mais uma situação de intervenção pública nas relações de consumo redimensionando coativamente as obrigações originalmente constituídas pelas partes, - o que torna impossível que não se trace um paralelo, resguardadas as devidas peculiaridades, com o regime de Recuperação Judicial e Extrajudicial das empresas - e novamente demandará acentuada atenção de fornecedores de bens e serviços que novamente serão obrigados a se ajustar para se adaptar a um novo regime jurídico e a uma nova sistemática de processo judicial cuja não adoção das devidas cautelas possuirá o condão de novamente impactar negativamente sua operação e resultados financeiros.

Por fim, não pode deixar de merecer destaque que estão expressamente excluídos do mencionado processo de repactuação de dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, aquelas oriundas de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários de crédito rural, além é claro daquelas situações em que há comprovada má-fé ou intenção de não pagamento.

*Roberto Poli Rayel Filho - advogado graduado pela Faculdade de Direito de Bauru. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - COGEAE. Membro da Associação dos Advogados do Estado de São Paulo. Ex head jurídico de empresa multinacional. Árbitro do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio e Indústria Brasil China (Associada a Câmara Arbitral de Shanghai). Possui larga experiência em direito empresarial, consultivo e preventivo, direito internacional, direito aeronáutico e falências e recuperações judiciais, além de rotinas jurídicas empresariais. Responsável pela área de recuperação de

créditos e contencioso cível e tributário, supervisionando a condução de ações estratégicas e carteiras de grande volume, tanto ativas quanto passivas, assim como que pela área de comércio e relações jurídicas internacionais, com foco no comércio de commodities. Se comunica em Português e Inglês.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

OAB/DF realiza seminário: As Histórias e Dificuldades das Pessoas com Deficiência



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O seminário 'As Histórias e Dificuldades das Pessoas com Deficiência', realizado pela Comissão de Defesa e A Comissão de Defesa e Direito das Pessoas com Deficiência da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) realizou durante os dias 13 e 14 o seminário 'As Histórias e Dificuldades das Pessoas com Deficiência'.

Na abertura, o presidente da OAB/DF, Délio Lins e Silva Jr. lembrou as lutas que essa gestão enfrentou para tornar não apenas a OAB/DF uma Casa mais inclusiva, mas também contribuir para que a sociedade o seja. Délio lembrou de dois momentos emblemáticos para a gestão: a ação civil pública da OAB/DF contra o GDF sobre os casos de falta de acessibilidade na rodoviária do Plano Piloto, e as obras realizadas no prédio-sede da Ordem, que teve sua entrada e auditório adaptados visando promover um acesso facilitado para pessoas deficiência e com mobilidade reduzida. 'São dois feitos que demonstram a preocupação que a gestão tem com as pessoas com deficiência, todas as nossas sedes construídas ou reformadas durante essa gestão têm

acessibilidade', afirma Délio.

Dando voz a causa

A vice-presidente da Comissão, Patrícia Luiza Moutinho Zapponi, iniciou sua parte do debate agradecendo pelas mudanças visíveis que a OAB/DF tem se comprometido em fazer, contou sobre sua deficiência adquirida e o preconceito que sofre, mesmo que sua limitação não seja imediatamente notada. 'Eu tenho barreiras arquitetônicas, foi muito bom ver a preocupação da OAB/DF em ter a acessibilidade do prédio, o auditório tinha escadas difíceis, era tudo muito difícil', lembra Patrícia.

Para a advogada, ainda há um grande caminho a ser percorrido no combate ao preconceito e na promoção de visibilidade às pessoas com deficiência, mas ações como as promovidas pela Ordem já colaboram para que essa mudança ocorra. 'Nós temos muito ainda o que avançar, porém já obtivemos um grande avanço, pelo menos tivemos alguém que olhou para as pessoas com deficiência. Decidimos fazer esse evento mostrando a realidade de nós, advogados que têm deficiência', comentou Patrícia, que ainda pediu uma maior rede de apoio para advogados com filhos que têm deficiência.

Patrícia ainda falou da necessidade de dar oportunidade para os advogados com deficiências. 'Os advogados com deficiência buscam dignidade e empregabilidade. Precisamos fazer com que as cotas sejam cumpridas.'

O presidente da Comissão, Bruno Henrique de Lima Faria, contou sua história de vida, e de sua deficiência também adquirida: a paralisia cerebral, causada por falta de oxigenação no cérebro no momento do nascimento. O advogado relata que precisou quebrar diversas barreiras ao longo de sua vida, tanto no início, quando foi o primeiro aluno com paralisia cerebral do Centro Educacional Católica de Brasília, quanto em sua vida adulta, ao ter sua capacidade intelectual julgada

por ser uma pessoa com deficiência motora.

'Não é o fato de termos uma limitação que isso nos faz seres inferiores, tanto é que um dos princípios basilares do nosso país é a dignidade à pessoa humana, e a dignidade é isso, tratar dos iguais de forma igual, e os desiguais de forma desigual na medida de suas desigualdades. É a máxima Aristotélica', diz Bruno.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O secretário-geral adjunto da Comissão, Gerson Wilder de Sousa Melo, agradeceu por toda a representatividade dos demais membros da comissão, comentou sobre as dificuldades que enfrentou após ter uma deficiência adquirida causada por acidente vascular cerebral (AVC), e como foi o processo de lidar com o preconceito após o ocorrido. 'Nosso presidente Bruno, nosso querido Saulo, são exemplos fortíssimos do que é ser capaz em um corpo limitado, porque é o externo que está limitado, o interno, mental ou intelectual não está', afirma.

Acessibilidade

Durante a tarde que se seguiu com a solenidade, esteve também presente o advogado e palestrante, Saulo Pereira, que relatou sobre as dificuldades que já enfrentou para exercer a profissão de forma devida, precisando enfrentar barreiras físicas.

Saulo, como advogado criminalista, precisou lidar com a dificuldade de acesso em delegacias que não permitiram, por barreiras físicas, que ele acessasse seu cliente, com a completa falta de acessibilidade, e chegou a relatar casos nos quais precisou ser carregado para o andar de cima por estar em um fórum no qual os elevadores não funcionavam.

'No dia a dia enfrentamos muitas barreiras. A única parte que me é acessível com excelência é protocolar, já que consigo fazer de casa por **PJe**, mas quando se trata de diligências e é necessário sair na rua, os locais públicos não têm ainda a acessibilidade necessária para atender a pessoa com deficiência', lamenta Saulo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Ana Cláudia Mendes falou dos desafios que foi ter uma filha com Síndrome de Down. 'Minha filha nasceu em 1992, que era uma época em que não tínhamos normas que garantiam um direito básico que é o direito à educação. Então desde muito cedo começamos a sentir o capacitismo.'

Deficiências invisíveis

O segundo dia de seminário contou com a presença do presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/DF, Bruno Henrique Faria; da vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/DF, Patricia Zapponi; dos membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/DF, Danillo Braz e Ninon Rose de Calasans Carvalho, da secretária-geral da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência OAB/DF, Natália Nascimento da Silva, e do secretário-geral adjunto, Gerson Wilder de Sousa Melo.

Quem iniciou o segundo dia de seminário compartilhando sua história foi Danillo Braz, advogado que tem uma deficiência motora nos membros superiores. Danillo contou as dificuldades de encontrar oportunidade de trabalho em escritórios de advocacia por conta da sua deficiência. 'Uma das maiores dificuldades que eu encontrei na advocacia foi a questão da passabilidade, que é o que eles chamam de deficiência invisível.'

Danillo contou também como a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência ajudou-o em sua carreira na advocacia. 'Eu sou muito grato de fazer parte da Comissão porque não são todos os meios profissionais que dão abertura para falar de temas tão necessários.'

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Dando sequência ao seminário, a secretária-geral da

Comissão, Natália Nascimento da Silva, falou sobre sua deficiência auditiva e sua jornada dentro da advocacia. A advogada disse passar pelos mesmos problemas que Danilo Braz relatou, a chamada deficiência invisível. 'Hoje um grande problema que eu enfrento é não conseguir botar em prática alguns dos direitos que eu tenho por lei. Quando eu vou ao banco eu tenho direito de pegar o atendimento preferencial, mas para evitar conflito e constrangimento eu acabo deixando de utilizar um direito meu.'

Encerrando o último dia do seminário a membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Ninon Calasans relatou seu processo de aceitação da condição de deficiente. 'Eu descobri que eu tenho uma doença chamada linfedema, e que eu teria que adaptar minha profissão a minha condição física. E me conscientizar que eu tinha que diminuir o ritmo foi muito difícil' relata.

Ninon encerrou falando da importância que tem um seminário como esse para conscientizar, combater o capacitismo e dar voz às pessoas com deficiência. 'O que a gente está fazendo aqui agora é muito importante, porque as pessoas têm que nos ouvir, têm que nos olhar, porque nós existimos e somos milhares no mundo todo', encerrou.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - PJE

STF confirma decisão liminar que garante mais vacinas para o estado de São Paulo

O Plenário Virtual do Supremo confirmou, por maioria de votos, a decisão liminar do ministro Ricardo Lewandowski que obriga o Ministério da Saúde a garantir ao estado de São Paulo mais vacinas contra a Covid-19. O **STF** foi acionado depois que o Governo Federal, no início de agosto, alterou a distribuição e acabou reduzindo o número de doses destinadas ao estado.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF suspende tramitação de ações envolvendo doações ao Instituto Lula

O ministro Ricardo Lewandowski, do **Supremo Tribunal Federal**, suspendeu a tramitação de ações envolvendo imóvel e doações ao Instituto Lula. Segundo o ministro, há risco de dano processual irreparável ou de difícil reparação, caso seja instaurada ação ou sejam impostas

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF nega pedido de indulto humanitário a Paulo Maluf

O ministro Edson Fachin, do Supremo, negou pedido de indulto humanitário a Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo. Ele está em prisão domiciliar desde 2018.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Dia Internacional da Democracia é comemorado em 15 de setembro

Hoje, 15 de setembro, é comemorado o Dia Internacional da Democracia. A data foi instituída pela ONU, em 2007, com o objetivo de realçar a necessidade de promover a democratização, o desenvolvimento e o respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Julgamento do marco temporal sobre terras indígenas é suspenso

Julgamento, no **Supremo Tribunal Federal**, do chamado marco temporal sobre terras indígenas é suspenso por pedido de vista.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ministro Edson Fachin comemora o Dia Internacional da Democracia

Ministro Edson Fachin, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, comemora o Dia Internacional da Democracia, afirmando que "quando a cooperação supera o individualismo, a democracia começa a ser compreendida".

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF invalida lei de Roraima que autoriza uso de mercúrio no garimpo

Por unanimidade, ministros do **Supremo Tribunal Federal** invalidam lei de Roraima que autoriza o uso de mercúrio nos garimpos.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF prorroga inquérito que apura suposta compra de apoio político do PP ao governo Dilma

Ministra Rosa Weber, do **Supremo Tribunal Federal**, prorroga por mais 30 dias inquérito que apura suposta compra de apoio político do PP ao governo Dilma. São investigados o atual ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, o ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Edinho Silva e os empresários Joesley Batista e Ricardo Saud.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Reportagem fala sobre o sistema do PJe

O tribunal de justiça do Piauí continua obtendo avanços na área da tecnologia da informação.

Agora o TJ Piauí dobrou sua capacidade de armazenamento de dados nos servidores do Conselho Nacional de Justiça possibilitando melhor desempenho para o processo judicial eletrônico o PJ é.

Vamos conferir nesta reportagem.

Atualmente todos os novos processos.

Cíveis e criminais inclusive dos juizados especiais ocorre em sistema digital o processo judicial eletrônico o PJ é.

Para dar conta de armazenar tantos dados contidos em milhares de processos é necessário uma grande capacidade de armazenamento.

Para isso TJ Piauí tem um convênio com o Conselho Nacional de Justiça TJ dispunha de sete grades de computadores e agora dispõem de quatorze.

O secretário de tecnologia da informação e comunicação Agnaldo Almendra explicou a nossa reportagem o que isso significa para o **judiciário** piauiense.

Aqueles horário de pico é onde o sistema é muito utilizado das onze às treze horas.

Sistema ficaram sobrecarregados então o Mark duplicamos essa capacidade de processamento das infraestrutura você me jogou.

Ir ao passo que também é atualizamos a nova versão do do TJ é.

É com novas funcionalidades.

Deixando o país aparece em atualizar nos dois lados tanto da parte do software da parte errada.

Isso é esses esses serviços em nuvem eles são muito muito misteriosos e então a economia em torno de uns cento e cinquenta duzentos mil reais mensais o não pagamento dessa não dele.

E para o usuário é a disponibilidade do sistema o tribunal de justiça do Piauí está implantando a segunda ação dentro do programa justiça quatro ponto zero.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - PJE

STF se prepara para derrubar decreto sobre armas

É mais branco que você foi uma bomba.

STF se prepara para derrubar decreto sobre armas.

E enfraquece Bolsonaro vai acabar inteiro.

Narrava para cá para tal pizza é coisa do passado e o Edward como é o Eduardo o talhe bananinha.

Tenho certeza que vai pegar uma calote Nicole dele vai metralhar os vídeos do supremo.

Pra não voltar para a data para estar agora que vai ficar feio e vais quarto em quarto e o time break ele o faz doente mas bom é nossa.

Brasileiro não acerta nem mijar no vaso imagine a pontaria com uma arma na mão.

Ah a senhora Aida ou a severidade repetir o fizer te matar mas você estava olhando o presidente da Ana.

Você ouve Angelim Zé Vieira formação o tempo todo.

Agora meia noite em ponto no horário de Brasília seja muito bem vindo e muito bem vinda você que sintonizam nesse momento aqui na programação da rádio band news FM hoje quinze de setembro de dois mil e vinte um eu sou o turco heróis te faço companhia ao longo dessa madrugada.

Com as atualizações de tudo aquilo que a notícia no Brasil também no mundo.

A vacinação contra a Covid dezenove e avança em Goiás o destaque de Goiânia com informações do seja Osmar Júnior Goiânia inicia nesta quarta feira a aplicação da dose de reforço.

Em idosos com setenta anos que receberam a segunda dose há seis meses além disso também recebe a terceira dose pessoas imunossuprimidos ou idade acima de sessenta anos que tomar uma dose de reforço

a mais de vinte oito dias.

A prefeitura da capital disponibiliza sete pontos de vacinação para este público o único drive through da cidade que realizava a imunização de jovens acima de dezoito anos agora passa a atender a demanda dos idosos acima de setenta anos por conta da baixa procura.

A justiça libera o coronel que diz que espancou a companheira na Paraíba João Pessoa informações com a Giovana Monteiro.

Está em liberdade o coronel do exército preso por suspeita de agredir a esposa no último domingo ele foi solto após passar por **audiência de custódia** e na segunda feira mas deve cumprir medidas cautelares até o julgamento.

Segundo a esposa uma discussão começou após ela ter visto fotos no celular do militar que reagiu dando socos na companheira a polícia militar foi à casa deles e prendeu o suspeito que foi levado para a central de polícia.

A vacinação contra a Covid dezenove e avança no Amazonas de Manaus Alex Ferreira o prefeitura de Manaus divulga as orientações para a aplicação da dose de reforço contra a Covid dezenove que começa nessa.

Está quarta feira a terceira dose será aplicada inicialmente nos idosos a partir de setenta anos que vivem em instituições sociais o reforço é destinado àqueles que tomaram a segunda dose há pelo menos.

Seis meses o imunizante utilizado é o da Pfizer na sexta feira dia dezessete será a vez dos idosos também na faixa dos setenta anos do público em geral.

O ministério público investiga um promotor por corrupção na Bahia de Salvador Camila fiúza são afastados das funções públicas por um ano.

Um promotor de justiça e uma advogada os dois estão sendo investigados por corrupção e ocultação de bens foram cumpridos mandados de busca e apreensão na casa e no local de trabalho do promotor da advogada ambos estão proibidos de entrar no ministério público da Bahia a conversar com funcionários ou utilizar os serviços do órgão nos próximos doze meses.

A ação foi realizada pelo ministério público do estado da Bahia nessa terça feira.

Jenings tempo.

Hoje o frio será destaque no Rio Grande do Sul até com geada ao amanhecer na região de Bagé.

Na capital Porto Alegre o sol aparece forte o dia todo a sensação de frio vai perdurar mas não há previsão de Silva tempo bastante instável hoje com o risco de chuva forte e volumosa entre o pai.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia